

NOTÍCIA BIBLIOGRÁFICA E HISTÓRICA

CAD - CENTRO DE APOIO DIDÁTICO
DA FAU - P U C C

Campinas	ANO XV	nº 109	p. 1 - 88	janeiro/março/83
----------	--------	--------	-----------	------------------

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS

GRÃO-CHANCELER

D. Gilberto Pereira Lopes

MAGNÍFICO REITOR

Prof. Dr. Heitor Regina

VICE-REITOR PARA ASSUNTOS ACADÊMICOS

Prof. Dr. Eduardo José Pereira Coelho

VICE-REITOR PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Prof. Dr. Antonio José de Pinho

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

Prof. Ersio Lensi

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Profa. Maria Helena Degani Rocha

NOTÍCIA BIBLIOGRÁFICA E HISTÓRICA

Responsável

ODILON NOGUEIRA DE MATOS

Departamento de História da Pontifícia

Universidade Católica de Campinas

ANO XV – Nº 109

ISSN 0101-4919

JANEIRO/MARÇO/1983

LEMBRANÇA DE UM FILÓSOFO DA HISTÓRIA

Odilon Nogueira de Matos

Um jornal evangélico, velho de quase seis meses e que ocasionalmente veio ter-me às mãos, trazia notícia igualmente atrasada de outros seis meses, do falecimento, nos Estados Unidos, de um pastor presbiteriano, natural da Alemanha, mas radicado na América do Norte, e que viveu algum tempo em Campinas como professor do Seminário Presbiteriano desta cidade. Trata-se do Dr. Otto A. Pippert, professor do Seminário de Princeton, um dos mais conceituados centros de estudos teológicos do mundo.

O nome do Dr. Pippert fez-me recordar importante fase de minha vida, quando, em decorrência do cargo que então exercia, tinha inúmeras oportunidades de contatos com ilustres personalidades brasileiras e estrangeiras, que vinham contratados para lecionar, ou simplesmente como visitantes, na Universidade de São Paulo. Entre eles — e um dos que guardo boa lembrança — o Dr. Pippert. Foi-me ele apresentado pelo saudoso amigo Dr. Walter Schützer, uma das grandes figuras da ciência brasileira, tão cedo roubado à vida e quando dele tanto ainda se podia

esperar. Além de sua especialidade, que era a Física, era o Dr. Schützer profundamente interessado em Filosofia e em Teologia, donde sua grande afinidade com o Dr. Pipper. Ao apresentar-me o ilustre visitante, informou-me que ele havia sido contratado para lecionar no Seminário Presbiteriano de Campinas, mas que iria proferir uma série de conferências sobre Filosofia da História na Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo.

As obrigações de meu cargo não me permitiram acompanhar todas as conferências do ilustre professor. Mas o importante é registrar que as conferências que então proferiu foram pouco depois publicadas em livro pelo então diretor da Faculdade, Eurípedes Simões de Paula. **Interpretação Cristã da História** é o título do excelente livro que o sempre lembrado professor nos legou, e que foi traduzido por Percy Fávero Schützer, filha do saudoso mestre Flamínio Fávero e esposa do Dr. Schützer a quem linhas atrás fiz referência.

Conheço muito pouco da vida do Dr. Pipper e nada de sua bibliografia. Nem sequer tenho os nomes dos livros que eventualmente tenha publicado. Mas o que posso afirmar, e o faço numa comovida homenagem ao grande professor, é que, com o livro que resultou de suas conferências na Universidade de São Paulo em agosto de 1953, vinculou ele seu nome à historiografia, numa área que, na época, era pouco freqüentada pelos nossos historiadores. E hoje que tanto se fala em Filosofia da História ou em Teoria da História, uma releitura da obra do Dr. Pipper não faria mal a ninguém. Talvez tenha sido o primeiro livro sobre Filosofia da História publicado no Brasil. E só por este pioneirismo (ainda que outros méritos não houvessem) foi a cultura brasileira recompensada com a vinda do ilustre professor, falecido aos noventa anos de idade, dia 13 de fevereiro do ano passado.

*

SERIA ACEITÁVEL UMA PROPOSTA COMTISTA NA ATUAL CONJUNTURA ?

Maria Lúcia de Souza Rangel Ricci
(Unesp — Franca, SP)

Interessante análise a de Ruben Descartes de Garcia Paula, professor aposentado do Colégio Pedro II do Rio de Janeiro, ao abordar o problema d' "A Explosão Demográfica, As Possibilidades da Terra e do Homem, A Pobreza e a Miséria", no mundo e em especial no Brasil, dentro das propostas positivistas.

Ao observar a realidade brasileira comparada com áreas desenvolvidas e subdesenvolvidas, tenta apontar soluções para aparar "arestas" frente à enorme desigualdade existente entre os povos que vivem "nababescamente", e, os muitos miseráveis.

Para tanto, sua tese, partindo de Augusto Comte, é a do controle da natalidade, não por meios impostos pelo governo, mas sim, através da persuasão, do esclarecimento às famílias, do planejamento familiar enfim, demonstrando-lhes que, quanto mais se proliferarem desordenadamente, tanto maior serão suas dificuldades em manter, em educar e criar seus filhos, como também de cooperarem para o progresso do país.

Através de dados e cifras significativas, nos mostra a problemática da baixa produtividade no Brasil, onde fatos como a mortalidade infantil, doenças as mais diversas, o menor abandonado, a migração desordenada, a habitação, a má qualidade do ensino, são enfocados, demonstrando o fracasso de nossas elites (do ponto de vista político-sócio-administrativo), e a sua ideologia de tentar fazer do Brasil uma grande potência, com falsos "slogans" e sem que uma reforma econômico-social realmente se efetue.

A tese, portanto, defendida pelo Autor nesse opúsculo, é a de que o Brasil faça seu planejamento familiar — controle de natalidade — a fim de que alcance uma população física e mentalmente mais hígida, através da persuasão do sacerdote, do médico, do assistente-social etc., conjugada com a ação governamental, que seria a de prover os Municípios, que ainda não disponham de Centros e Postos de Saúde, para a devida orientação aos casais, às mulheres, no sentido de que tenham apenas os filhos que possam criar dignamente. Daí nos afirmar que: "Para o progresso necessitamos de gente hígida, profissionalmente capacitada e

sócio-politicamente motivada para o trabalho eficiente e produtivo; fatores de que ... carecemos, e eles não podem ser criados senão a longo prazo". (p. 25) Daí, de igual modo suas acirradas críticas contra a atual política nuclear brasileira, frente seu cotidiano, propondo uma política nuclear, sim, mas, modesta, de preparo para o futuro (p. 27).

No fundo tenta, de igual modo, nos demonstrar que seriam as idéias de Comte, que, aos poucos, estariam sendo aceitas pela humanidade !...

*

OS PERÍODOS HISTÓRICOS DE JUIZ DE FORA

Almir de Oliveira

Depois dos trabalhos de investigação histórica, realizados por Albino Esteves e estampados no **Album do Município de Juiz de Fora** (1915), e depois da **História de Juiz de Fora**, de Paulino de Oliveira (1953), parece oportuno cuidar do estudo da História local em termos de interpretação, do estudo que ofereça as “íntimas conexões entre fatos aparentemente isolados” (Besselaar) e ponha em nosso espírito “o sentido da ação do homem” (José Honório Rodrigues), que traga a compreensão dos fatos passados e suas influências na elaboração do presente.

Aqueles dois excelentes trabalhos precursores, absolutamente indispensáveis ao estudo da História juiz-forense, oferecem aos estudiosos material e roteiros que, complementados por outras pesquisas no terreno econômico e social, poderão levar a conclusões muito úteis a uma compreensão de Juiz de Fora.

Sem pretender deitar lições numa área onde não me detive, na medida em que outros estudiosos o têm feito, mais sugerindo que doutrinando, penso que esse estudo poderá partir de uma periodização feita com base em acontecimentos econômico-sociais. É que Juiz de Fora, como outras muitas cidades, surgiu em consequência de uma ação de natureza nitidamente econômica — o desbravamento e a colonização do território das Minas Gerais — e teve seu desenvolvimento marcado por fatos predominantemente econômicos, diferentemente, por exemplo, de Belo Horizonte, Goiânia e Brasília, surgidas sob a inspiração de necessidades político-administrativas, como Washington.

Teríamos, por isto, uma História local dividida em períodos, todos eles bem assinalados por acontecimentos econômicos, pelo que proponho ao exame dos mais qualificados a seguinte periodização:

Primeiro período: desbravamento e povoamento (1701 — 1840)

A partir do início da abertura do **Caminho Novo**, em 1701, pelo bandeirante Garcia Rodrigues Paes, começa o desbravamento e o povoamento da região em que veio a surgir a cidade.

O escoamento clandestino do ouro pelo **Caminho Velho** do Rio de Janeiro e pelo da Bahia foi uma das causas da abertura de um novo caminho para as Minas Gerais. Por este, menos longo que o velho, que

tinha início em Parati, podia chegar-se diretamente ao Rio de Janeiro, sem necessidade da viagem marítima entre a capital e aquele porto fluminense. Vinha-se por terra, como nos relata Antonil.

Terminado o **Caminho Novo**, que ligou a Borda do Campo (hoje Barbacena) a Paraibuna, e, depois, Vila Rica ao Rio de Janeiro, a Coroa doou, ao longo dele, várias sesmarias, a começar pelas que receberam o próprio Garcia Rodrigues Paes e seu cunhado Domingos Rodrigues da Fonseca, seu sucessor na construção do **Caminho**.

Aí começa a história da região e, pois de Juiz de Fora, fruto das roças, fazendas e pousos, que vicejaram às margens do **Caminho Novo**. Exemplo disso, a que, tendo sua sede à margem esquerda do Rio Paraibuna, nas proximidades da atual Avenida Garibaldi, Campinhos, veio a ter o nome que originou o da cidade. Essa fazenda pertenceu ao juiz-de-fora do Rio de Janeiro, Luís Fortes Bustamante e Sá, que a adquiriu de João de Oliveira, secretário do Governador Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, por escritura de setembro de 1713. João de Oliveira havia recebido as terras por doação do mesmo Governador em janeiro de 1710. Esta doação e aquela venda constam de documentos encontrados pelo historiador Alexandre de Miranda Delgado, cujas cópias estão hoje em poder do Instituto Histórico e Geográfico de Juiz de Fora.

Destarte, a História de Juiz de Fora se conta a partir de 1701 e é, para começar, uma história de povoadores, de agricultores e criadores, que preferiram a tranquilidade das lavouras e dos currais à febricitante aventura do ouro e das pedras preciosas.

Essa fase agropecuária domina largo período, a começar por volta de 1709, quando o rei de Portugal doou a Garcia Rodrigues Paes e suas filhas algumas sesmarias. Várias dessas fazendas, ou roças, resultaram em pousos, que vieram a ser arraiais e vilas, mais tarde cidades, tal como aconteceu aqui mesmo. E, sem que se encerrasse o labor agropecuário, antes com o seu desenvolvimento, principiou o

Segundo Período: Urbanização (1840 – 1861)

Em 1836, o Governo da Província de Minas Gerais incumbira o engenheiro alemão Henrique Guilherme Fernando Halfeld de construir uma estrada de Vila Rica a Paraibuna, na Província do Rio de Janeiro. Halfeld casou-se com a filha do fazendeiro Antônio Dias Tostes, então proprietário da “fazenda do juiz-de-fora”, e, em 1840, aqui se estabeleceu. Naquela época, já existia no lugar um princípio de povoação, pois o engenheiro, escrevendo em 1846 a seu filho Francisco, na Alemanha, dava notícia de “músicos do arraial”, que haviam tocado no batizado de seu filho Luís, nascido aqui. Na mesma carta, Halfeld enumerou cinco famílias, um padre e um mestre de música como participantes da festa.

Naquela mesma época, havia na localidade o “professor de música instrumental e vocal” José Venâncio de Assunção Costa, que organizava uma “companhia de música”, e Anacleto José Sampaio, que é apontado como o primeiro mestre-escola do arraial. Isto nos dá idéia de que antes de Halfeld já principiara a formação de nosso burgo, pois não haveria de ser em apenas seis anos, naqueles tempos, que se formaria um arraial em zona agropastoril, que viesse a merecer, mais quatro anos depois, as honras de sua elevação à vila e sede municipal. Mas, Halfeld é dado como o fundador de Juiz de Fora...

Certo é, porém, que, a partir de então, se acelerou o desenvolvimento da vida urbana. A atividade agropecuária desenvolvera-se intensamente, pondo em relevo fazendeiros da região, produtores de café principalmente, dos quais mais de uma dezena veio a adquirir títulos nobiliárquicos, como os barões de Santa Helena, de Santa Mafalda, de Juiz de Fora, de São João Nepomuceno, de Cataguases, do Retiro, de Aquino, de Bertiooga, de São Marcelino, de Itamarandiba, do Pontal, de Monte Mário (depois visconde) e outros mais. Essa nobreza cafeeira daria à vila um ar aristocrático, aqui edificando grandes solares, que o progresso, com outras preocupações, foi substituindo por arranha-céus.

A estrada do Rio de Janeiro estaria produzindo, como todas as estradas, seus benéficos resultados. O café, aqui introduzido nos fins do século XVIII, enriquecia a região. O trabalho escravo aumentava a população negra, trazida para as lavouras.

O arraial cresceu ao impulso dessa atividade agrícola predominante, e, em 1850, foi elevado à categoria de vila e sede de Município, desmembrando-se de Barbacena. Revelara-se apreciável força sócio-econômica a refletir na vida administrativa da Província. O Município, instalado em 1853, com a posse dos primeiros vereadores, tinha aprovado desde logo seu primeiro orçamento, que foi de 680 mil réis, estimativa pessimista, e sempre superada pelos fatos, que haveria de orientar administrações sucessivas, na observação de Paulino de Oliveira. Em 1858, o orçamento já ascendia a 3:380\$000, mas o Município arrecadaria, naquele ano, 7:637\$000. O processo de urbanização prosseguiu: cemitério, calçamento de ruas, matadouro de gado, chafarizes, regulamento da construção civil, saneamento. E, já em 1856, a vila era elevada à categoria de cidade. Em 1858 recebia iluminação pública, feita a gás.

A prosperidade da região levou Mariano Procópio Ferreira Lage a criar a Companhia União e Indústria com o objetivo de carrear a farta produção agrária do Município e suas adjacências para o Rio de Janeiro. Com ele, principia o

Terceiro Período: Desenvolvimento urbano e primórdios da industrialização (1861 – 1889)

Homem empreendedor, Mariano Procópio Ferreira Lage projetou uma estrada de rodagem, que fosse capaz de dar escoamento mais eficiente à significativa produção de toda a região. Por decreto imperial de agosto de 1852, obteve concessão para construir “duas linhas de estradas que começando nos pontos apropriados à margem do rio Paraíba, desde a Vila deste nome até o Porto Novo do Cunha, se dirijam uma até a Barra do Rio das Velhas, passando por Barbacena, e com ramal desta cidade para São João del Rei, outra pelo município de Mar de Espanha, com direção a Ouro Preto e desejando quanto possível o benefício da agricultura e o comércio das indicadas localidades, facilitando as comunicações entre aqueles pontos e relações entre as duas Províncias, do Rio de Janeiro e Minas Gerais.” Constituiu-se a Companhia com um capital de 5.000:000\$000, dividido em dez mil ações de 500\$000, colocadas, em grande maioria, “entre os fazendeiros e os donos de terra por onde passaria a futura estrada de rodagem” (J. L. Stehling). Construiu-se a estrada. Antes de sua inauguração, em junho de 1861, Mariano Procópio contratou com o Governo da Província do Rio de Janeiro a continuação da estrada de Paraibuna até Petrópolis. A Companhia União e Indústria não só construiu a estrada, mas, teve a concessão para explorar um serviço regular de transportes por meio de diligências e carroças em toda a sua extensão, num total de 64 léguas e meia, compreendendo os ramais de Juiz de Fora a Petrópolis, de Juiz de Fora a Ubá, de Posse a Aparecida, de Serraria a Mar de Espanha e de Paraibuna a Flores.

Não ficou nisto, porém, Mariano Procópio. Em 1855, faltando-lhe artífices especializados no País para as obras de arte da estrada e para a construção de seges, carruagens e carroças, destinadas ao transporte que teria de realizar, providenciou a contratação de trabalhadores alemães, que para aqui emigraram. Em seguida, contratou a vinda de outros imigrantes, também da Alemanha, para uma colônia agrícola — a Colônia Dom Pedro II. Estava autorizado a contratar 400 famílias, que viriam por partes. Vieram somente 225 famílias em cinco embarques de abril a junho de 1858, num total de 1.162 pessoas de várias idades, procedentes de diversas partes da Alemanha, entre as quais austríacos, luxemburgueses, prussianos e dinamarqueses. Esses colonos germânicos eram em parte artífices e em parte agricultores. Os primeiros empregaram-se nos serviços da União e Indústria. Os outros formaram a Colônia Dom Pedro II. Esse ingresso de imigrantes triplicou a população de Juiz de Fora, como assinala Luís José Stehling, que pesquisou minuciosamente a respeito (**Juiz de Fora, a Companhia União e Indústria e os Alemães**, 1979).

A União e Indústria, enquanto incentivou a produção agrícola, melhorando-lhe as condições de escoamento, incrementou o desenvolvimento urbano de Juiz de Fora pelo estímulo trazido ao comércio e às atividades produtoras em geral.

A partir de 1865, sem falar nas indústrias da Companhia de Mariano Procópio, que fabricava suas próprias carruagens e carroças e as conservava, começou o desenvolvimento da industrialização de Juiz de Fora. Daí até 1889, mais de uma dezena de fábricas se instalaram na cidade.

O panorama social vai mudar sensivelmente, embora naquele mesmo 1865 já se observasse a decadência da União e Indústria. Para isso contribuiu a aproximação da Estrada de Ferro Dom Pedro II, que veio a ser a Central do Brasil, à qual a União e Indústria devia entregar cargas em Paraibuna, com redução de seus lucros. Se a rodovia entrava em colapso, a ferrovia lhe tomava o lugar no desenvolvimento do progresso de Juiz de Fora. Paulino de Oliveira escreveu a esse respeito: “o estabelecimento das comunicações ferroviárias entre a Província de Minas e a Corte veio acelerar muito mais que a União e Indústria o progresso de Juiz de Fora, trazendo para aqui novas fontes de prosperidade e despertando atenções gerais para a cidade” (*História de Juiz de Fora*, pág. 83). A década de 70 do século XIX foi altamente expressiva. Criou-se a Comarca e edificou-se o que o conselheiro Visconde de Sinimbu chamou “um Palácio à Justiça”. Apareceu a imprensa periódica. As indústrias multiplicaram-se. A vida cultural desenvolvia-se. Construiu-se o primeiro teatro. Iniciou-se a instrução secundária. No ano de 1870, a Administração Municipal informava ao Governo da Província que a cidade contava 190 estabelecimentos industriais e comerciais.

José Rangel, um dos fundadores, aqui, da Academia Mineira de Letras, fala assim de Juiz de Fora de 1877, em seu livro de memórias **Como o tempo passa...**: “Em 1877 a cidade de Juiz de Fora não contaria, talvez, mais de 10 mil almas, apesar de constituir um centro de atração, pela sua fama de opulência, progresso e cultura, aliás justificada, quanto à riqueza, pois o vasto município de que era sede contava numerosas fazendas de café, cujos proprietários — dado o valor desse produto, da moeda circulante, e o trabalho não remunerado da escravatura — iam dia a dia enriquecendo, aumentando os seus cabedais em terras, em plantações novas, em propriedades urbanas, em títulos da dívida pública, acumulando, alguns, por essa forma, imensas fortunas, que se tornaram tradicionais, aliás, sem grande esforço, graças ainda à uberdade do solo conquistado às matas, além da fácil colocação das safras, já então levadas por via férrea, que veio substituir o transporte moroso feito anteriormente pelas carroças da União e Indústria ou em lotes de burros até aos armazéns dos comissários”. (págs. 49/50).

A década seguinte veio a ser ainda mais expressiva. Nela teve início a maior industrialização de Juiz de Fora. Em 1884, inaugurava-se o serviço telefônico. A empresa inglesa Morrit & Cia. instalava a primeira fábrica de tecidos movida a energia elétrica, inaugurando em 1887 sua iluminação por lâmpadas incandescentes. No ano seguinte, Bernardo Mascarenhas inauguraria a iluminação pública e particular produzida por energia hidrelétrica, e sua fábrica de tecidos. Outros estabelecimentos industriais se lhes seguiram, estimulados pela presença dessa nova energia.

O panorama social mudava sensivelmente. Aparecia gradativamente uma nova classe social — o operariado urbano. Nessa fase ainda se falava de barões e viscondes, senhores de terras, produtores agropecuários. O café ainda era uma considerável força econômica, mas a atividade urbana crescia de significação. A abolição da escravatura abalou a economia rural baseada no café. Mas, o processo de industrialização, já iniciado, haveria de assegurar à cidade sua hegemonia sócio-econômica na Província, tornando-a mais importante, quanto a isto, que a própria Capital provincial.

Quarto Período: Desenvolvimento Industrial (1889 – 1930)

A fundação da Companhia Mineira de Eletricidade, com o duplo objetivo de alimentar os motores da Companhia Têxtil Bernardo Mascarenhas e fornecer energia elétrica para a iluminação pública e particular, assim como para a indústria privada, mudou a face de Juiz de Fora. Em 1889, já a cidade contava com 11 estabelecimentos industriais de maior porte, aos quais se acrescentariam mais 12, até o final do século.

Em 1896, a Tipografia Mattoso publicou um **Almanaque de Juiz de Fora**, dando da cidade um retrato muito expressivo. Dizia a “Crônica”, texto de apresentação da “urbs”, firmado por **Lindoval**, pseudônimo de Lindolfo Gomes, também fundador da Academia Mineira de Letras: “A população atinge atualmente para mais de 15.000 almas e as edificações multiplicam-se progressivamente; em cada rua, em cada canto, dia-a-dia, surgem novos prédios, novos **chalets**, gênero de construção para o qual temos aprimorado gosto.” Mais adiante: “A cidade é quase toda iluminada à luz elétrica, se fizemos exceção de algumas ruas recentemente abertas, abastecida de regular água potável, servida de carros de praça e de uma **ferro-carril** que faz o serviço regularmente, ruas sofrivelmente calçadas e ladeadas por espaçosos passeios de cantaria; Juiz de Fora é uma cidade essencialmente cosmopolita e caminha aceleradamente, progredindo, progredindo espantosamente.” ... “E a fumarada das fábricas, o borbórinho nas ruas, o rodar ruidoso dos carros, a grita dos apregoadores enche-nos consoladoramente de animação e suaviza-nos as horas insípidas do trabalho”. Registrava o “Almanaque” a existência de 28 ruas e 3 largos. Eram 23 as fábricas, dentre as quais 4 grandes de tecidos, 8 cervejarias e 4

de açúcar. O comércio contava com 303 estabelecimentos, destacando-se 118 de secos e molhados, 47 de tecidos e armarinhos, 22 botequins e 15 de comércio de calçados. A construção civil estava a cargo de 9 empresas, havia 52 casas de profissionais artífices, destacando-se 18 alfaiatarias, 11 barbearias, 7 latoarias, 4 modistas, 5 serralharias. Eram 33 os carros de praça, tirados a burros, ou cavalos. No foro, com um Juiz de Direito e um Promotor de Justiça, 3 Juizes de Paz, 2 Tabeliães, 2 Escrivães de Órfãos e Ausentes, 1 Escrivão de Paz, 1 Oficial do Registro de Hipotecas e 1 Contador, Distribuidor e Partidor, militavam 33 advogados e 8 solicitadores. Os médicos contavam-se pelo número de 21 e os dentistas pelo de 6. O comércio e a indústria eram servidos por 11 guarda-livros. Circulavam na cidade 2 jornais diários, 1 semanário e 2 mensários. Havia 5 sociedades de beneficência: 1 alemã, 1 portuguesa, 1 italiana, uma teuto-brasileira e 1 brasileira. Os operários tinham um clube. Os colégios de nível secundário eram 5, distinguindo-se o Granbery e a Academia de Comércio. Havia 3 Vice-Consulados na cidade: o de Portugal, o da Itália e o de França. Duas estradas de ferro serviam à cidade.

Em agosto de 1894, o comércio local instituiu o descanso dominical.

Este era o panorama de uma cidade, que, no final do século XIX, superava galhardamente a crise decorrente da abolição da escravatura e arrancava vigorosamente para transformar-se num importante centro industrial, que lhe traria, mais tarde, o cognome de “Manchester Mineira”. A iniciativa de Bernardo Mascarenhas surtia o efeito pretendido. Multiplicavam-se as fábricas ao estímulo da energia elétrica. A cidade atingia um alto grau de urbanização. O comércio atacadista crescia de importância, abastecendo toda a Zona da Mata e parte da Serra e da Província do Rio de Janeiro. Exemplo expressivo desse comércio era, naquele fim de século, o Bazar Lion, que anunciava destacadamente no referido Almanaque: casa importadora de Paris, Viena, Hamburgo e Nova York, oferecia uma ampla gama de mercadorias, desde artigos escolares até roupas finas, móveis e veículos, apta a fornecer a toda Minas Gerais. Outro exemplo veio a ser, a partir de 1902, a Companhia Dias Cardoso, que foi um complexo comercial, compreendendo banco, grande parque gráfico, livraria e papelaria, comércio de artigos para escritórios, confecção de livros comerciais e judiciais e comércio de instrumentos musicais, com exportação para toda Minas Gerais e outras partes do País. As duas ferrovias — Estrada de Ferro Dom Pedro II (depois Central do Brasil), e Leopoldina Railway, tinham aqui suas estações com grande movimento de cargas e passageiros. Em 1911, as exportações de Juiz de Fora pela Central do Brasil foram de 600:829\$543 e, em 1913, essa exportação já subira a 920:063\$688, mais de um terço, pois. O volume de mercadorias que a cidade recebeu em 1913, pela mesma ferrovia atingiu o valor de 644:246\$370. Ficou na cidade um **superavit** de 275:853\$318. Entre 1892

e 1910 instalar-se-iam na cidade mais 15 estabelecimentos industriais de grande porte, entre elas 4 de tecelagem e fiação, 3 de laticínios e 2 de cerveja. Em 1911, a Cia. Mineira de Eletricidade projetou mais uma usina, nos Marmelos, que pôs em funcionamento em 1915. Em 1921 e 1922 acrescentou-lhe mais dois grupos geradores. Isso possibilitou a instalação de mais 25 indústrias no período de 1911 a 1922, levando a empresa a construir sua terceira usina, a da Paciência, em Matias Barbosa, cujo primeiro grupo de geradores se pôs a funcionar em maio de 1930. Quando a referida Companhia completou a usina da Paciência, em 1937, sua potência instalada passou a ser de 7.520 kw.

Esse período de quarenta e um anos, pode dizer-se, foi o mais brilhante de Juiz de Fora. Dessa época é a criação do Banco Territorial e Mercantil (1887) e a do Banco de Crédito Real de Minas Gerais (1888). Tornou-se o ambiente cada vez mais propício ao desenvolvimento cultural. Alberto Diniz, que aqui viveu naquele fim de século e princípio do XX, escreveu em seu livro de memórias **Vida que passa**: “Não se destacava a cidade apenas por seu importante parque industrial, a que deveu a merecida denominação de Manchester mineira, mas ainda e, principalmente, por suas atividades culturais. Rivalizava sua imprensa com as melhores do país, redigida por profissionais e amadores de alto valor” (pág. 69). “Abundavam ali os centros de diversões, sendo o principal deles o Clube de Juiz de Fora, em cujos salões diariamente se reunia o escol da sociedade. E toda essa prosperidade, que a fazia sem rival no Estado, lhe vinha de sua própria iniciativa, do espírito ousado e progressista de seus habitantes” (pág. 70). “Advogados e médicos desenvolviam importante atuação nos meios culturais locais, interferindo no jornalismo e estimulando-o”. Duas entidades, criadas no final do século, revelam o espírito realizador dessas duas categorias de profissionais: o Instituto Jurídico Mineiro, fundado em 1893, era um centro de estudos do Direito” no seu mais amplo desenvolvimento, nas suas aplicações práticas e comparação com os diversos ramos da legislação estrangeira” e se dispunha a prestar assistência judiciária aos necessitados. (art. 1^o do estatuto); a Sociedade de Medicina e Cirurgia, fundada em 1889, visava a “concorrer para o progresso das ciências supra-indicadas (a medicina e a cirurgia) e para o cultivo intelectual de seus membros”, assim como a “estudar as causas permanentes ou transitórias de insalubridade da cidade”, como dispunha seu estatuto.” (Almir de Oliveira, **A Imprensa em Juiz de Fora**, pág. 26). De 1870 até o final do século, 60 publicações foram postas a circular em Juiz de Fora, revelando a intensidade do trabalho intelectual da cidade. Desses, três merecem menção especial: “Correio de Minas”, “O Pharol” e o “Jornal do Comércio” pela influência que exerceram nos movimentos políticos de Minas Gerais. No período, que vai de 1889 a 1930, outras afirmações de natureza cultural vão marcar Juiz de Fora: a fundação da Escola de Farmácia e Odontologia (1905), a Faculdade de

Direito (1913), a Escola de Engenharia (1913), a Academia Mineira de Letras (1909), a Associação de Imprensa de Minas (1909), a Liga Mineira contra a Tuberculose (1900), o Instituto Politécnico (1909), o Instituto Pasteur (1900), o Inst. de Prot. e Ass. à Inf. (1918).

O constante crescimento da importância social, econômica e política de Juiz de Fora nesse período vai expressar-se na instalação, aqui, do 2º Batalhão da Força Policial do Estado em 1911, do 57º Batalhão de Caçadores do Exército, em 1917, da sede da 4ª Região Militar, em 1920 e da criação da Diocese de Juiz de Fora, em 1924.

Em 1906, a Cia. Mineira de Eletricidade eletrificou o serviço de bondes, que adquirira ao concessionário de então. O serviço de telefones, que se iniciara em 1883, entregues à Companhia Industrial Mineira, passara à Cia. Mineira de Eletricidade em 1893, que, em 1928, contratou a substituição dos aparelhos a magneto pelos automáticos, que vieram a ser instalados em 1931.

Em 1905, ocorrera o grande levante operário na Rússia. O fato repercutiu em Juiz de Fora, onde já estava formado um proletariado significativo. E o poeta Alves Júnior pôs a circular o jornal "O Operário", de duração efêmera. Em 1921, o mesmo jornalista editaria "O Braço Operário" e, em 1930, Cleveland Duarte poria em circulação a "Gazeta Operária". Essas iniciativas revelavam a importância que tinha, então, o movimento operário na cidade, o qual se manifestara já em 1912, num documento dirigido à Câmara Municipal pleiteando oito horas de trabalho, sem redução salarial, horário livre para o tarefeiro sem redução do preço por unidade produzida e proibição do trabalho de menores de 14 anos além das dezessete horas. Dizia o documento, nas suas considerações gerais: "O movimento operário, que nestes últimos tempos se tem acentuado, inspira simpatias porque, em se tratando das reivindicações sociais, tem o apoio de todo aquele que coloca a ordem e a harmonia da sociedade acima do interesse social." E invocava a autoridade do Presidente do Estado, que "demonstrou de um modo patente e claro que é chegada a hora, no Brasil, de tratar seriamente sobre a classe operária, melhorando as suas condições e fazendo-a erguer altiva e forte dessa posição sem garantias em que se acha atualmente" (ap. Paulino de Oliveira, *História de Juiz de Fora*, 2ª edição, págs. 209/210). A Câmara recusou-se a conceder o que pediam os operários, recomendando-lhes que se dirigissem ao Poder competente. Apenas concedeu a redução do horário dos menores.

Juiz de Fora era a "urbs". Era o centro das decisões políticas de Minas Gerais. Governando o Estado de 1926 a 1930, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, que aqui fora vereador e Presidente da Câmara Municipal, tratou a cidade com particular carinho: construiu um edifício

majestoso para a Escola Normal Oficial, quatro modelares Grupos Escolares, novo edifício para as Repartições Policiais e iniciou a construção da Penitenciária, que ficou inacabada. O Governador Benedito Valadares concluiu a edificação, adaptando-a para nela instalar a Escola de Laticínios Cândido Tostes. Apesar de a Capital já estar instalada em Belo Horizonte, desde o final do século, Juiz de Fora era, de fato, o centro das decisões políticas do Estado. Mais próxima do Rio de Janeiro, conservava a influência que, da Capital do País, recebia desde os tempos do Império. Era um ponto de encontro de políticos para decisões relevantes.

Quinto Período: Estagnação econômica (1930 – 1961)

Em setembro de 1930, encerrou-se o mandato do Presidente Antônio Carlos. Sua substituição por Olegário Maciel deslocou o eixo político para Belo Horizonte, com prejuízo para Juiz de Fora e a Zona da Mata. O novo Presidente era homem do centro do Estado e alheio à Zona da Mata Mineira, que não lhe sentiu a presença durante os três anos de governo. Sua adesão ao Governo Federal contra a Revolução de 1932 acentuou ainda mais a distância entre Minas e São Paulo, ensejando o ditador Getúlio Vargas a manobrar no sentido de uma aproximação São Paulo – Rio Grande do Sul. E Minas Gerais ficou entregue, a partir de 1933, a Benedito Valadares, que se mostrou todo o tempo de sua governança, submisso ao ditador. Também Benedito Valadares era de outra região do Estado e não tomou conhecimento da Zona da Mata. Juiz de Fora hostilizou-o durante a campanha política de 1936 e recebeu um pesado troco. Conservado no Governo em 1937, Valadares recusou a Juiz de Fora quaisquer empreendimentos que visassem a dar prosseguimento à ascensão econômica da orgulhosa “Manchester Mineira”. E desviou para Belo Horizonte o desenvolvimento industrial, criando ali o Município de Contagem, para o qual encaminhou indústrias de grande porte. Numa Minas Gerais marginalizada pelo Governo Federal, Juiz de Fora estava também marginalizada, a ponto de ter tido como seu Prefeito, nomeado pelo Governador, um sobrinho deste, com desprezo dos políticos locais ! Isto diz tudo.

Começou a estagnação econômica de Juiz de Fora. A cidade perdeu, aos poucos, sua condição de maior centro industrial e comercial de Minas Gerais. A construção da estrada Rio – Bahia foi outro golpe duro na cidade: as melhores cidades da Zona da Mata, servidas por ela, passaram a comerciar diretamente com o Rio de Janeiro. Desapareceram as grandes casas de comércio atacadista, passando a cidade a ser um centro comercial de retalhistas. As estradas que ligavam Juiz de Fora à Zona da Mata pioravam à falta de pavimentação e conservação. O Estado ligava a região a Belo Horizonte por outras áreas. Juiz de Fora continuou crescendo vegetativamente, mas pouco expressiva como centro de produção

industrial e cultural. Liquidara-se seu prestígio político. A ditadura Vargas-Valadares anesthesiava a consciência política da cidade. As atenções oficiais voltaram-se para o centro do Estado. A crise do café já fora rude golpe na economia da Zona da Mata, afetando Juiz de Fora. O parque industrial começou a obsolescer. A guerra de 1939 – 1945 trouxe mais dificuldades para sua atualização. Desapareceram três grandes estabelecimentos industriais, que não tiveram substitutos do mesmo porte: a Santa Rosa, a Morais Sarmiento e a Meurer. O meio cultural entrou em decadência: a imprensa periódica ficou reduzida a três ou quatro jornais diários e a um quinzenário. Até o futebol entrou em colapso, hibernando-se os três principais clubes da cidade: o Tupi, o Tupinambás e o Sport. A sede de fato do Banco de Crédito Real passou à Capital do Estado, ficando aqui uma sede simbólica. O serviço de telefones foi absorvido pela Telemig, empresa do Estado, e, por último, o de energia elétrica, pela Cemig, também do Estado. Aos poucos, a cidade foi perdendo o poder de decisão sobre si mesma.

O advento da Universidade, em 1961, acenou com a possibilidade de melhoras: aumentou a população estudantil, estimulou-se o comércio retalhista e a indústria da construção civil. A notícia da Siderúrgica Mendes Júnior deu novo alento aos juiz-foranos. Há como quê um despertar de esperanças. Mas, a cidade, apesar de crescer, ainda não retomou sua antiga posição de grande centro industrial. É mais uma cidade de serviços. Nem a Universidade, amarrada ao poste de uma burocracia indiferente aos seus destinos, tem podido restituir a Juiz de Fora seu velho “status” de “Barcelona Mineira”, como lhe chamou Rui Barbosa. Mas, o sexto período parece começar.

*

O que aqui está é apenas um ligeiro esquema. Cada período destes deverá ser estudado em profundidade, para que se descubram as causas remotas e próximas, as internas e as externas, das respectivas características, e suas conseqüências. Para que se obtenha sua compreensão. Será um trabalho de interpretação. Há que analisar os fatos, completar as informações e tirar conclusões. Não se pode, ainda, dispensar uma pesquisa de profundidade no terreno do econômico e do social, que venha enriquecer o conhecimento de nossa evolução histórica. É tarefa para os jovens, que vêm aí.

*

ORIGENS PAULISTAS DO SUL DE MINAS GERAIS *

José Antônio de Lemos Júnior

Imenso é o campo virgem que se oferece aos estudiosos da história do sul de Minas; muitos já divulgaram e coordenaram fatos sobre a região, de um passado bastante lírico e apaixonante, quer por seu romantismo de aspecto original, característico da grande epopéia da expansão geográfica, quer pelos lances dramáticos de seus personagens na consolidação do território conquistado.

Na primeira década de 1700, a crescente produção do ouro já havia dado enorme importância a Minas Gerais, havendo vozes que aconselhavam o desmembramento da Capitania de São Paulo e Minas do Ouro, até então uma só. A seis de abril de 1714, na vila de Nossa Senhora do Carmo, hoje cidade de Mariana, Dom Brás Baltasar da Silveira, Governador da Capitania, reúne uma Junta que lavra Ata sobre os limites de diversas comarcas do território, considerado o mais antigo documento de demarcações fronteiriças entre Minas Gerais e São Paulo, pois delimitava a Comarca do Rio das Mortes, do Termo de Guaratinguetá.¹

Em dezembro de 1720, um Alvará Régio separa a Capitania em duas, dando origem a de Minas Gerais, com governo próprio, mas criando um grave problema de divisas que se arrastou por mais de 200 anos, gerando sérios conflitos motivados pelas inconveniências das demarcações.

A descoberta do ouro a oeste de São João Del Rei, Comarca do Rio das Mortes, e do Rio Sapucaí, até então refúgio de mineradores clandestinos e quilombo de escravos, deu origem a diversos povoamentos, entre os quais as vilas de São Gonçalo do Sapucaí e Campanha, atraindo para a região grande número de sertanistas e bandeirantes. A imensa maioria destes homens era paulista, que tinha a proteção e o incentivo do Governador Dom Luís de Mascarenhas.

Neste ambiente de aventuras, começa a surgir a figura de Francisco Martins Lustosa, antigo açougueiro e comerciante na Vila da Campanha, que dominaria os acontecimentos da região por um largo período.

Sempre às voltas com as perseguições que lhe moviam as autoridades de Minas Gerais, Martins Lustosa penetra nos sertões a oeste do Rio Sapucaí, vindo a descobrir ouro e dando origem ao arraial de Santana do Sapucaí, hoje cidade de Silvianópolis.

(1) Rev. do Arquivo Público Mineiro, XXIV, págs. 27/32 e 433/436.

(*) Conferência lida na Academia Campinense de Letras em sessão de 13 de setembro de 1982.

As autoridades da Comarca do Rio das Mortes tomam conhecimento do fato e tentam a posse do novo descoberto, usando canoas; os paulistas reagem e resistem, travando-se, então, uma autêntica batalha naval. Inseguros, os bandeirantes se retiram, caminhando a oeste, chegando ao local onde hoje se encontra a cidade de Ouro Fino.

Francisco Martins Lustosa não estava entre os primeiros a chegarem ao novo descoberto, só tendo vindo para Ouro Fino, fugindo das autoridades de Minas Gerais, no final de 1748 ou no início de 1749. Nesta ocasião, o Conde de Bobadela, Gomes Freire de Andrade, em carta ao Governador de Santos, dizia que Martins Lustosa "...indo ultimamente para o quilombo de Ouro Fino e nele estar usando de absoluto e régio poder, tendo vida e fazenda quem ele determina."²

Na época, o arraial de São Francisco de Paula de Ouro Fino já tinha uma Capela, com população em torno de 200 pessoas, que entendia, perfeitamente, estar em território paulista, sem saber que a região já fazia parte da Capitania de Minas Gerais, pois a 9 de maio de 1748, uma Provisão Régia havia retirado Dom Luís de Mascarenhas do Governo de São Paulo e encarregado Gomes Freire de Andrade, o Conde de Bobadela, do Governo das Províncias de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro; a mesma Provisão, recomendava ao novo Governo, que restabelecesse os limites entre São Paulo e Minas Gerais, que "...seriam traçados pelo Rio Grande e pelo Sapucaí, ou por onde lhe parecesse."³

Esta última cláusula (ou por onde lhe parecesse), selou o destino mineiro de Ouro Fino e de uma vasta região, pois Gomes Freire de Andrade, senhor da situação, depositário da confiança do Rei de Portugal, árbitro único na questão de limites, inimigo de Martins Lustosa, elege delegado de sua confiança para a execução da Provisão Régia, o Doutor Tomaz Rubim de Barros Barreto, Ouvidor da Comarca do Rio das Mortes e figadal inimigo de Lustosa.

Intérprete fiel de Gomes Freire, Tomaz Rubim faz a demarcação pelas montanhas da Mantiqueira e por uma imaginária serra do Mogi Guaçu, de difícil interpretação.

A demarcação Rubim não soluciona o problema; leva descontentamento e gera conflitos por mais de duas centenas de anos. Ouro Fino, mais do que outras cidades do Sul de Minas, sempre esteve no centro do problema; seus habitantes tomaram parte ativa em quase todos os acontecimentos sobre a questão. Martins Lustosa, Ângelo Batista Furtado, Luís de Freitas Vilhalva, Antônio Correia de Abranches Bizarro, Sebastião Pires Ribeiro e Aureliano Leite, entre outros, em diversas épocas, atuaram na questão. Em 1913, o ouro-finense Júlio Bueno Brandão, então presidente de Minas, assina com o Governo de São Paulo um convênio sobre os limites dos dois Estados; e este não foi o último...

(2) Derby, Orville – *Documentos Interessantes*, XI, pág. 49.

(3) Derby, O. – *Obra citada*, pág. 41.

Arraial incipiente, cada novo sítio que se abria no sertão desconhecido, era causa de contestação em ambos os lados da fronteira. Em 1787, o Guarda-Mor de Moji Guaçu, Inácio Preto de Moraes, em carta ao Governo de São Paulo, acusa o Alferes Joaquim de Freitas, “comandante do Ouro Fino” (sic), do rompimento do marco divisório, na cabeceira do Rio Pardo; sobre o mesmo acontecimento, Jerônimo Dias Ribeiro, em carta a Dom Bernardo José de Lorena, acusa dois soldados de Ouro Fino, a mando de Joaquim de Freitas, de destruírem o marco do Rio Pardo.⁴

Eram litígios bastante comuns; em 1825, o Capitão de Moji Mirim, em carta a seu Governo, dizia que os “comandantes das ordenanças da Freguesia de São Pedro do Ouro Fino, Província de Minas Geraes” (sic), Antonio Correia de Abranches Bizarro e Bento José Tavares, estavam inquietando o seu distrito, mandando fazer posse de terras dentro de seus limites.

Mais tarde, os dois comandantes são acusados de invasão de terras, arbitrariedades, excessos e até roubo de mulheres casadas, como em 1831, quando o delegado da Fazenda Cachoeirinha, em carta ao Juiz de Paz de Moji Mirim, dizia que o Capitão Bento José Tavares havia mandado dois de seus filhos apossarem-se de terras, juntamente com “huns quantos fasinurosos do distrito do Ouro Fino” (sic), trazendo mulheres de vida fácil e escandalosa em suas companhias e roubando mulheres casadas, com a finalidade de “juntarem caterva”.⁵

A conquista do território Sul Mineiro foi feita na base do desbravamento e aventura; os primeiros povoadores, todos eles sertanistas e bandeirantes, lutaram até quando puderam para que a região fosse paulista. Mesmo após a “Posse Mineira de Ouro Fino”, o arraial ficou dividido entre as duas Províncias, pois, se no civil as autoridades eram mineiras, no espiritual, os vigários eram paulistas, subordinados ao Bispo de São Paulo; esta situação perdurou até 1900, quando foi criado o Bispo de Pouso Alegre.

A influência paulista era tão preponderante no arraial e em toda a região, que, em 1853, os moradores fazem uma representação à Assembléia de São Paulo, a exemplo de outras localidades do Sul de Minas, solicitando a anexação de Ouro Fino à Província de São Paulo, numa prova cabal de que, ainda, estávamos ligados às nossas origens paulistas.⁶

Francisco Martins Lustosa, fundador de Ouro Fino, sempre viveu em litígio com as autoridades de Minas Gerais; saiu de Ouro Fino fugido, indo exercer influência nos sertões do Paraná, onde chegou a ser Presidente da Câmara Municipal de Curitiba. Hoje, ironicamente, suas

(4) Derby, O. — Obra citada, págs. 608, 710 e seguintes.

(5) Derby, O. — Obra cit.

(6) Derby, O. — Obra cit., 783.

cinzas repousam no Cemitério da cidade que ele fundou, em serena Paz, venerado pelo povo e sem perseguições por parte das autoridades.

Concluída a “Posse Mineira de Ouro Fino”, alguns bandeirantes e seus descendentes lá ficaram; outros lá chegaram no final do século 18 e início do século 19, entre eles dois descendentes do Anhangüera.

Nascida numa época de pioneirismo, fruto do apogeu da grande conquista dos bandeirantes, Ouro Fino se sente orgulhosa de sua origem e concorda, plenamente, com Augusto de Saint Hilaire, que, ao tomar conhecimento do admirável esforço da expansão geográfica e social dos Bandeirantes, assim se expressou assombrado: “Depois que se conhecem os pormenores das jornadas intermináveis dos antigos paulistas, fica-se estupefato e levado a crer que estes homens pertenciam a uma raça de gigantes.”

Bartolomeu Bueno da Silva, O Moço, também conhecido como o “Segundo Anhangüera”, mesmo apelido de seu pai, a quem, adolescente ainda, acompanhara pelos sertões imensos do Brasil, foi um destes gigantes de que nos fala o sábio Saint Hilaire. Personalidade de ânimo forte e homérica tenacidade, foi o último vulto formidável do bandeirantismo no ocaso, cujo princípio era sempre “descobrir o que buscava ou morrer na empresa”.

Teve enorme influência no descobrimento e povoamento de Minas Gerais e Goiás, estando, já em 1701, na região de Sabará e depois em Pitangui, tendo falecido a 19 de setembro de 1740, na antiga capital de Goiás, por ele fundada. Bisneto de Bartolomeu Bueno, o Sevilhano, apelidado “da Ribeira”, era de uma origem de bravos e destemidos, a quem o Brasil deve inestimáveis serviços e a integridade de seu território.

De seus filhos, todos de grande destaque no movimento das Bandeiras, uma, Leonor Bueno, desposa Domingos Rodrigues do Prado, certamente uma das figuras mais características do antigo paulista, ativo, insubmisso e dessassombrado, homem dos mais notáveis no movimento das Bandeiras. Em 1700, provavelmente como Cabo de Tropa de uma das muitas Bandeiras, penetra nas regiões desconhecidas de Minas, dando início a várias povoações, entre as quais a de Pitangui, que iria marcar, sobremaneira, a vida aventureira e famosa deste sertanista, descrito em nossa História como homem de perfil sanguinário, mas de intenso fulgor.

Suas descobertas grangearam-lhe fortuna, grande número de escravos, muita fama e desgostos. Era respeitado e temido em todo o sertão de Minas Gerais, chegando a chefiar a revolta contra o estabelecimento dos “Quintos do Ouro”. Por sua insubordinação e por ter chefiado a revolta de Pitangui, mereceu citação em carta que o Conde de Assumar, a 9 de fevereiro de 1720, escreveu ao Soberano Português, do

seguinte teor: Senhor: os anos passados estava por Capitão-Mor da Vila de Pitangui, Domingos Rodrigues do Prado... homem régulo e por natureza matador insigne e motor principal das revoluções que sempre houve naquele distrito...”

Mais adiante, citando a ausência de Domingos Rodrigues do Prado na Vila de Pitangui, dá graças a Deus e explica que, com a sua presença, “não havia forma de executar em causa alguma o serviço de sua Magestade, nem cobrar os Quintos.”

Foi um dos precursores de nossa Independência, sempre defendendo a terra contra a cobiça do colonizador. Sua posição de combate às autoridades de Portugal, valeu-lhe a fama de régulo e sanguinário; sua honestidade e liderança junto aos brasileiros, teve o reconhecimento da Câmara Municipal de Pitangui, hipotecando-lhe a solidariedade, indicando seu nome para a administração da Vila, numa clara resistência à Coroa Portuguesa.

De seu casamento com Leonor Bueno, filha do Anhangüera, Domingos Rodrigues do Prado teve, entre outros, dois filhos de nomes Bartolomeu Bueno do Prado e Domingos Rodrigues da Silva.

O primeiro destes irmãos, Bartolomeu Bueno do Prado, casou-se com Isabel Bueno, filha de Francisco Bueno Luís da Fonseca; o segundo, Domingos Rodrigues da Silva, casou-se com Maria Jorge, filha de Pascoal Leite Pais; ambas descendiam de Amador Bueno da Ribeira, o Aclamado Rei.

Destes consórcios nasceram, entre outros, Felisberto Rodrigues Bueno e Ana de Leonor de Gusmão Bueno. Ela faleceu em Ouro Fino, em 1826, para onde viera, na primeira década de 1800, já viúva de seu primo, Felisberto Rodrigues Bueno, em companhia de seu filho Felisberto Candido Rodrigues Bueno e de sua nora, Francisca Justiniana de Seixas S. Ávila.

Este casal conseguiu despertar em mim verdadeira admiração, quando, por simples curiosidade, iniciei um pequeno estudo genealógico de minha família, incentivado e influenciado pela personalidade marcante do Doutor José Guimarães, grande mestre, arguto investigador e cultor apaixonado pela nossa História, com quem aprendi a olhar o passado com respeito, modéstia e humildade, ciente de que somos a resultante e não a determinante de uma sociedade.

Felisberto Cândido Rodrigues Bueno, trineto do grande bandeirante Anhangüera, era descendente de sertanistas e povoadores, verdadeira raça de gigantes. Francisca Justiniana de Seixas da Silva e Ávila, provinha de uma família cujas origens se prendem a um passado longínquo e se confundem com a própria História de Portugal. Descendente de militares, reis e políticos e ascendente de governadores, militares, políticos

e escritores, Francisca Justiniana de Seixas da Silva e Ávila, ou Francisca Sanches de Lemos, nome que adotou ao contrair segundas núpcias com o Coronel José Antonio de Lemos, irmão do Barão do Rio Verde, nasceu em Ouro Preto e faleceu em Ouro Fino, no ano de 1876. Era filha do Brigadeiro José da Silva Brandão e Ana de Seixas da Silva e Ávila; neta de Francisco Sanches Brandão e sobrinha de Beatriz Francisca de Assis. A Musa da Independência, no dizer de Augusto de Lima Júnior, e prima de Marília de Dirceu, Maria Dorotéia Joaquina de Seixas, é uma das figuras mais respeitáveis da História de Minas Gerais.

Dentre os descendentes do Anhangüera, todos netos, bisnetos, trinnetos ou tetranetos do casal Felisberto Cândido Rodrigues Bueno e Francisca Sanches de Lemos, destacamos Elmano Cardim, que foi da Academia Brasileira de Letras; Silviano Brandão, político, advogado e médico, Presidente de Minas e Vice-Presidente eleito da República, não chegando a tomar posse por motivo de sua morte; Júlio Bueno Brandão, Presidente de Minas Gerais por duas vezes, personagem influente na política nacional, signatário, juntamente com Cincinato Braga, no ano de 1913, do “Pacto de Ouro Fino”, origem da famosa política do “café com leite”, entre Minas e São Paulo; Pedro Sanches de Lemos, médico e cientista, grande propulsor das águas termais de Poços de Caldas; Almirante Francisco Augusto de Paiva Bueno Brandão, que, juntamente com seu tio, o Major Sabino Sanches de Lemos, tomou parte na Guerra do Paraguai; Juvenal Sanches de Lemos Brandão, emérito educador mineiro; João Lúcio Brandão, escritor, jornalista e educador mineiro; Higino de Barros Lemos, general de brilhante carreira no Exército Nacional.

De uma geração mais nova, destacamos Álvaro Brandão Apocalipse, grande expressão da pintura mineira; Antônio Fonseca Pimentel, membro da Comissão de Administração Pública Internacional das Nações Unidas, recentemente lembrado para substituir Kurt Waldhein na Secretaria-Geral da ONU e Maurício de Moraes, poeta e jornalista em Campinas.

Podemos citar, ainda 7 dos 14 prefeitos de Ouro Fino, também fazendo parte da descendência do ilustre bandeirante Anhangüera, todos, ainda hoje, confirmando o assombro de Saint Hilaire frente a esta Raça de Gigantes e desmentindo teorias que afirmam ter a descendência do Anhangüera, emigrada para os “eldorados” mineiro, goiano e mato-grossense, se estiolado na decadência, fruto, entre outras coisas, da mesologia ingrata.

A IMPRENSA FRANCANO: UMA FONTE SUBSIDIÁRIA PARA A HISTÓRIA REGIONAL

Milza Bruxellas Peixoto
(Unesp — Franca)

A imprensa francana nasceu no final do século XIX, resultante de um grupo de intelectuais que, com esforço e capacidade, conseguiu projetá-la para além das fronteiras regionais. Desde seus primórdios, desempenhou importante papel na vida da região. Inserindo-se em contexto mais amplo, participou dos movimentos que marcaram as mudanças de estruturas na vida nacional. Esteve presente na luta pela abolição da escravatura e proclamação da República, no movimento constitucionalista de 1932 e em muitos outros momentos de igual importância em épocas mais recentes.

No decurso de um século, mais de 87 jornais surgiram na cidade. Alguns tiveram efêmera existência. Outros, embora fundados no início do século, ainda hoje emprestam sua colaboração ao progresso da cidade. Muitos deles foram radicais em seu posicionamento político e desempenharam marcante papel na história da imprensa francana.

O pesquisador que se propuser a estudá-la encontrará algumas dificuldades, uma vez que as coleções existentes em instituições de pesquisa não se acham completas. O complemento delas teria que ser procurado em arquivos particulares, de difícil acesso.

Ao que parece, a imprensa francana nasceu em 1882 com um jornal semanal intitulado **O Nono Distrito**, que se impôs desde seu primeiro número graças ao seu grande formato, à riqueza e seriedade de suas informações, elegância de seu estilo e seleção de seus colaboradores. Redigido por Gaspar da Silva e César Augusto Ribeiro, ambos intelectuais e professores, teve larga divulgação e tornou-se respeitado pela imprensa da época. Nos seus doze anos de existência, embora tenha afirmado que pretendia ser imparcial e que não estaria a serviço de nenhum partido, mostrou-se logo como jornal revolucionário, combativo e defensor das idéias republicanas. Defendeu acirradamente a idéia da democracia, a abolição da escravatura, a instrução pública elementar, a separação da Igreja e do Estado, a secularização do casamento etc.; criticou violentamente o clero por considerá-lo explorador da ignorância popular; colocou-se contra a criação de uma Universidade no Brasil, por considerá-la um luxo para um país onde o povo, ainda ignorante, não dispunha nem mesmo da instrução primária.

Os problemas locais não foram descuidados. Não só os apontava como propunha medidas para a sua solução. Assim, propôs a construção de um mercado municipal, de um matadouro, reforma da Igreja Matriz, ampliação da rede de correios, melhoria das estradas, iluminação da cidade e outros melhoramentos. Em sua coluna literária apresentava produções inéditas de autores nacionais e estrangeiros. A poesia, muito apreciada pelos leitores da época, esteve presente em todos os números. O espírito combativo e revolucionário desse semanário nem sempre foi bem aceito e compreendido pelos francanos da época. Seus redatores enfrentaram a resistência do clero, ameaças e promessas de vingança. Entretanto, não recuaram. **O Nono Distrito** pode ser encontrado no acervo do Museu Municipal de Franca e no do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo.

Percebendo que **O Nono Distrito** não se dedicava exclusivamente aos interesses da sociedade local, a mocidade francana, influenciada pelos sucessos desse “irreverente” jornal, voltou-se para a imprensa. Há notícias de que em março de 1882 teria surgido **O Polichinelo**, pequeno semanário dirigido por Afonso Froemberg, Álvaro Abranches e Guilherme Voss, voltado mais para os assuntos locais. Seu aparecimento, todavia, não eclipsou **O Nono Distrito**. Foi somente em 1884 que este jornal encontrou verdadeiro concorrente, com o surgimento de outro semanário, **Justiça**, fundado para combater as idéias republicanas de **O Nono Distrito**. **Justiça** esteve sempre a serviço do Partido Conservador. Seus proprietários foram José Garcia Duarte (Barão da Franca) e José Teodoro de Melo. Teve por redator Estêvão Leão Bourroul. Durou pouco, encerrando suas atividades em 1887. Voltou a circular em 1932, com novos objetivos, visando particularmente à defesa da Revolução Constitucionalista.

Na década de 80 Franca foi tomada de verdadeira febre jornalística: **O Papagaio**, **O Recreio**, **O Pirilampo**, **A Rosa Chá**, **O Tiradentes**, **A Sentinela**, todos de efêmera existência. A respeito deles encontramos referências em almanaques históricos de Franca e nas informações obtidas através de entrevistas com anciãos da cidade.

Em 1888 surgiu **O Francano**, de propriedade de Álvaro Abranches Lopes. Voltado para os interesses locais, pretendia ser imparcial, noticioso e comercial. Teve longa existência, embora com interrupções. Por várias vezes mudou de proprietário, sem, contudo, alterar seu programa. Embora voltado para os interesses municipais, não ignorou os problemas nacionais. Teceu severas críticas aos políticos locais, chamou a atenção dos leitores para os meios utilizados pelos políticos na obtenção de votos, denunciou o não cumprimento das promessas dos candidatos e criticou os projetos apresentados à Assembléia Provincial quando prejudicavam o povo francano. Todavia, os assuntos políticos nem sempre

ocuparam o centro das atenções da redação. Em destaque, encontramos informações a respeito da “Filarmônica Tristão” e seus concertos, a chegada a esta cidade da linha telefônica, a fundação da primeira casa bancária, do Colégio de Nossa Senhora de Lourdes, do Externato Sabino Loureiro etc. Também os assuntos sociais mereciam coluna: casamentos, óbitos, viagens de personalidades francanas, visitantes da cidade. Notas sobre agropecuária e esportes completavam o jornal. Em 1931 passou à propriedade de José de Melo e em 1945 à de Tuffy Jorge. Encerrou suas atividades em 1966, tendo, em toda a sua existência, sido alheio às ideologias políticas, mantendo-se imparcial, noticioso e essencialmente comercial.

Entre 1890 e 1900 apareceram: **O Colibri**, **A Época**, **A Camélia** e **Estrela Popular**, dos quais temos referências, mas até o momento deles não encontramos nenhum exemplar.

Em 1900, Antônio Ricardo de Souza fundou a **Gazeta da Franca**, semanal, voltado também para assuntos locais. A política não foi sua preocupação. Pelo número que examinamos, aliás o único que conseguimos encontrar, observamos que as notas sociais e literárias constituíam seu principal objetivo. Esse exemplar de que dispusemos pertence ao acervo particular da família do fundador do jornal. O Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo possui dele alguns números.

Pela mesma época, a 25 de agosto de 1900, Francisco Cunha fundou a **Tribuna da Franca**, editada em tipografia própria, e que circulou até 1940. Defensor das idéias do Partido Republicano Paulista, foi sempre conservador e ponderado, colaborador das causas justas. Conseguiu tornar-se um semanário de grande prestígio na região; voltado para os interesses da municipalidade preocupou-se em denunciar a falta de limpeza das ruas, a necessidade da criação de uma guarda-noturna, divulgou documentos importantes sobre a “Anselmada”, notícias de eleições e das lutas entre as companhias Paulista e Mojiana, valorização do café, entre outros assuntos. A vida social esteve sempre em destaque nesse jornal. Do ponto de vista político, criticou o governo brasileiro por sua ação frente à questão do Acre e com relação ao sistema eleitoral, então vigente, considerou-o fraudulento e superado. Teve como redatores Antônio Ricardo de Souza e Jorge Fernandes. Seus colaboradores usavam pseudônimos e seria necessário um estudo para a devida identificação. Entrou em declínio após a Revolução de 1930 e interrompeu suas atividades em 1940. Ressurgiu em 1967, sob a direção de Otávio Cilurzo. Não teve, em nenhuma de suas fases, participação polêmica em assuntos ideológicos ou políticos; limitou-se a retratar aspectos da vida francana. Dificuldades financeiras paralisaram-no em 19 de outubro de 1968. A coleção desse jornal acha-se bem conservada, embora dispersa por vários arquivos: o pesquisador deverá recorrer ao Museu Municipal de Franca, ao

Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e ao arquivo particular da família do fundador do jornal.

Nesse mesmo período surgiram o **Correio Comercial**, o **Diário da Franca**, o **Bandolim**, o **Fígaro**, o **A Lira**, o **Farpa** e o **Primeiro de Maio**, todos de curta existência e com seus exemplares hoje desaparecidos.

Em 1905, Assis Pereira fundou o **A Cidade de Franca**, bissetimário independente, voltado para os interesses do município. Embora sua maior preocupação não fosse a política, apoiou, contudo, a candidatura de Pinheiro Machado. Suas páginas eram mais dedicadas à parte social e, sob o título "Melhoramentos Locais", propunha medidas que viessem a beneficiar a cidade: conservação das ruas, instalação do Grupo Escolar etc. Entre 1910 e 1911, estampou a legenda "Órgão Político, Agrícola e Comercial do Município". Desconhecemos a época em que deixou de circular. Mas durou pelo menos até 1913, pois o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo possui números referentes a esse ano.

Em 1915, José de Melo fundou o **Comércio da Franca**. Destinado a uma longa existência, teve por objetivo "ser um órgão dedicado aos interesses do comércio, lavoura, indústria e artes", lutando ao lado dos poderes constituídos no Município, no Estado e na União. Pretendendo sempre contribuir para o engrandecimento da cidade, foi semanário até 1938. Teve ao longo de sua existência, vários proprietários. Até 1920, o seu fundador. Nesse ano foi vendido a Ricardo Pucci, que encarregou Antônio Constantino de sua redação. Sob essa direção, o jornal tornou-se polemista. Em 1960, novo proprietário, Alfredo Henrique Costa, que o transformou em diário matutino, conservando-o, contudo, afastado de lutas políticas ou ideológicas. Atualmente, tem por proprietário o Sr. Correia Neves. Em suas páginas encontramos notícias e comentários sobre a Primeira Guerra Mundial, a Revolução de 1930, a reorganização do PRP, o Movimento Constitucionalista, a Revolução de 1964, entre outros assuntos. Na luta pelo progresso da cidade, esteve sempre atento aos problemas locais, denunciando falhas e propondo soluções.

De 1929 a 1932, Franca viu circular outros jornais. O **Diário da Tarde**, em seu número inaugural, publicou a relação deles. Entretanto, poucos foram os que conseguimos encontrar, e mesmo assim apenas números esparsos, conservados em coleções particulares.

O **Socialista**, órgão do Partido Socialista Brasileiro, publicava-se às quartas-feiras e tinha por diretor Norival Caetano da Fonseca. Combatia o Partido Constitucionalista por considerá-lo saudosista, defendendo o nacionalismo e a ditadura de Getúlio Vargas, por julgá-la voltada para os interesses da Nação e mantenedora da "ordem e da liberdade". Era distribuído gratuitamente aos membros do Partido. Dele, encontramos apenas alguns exemplares, na coleção particular de Hugo Bettarello.

O **Liberal**, órgão de propaganda do Partido Liberal, era de distribuição gratuita. Seu redator foi Miguel Daniel. Condenava o governo democrático vigente, denunciava o crescimento da dívida externa, a falta de auxílio à lavoura paulista e o protecionismo que minava os cofres públicos.

A **Bomba**, fundada em 1927 por Higino Nascimento, foi dos mais arrojados jornais da época. Sua publicação não obedecia a nenhum esquema rígido. Nunca o leitor podia prever o dia em que sairia nova edição. Devido a esta irregularidade, sua redação anunciava o próximo número distribuindo um folheto de propaganda. Pretendeu este jornal “defender os humildes e arrasar com os bandidos, principalmente os de casaca”. Seu lema era “Verdade e Justiça”. Foi jornal de combate, de franqueza e linguagem cruas, sendo, portanto, pouco escrupuloso. Criticou personalidades e políticos da época. Teve como colaboradores Higino Nascimento, José do Nascimento, Teófilo de Carvalho, Moreira Neto, entre outros.

Justiça, fundado em 1932, foi semanário, publicando-se às quintas-feiras, em defesa dos interesses revolucionários e estimulando o povo à luta.

Dos jornais desse período, o único de que encontramos coleção completa foi **Brasil Novo**. Teve curta duração: fundado em 1930, sob a direção de Francisco Barbosa Ferreira e Belmudes de Toledo, circulou só até 1932. Surgiu para comemorar o advento da “nova era” política brasileira, publicando 100 números, sob o credo do ideal democrático-revolucionário. Foi doutrinário. Buscava refletir os sentimentos do povo da região e defender seus interesses políticos e administrativos. Colocando-se em oposição ao “coronelismo” então dominante, mostrou-se eminentemente combativo. Considerou o governo republicano como “iliberal” oligárquico e protecionista”; propôs uma democracia que assegurasse as liberdades individuais, onde a instrução pública fosse prioritária e o povo pudesse colaborar com o governo, tecendo suas críticas; censurou a Revolução de 1930 e considerou-a uma farsa; condenou os partidos políticos pela ausência de programas definidos. Esteve a cargo de um grupo de jovens francanos que lutavam pela regeneração política do país; entre eles, podemos citar Miguel Daniel, Dr. José Carvalho Rosa, Dr. Antonio Petraglia, Hugo de Castro, José Engracia, Altino W. Faria, Belmudes de Toledo e Moraes Rego.

A 6 de janeiro de 1927 circulou em Franca novo jornal: O **Aviso da Franca**. Criado por uma agremiação religiosa, a União Católica da Mocidade Francana, tinha por finalidade propagar a doutrina católica, orientar a juventude e lutar por causas justas e belas. Em 1965 passou a ser dirigido pelo Círculo Operário Francano, que pretendeu transformá-lo em porta-voz das classes trabalhadoras e órgão pela defesa dos interesses dos

circulistas. Teve como redator, nesta nova fase, José Chiachiri. Encerrou suas atividades em 1969, tendo conservado durante toda sua existência a linha católica, liberal-democrata. Não teve grande penetração popular, apesar de sua longa vida.

A **Nova Era**, fundado a 15 de novembro de 1927, mantém-se até nossos dias, sendo de caráter estritamente religioso, de orientação espírita. Seu fundador foi José Marques Garcia. Inteiramente alheio a assuntos políticos, é editado, desde o início, pela Fundação Espírita Alan Kardec, tendo publicado até a data de nossa pesquisa 1609 números, em tiragem quinzenal. Não traz propaganda e sua distribuição é gratuita para as comunidades espíritas de várias partes do mundo.

Nesse período surgiram vários jornais de jovens, mantidos pelas escolas locais. Lembramos de **O Ginásial** (dos alunos externos do Ginásio Champagnat), a **Gazeta do Ateneu**, dirigido por Nazir Nassif (dos alunos do Ateneu Francano), a **Gazeta Estudantil**, (órgão mensal do Grêmio Castro Alves, do Instituto Francano de Ensino).

Em 1937, circulou **O Trabalho**, órgão de propaganda da Associação Beneficente do Trabalho, redigido por Sílvio Teixeira e de distribuição gratuita.

O Momento é o título duma folha que circulou em 1937, escrita por diversos colaboradores e que teve como redator-chefe o já mencionado Sílvio Teixeira. Era de natureza política e divulgava as idéias do Partido Constitucionalista.

A 15 de março de 1941, o **Diário da Tarde** iniciava suas atividades, publicado em tipografia própria, sob a direção de Francisco Andrade Filho e José Chiachiri. Nele encontramos a vida social francana: festas, acontecimentos esportivos, filmes da semana e a programação da rádio local. Mantinha seção internacional com notícias e pequenos artigos sobre a Segunda Guerra Mundial. Em 1945 passou à propriedade de Granduque José. Encerrou suas atividades em 1960, permanecendo sempre noticioso, apolítico e voltado para os problemas locais.

Todos os jornais aqui mencionados eram de objetivos locais, mantinham colunas sociais e esportivas e a maior deles manteve-se através de anúncios e assinaturas.

Um estudo mais pormenorizado poderá fornecer subsídios aos trabalhos de história regional. A leitura deles nos faz sentir as tendências do povo interiorano, suas preocupações e anseios, suas posições diante dos problemas nacionais, o desenvolvimento municipal, o apoio governamental dado à região, as aspirações da municipalidade, o nível de cultura e educação, os aspectos sociais e esportivos, numa riqueza e variedade de temas que, se explorados adequadamente, trarão valiosa contribuição à história da imprensa francana e da própria cidade.

O SESQUICENTENÁRIO DA EXPEDIÇÃO LANGSDORFF,
TAMBÉM CONHECIDA POR "VIAGEM FLUVIAL
DO TIETÊ AO AMAZONAS" (1825 – 1829) *

Arnaldo Machado Florence

O Czar Alexandre I, Imperador da Rússia, em princípio de 1825, encarregou ao notável naturalista e médico alemão Georg Heinrich von Langsdorff (Jorge Henrique de Langsdorff), membro da Academia de Ciências de S. Petersburgo, Encarregado de Negócios e Cônsul-geral da Rússia no Brasil durante o primeiro reinado, de organizar uma expedição científica a fim de efetuar e dirigir uma grande exploração por todo o interior do Brasil, devendo em primeiro lugar dirigir-se a Mato Grosso, e depois, pelo rio Amazonas seguir até o Pará, partindo do Rio de Janeiro, por mar, para Santos, à frente da comissão de cientistas e artistas que tinham por escopo, sob a proteção do Czar Nicolau I, percorrer os imensos sertões do Brasil, recolhendo todo material comprovadamente valioso nos domínios da botânica, zoologia, geografia, história, etnografia, economia, estatística, lingüística etc., para servir de inestimáveis fontes de estudos da natureza, economia e cultura de nosso País, no começo do século XIX. "Além de merecer proteção especial do Imperador Alexandre I, escreve o Visconde de Taunay, tinha grande prática de diuturnas viagens e gozava de certa reputação nos círculos científicos da Europa."

Vida rica de empreendimentos em inteira harmonia com a sua extraordinária cerebração, que cedo o pôs a serviço dos elevados objetivos da Academia de Ciências de São Petersburgo (atual Academia de Ciências de Leningrado), Langsdorff, em função deles, depois de se haver afirmado como médico, inicialmente em sua pátria, a Alemanha, e, a seguir, em Portugal, onde pôde demonstrar sua envergadura, participou de importantíssimas expedições científicas praticamente pelo mundo inteiro, nas quais se evidenciou como etnógrafo e zoólogo de excepcionais méritos e antes, muito antes de passar a representar a Rússia como seu cônsul-geral no Rio de Janeiro, entrou em contacto com a terra e a gente brasileira, afeiçoando-se de tal forma ao nosso País, que, brevemente, passou a desenvolver nos principais centros europeus entusiástica propaganda deste por ele tida como privilegiada região da América.

(*) Palestra proferida na Câmara Municipal de Jundiá, em 15/10/1976, sob os auspícios da Secretaria de Educação e promoção do Museu Histórico e Cultural de Jundiá.

Buscando atrair para aqui grande quantidade de imigrantes, sua linguagem na campanha sobre as excelências oferecidas por esta parte do mundo, pode medir-se por enunciados como estes: "... A imaginação mais rica e mais feliz e a mais perfeita das línguas criadas pelo homem, sequer de longe pode dar idéia da extensão dos tesouros e magnificências desta natureza" ou "Quem quer que anseie por motivos poéticos — que vá ao Brasil, pois ali a natureza poética responde a seus pendores. Qualquer pessoa, inclusive a menos sentimental, se deseja descrever as coisas como elas são ali se transforma em poeta."

Acalentadíssimo plano seu, que afinal acabou apresentando à Academia de Ciências de São Petersburgo, a realização da expedição científica pelo interior do Brasil, nos termos expostos logo acima, recebeu, em 1821, o patrocínio do então "Czar" Alexandre I, que a custeou com seus recursos pessoais, encargo honrado — após a morte desse soberano em 1825 — pelo seu sucessor, o já citado Nicolau I.

E Langsdorff, assim solidamente apoiado, convidou para tomarem parte em seu grande cometimento o oficial de marinha russo Nestor G. Rubzoff, altamente apreciado, como astrônomo, pelos célebres navegantes seus patrícios G. A. Sarytchev e V. M. Golovnin; o zoólogo francês E. P. Ménètries (1802 — 1861), aluno do sábio Georges Cuvier e do naturalista André Latreille, um dos fundadores da entomologia; o insigne botânico alemão Lüdwing Riedel (1790 ou 1794 — 1861) e o caçador G. W. Freyreiss (1789 — 1825), estes dois últimos já com longas viagens em que palmilharam o território brasileiro e, finalmente, o talentoso desenhista e pintor alemão Johann Moritz Rugendas, equipe que prestou a Langsdorff muito assinalado concurso, no período compreendido entre 1822 e 1825, quer no reconhecimento da Província do Rio de Janeiro, perlustrada em diversas direções, quer em grande excursão pelas Minas Gerais, de que se remeteu para a Rússia bom material, acompanhado de desenhos de Rugendas.

Quando, porém, em 3 de setembro de 1825, se deu a saída do Rio de Janeiro para Santos, a fim de se preparar o incomparavelmente maior de todos os percursos programados, que começou pelo rio Tietê (o lendário Anhembi ou Anhambí), com ponto de largada no porto, por excelência, das bandeiras e das monções paulistas, acertadamente cognominado Porto Feliz, o quadro de componentes da expedição já não era o mesmo: falecido o caçador Freyreiss, estavam já desligados do escolhido conjunto o zoólogo Ménètries e o artista Rugendas, um e outro espontaneamente afastados por nutrirem outros projetos; teve o primeiro, como substituto, o zoólogo e médico alemão Christian Hasse, passando a fazer as vezes do segundo o também talentoso desenhista e pintor francês Aimé Adrien Taunay, filho do eminente Nicolas Antoine Taunay, o "pintor das batalhas", um dos elementos de maior craveira que Joaquim

Le Breton trouxe consigo, na comissão artística mandada vir por D. João VI, para a criação da Escola Nacional de Belas-Artes. Para desempenho de mister semelhante Aimé Adrien Taunay, com vistas ao setor de iconografia, altamente estimável para a finalidade da Expedição Langsdorff, contratara-se, finalmente, outro desenhista e pintor francês, Antoine Hercule Romuald Florence, que no Brasil permaneceu conhecido simplesmente por Hércules Florence.

A expedição, após percorrer as então províncias de São Paulo, Mato Grosso, trecho do Amazonas e Grão-Pará, regressou ao Rio de Janeiro no dia 13 de março de 1829, de onde havia partido no dia 3 de setembro de 1825, viajando, entre ida e volta, por via marítima, terrestre e fluvial, cerca de 13.440 quilômetros em 3 anos, 7 meses e 10 dias.

Resumiremos em linhas gerais o que foi essa importante variação de nossos sertões naquele começo do século XIX.

Numa sumaca chamada "Aurora", partiram do Rio de Janeiro dia 3 de setembro de 1825. Um vento fresco ajudou-os a vencer, em 24 horas, a travessia de 70 léguas marítimas, até Santos, e isto significou dupla vantagem, porque a embarcação conduzia, também, 65 negros novos, infeccionados por sarna da cabeça aos pés. No dia 5 aportaram a Santos, cidade de 6.000 habitantes; ali, em pequena embarcação, foram até Cubatão, então um povoado de 50 casas; nesta localidade conheceram um curioso dimanarquês de nome Eduard Smith. Em Cubatão, alugaram uma tropa de 63 animais para conduzi-los e a bagagem até Jundiá, distante 19 léguas. Após 18 dias de parada na Vila de Santos e Cubatão, partiram para o lugarejo chamado Ponte Alta, de onde partiram no dia 26 com destino a São Paulo, viajando a cavalo e a pé. A chegada na capital da província, que naquela época, contava apenas uns 12.000 habitantes, deu-se no dia 27 de setembro. São Paulo possuía algumas ruas não feias. Os habitantes da cidade eram inimigos jurados de ângulo reto, consideradas as suas ruas e casas. Depois de uma permanência de 5 dias, no dia 2 de outubro partiram para Jundiá e Campinas, então Vila de São Carlos, bifurcação do caminho de Itu e para o sertão de Goiás. Vencidas ainda algumas léguas, detiveram-se junto ao riozinho **Juqueri**. Recolheram-se a miserável cabana, suja e, mesmo, repugnante. Precisavam, porém, repousar e jantar, e a alternativa era aquela. O morador, um coitado, só lhes pôde mostrar uma insignificância de pó de ouro, que tirara do rio, e isto com tanta dificuldade, que nem valia a pena.

Escasseavam de tal forma os recursos no trajeto, que, por todo o tempo que o pobre homem viveu, sua choça abrigou as mais importantes personalidades, como regentes, ministros, senadores e deputados. O velho Paulo era tão conhecido do povo, quanto dos ricos e dos homens de Estado.

Ao fim do jantar, Paulo serviu-os **canjica**. Exclusivamente paulista, esse alimento consiste em milho socado, mas apenas o necessário para retirar-lhe a casca.

A proporção que Jundiáí se avizinha, as matas se adensam e o terreno fica mais verdejante.

Às 9 horas da noite do dia 2 de outubro chegaram a Jundiáí, onde permaneceram por 30 dias, acolhidos por família com que eram aparentados seus companheiros brasileiros que viajavam juntos, e ela tratou-os como se fossem da casa.

Os hospedeiros levaram-nos a assistir a uma prática roceira chamada **mutirão**: quando alguém, que tem poucos escravos ou nenhum, quer colher o milho ou outro qualquer produto da lavoura, convida os vizinhos a virem ajudá-lo. A casa enche-se de gente, os homens vão para a colheita e as mulheres correm, para apressar as refeições. O trabalho, em meio a um ar festivo, estende-se pelo dia inteiro e, chegada a noite, todos se distraem conversando, rindo e, até mesmo, um ou outro arranha a sua viola, que jamais falta sob um teto brasileiro.

No dia 2 de novembro de 1825 os expedicionários partiram de Jundiáí para Campinas (Vila de São Carlos), cuja parada foi de um mês e 15 dias. Em Campinas conseguiram nova tropa para o transporte. As matas, agora, apresentam-se valorizadas por maior beleza e melhores se tornam as terras.

Apesar de sua extensão, esta cidade desperta a atenção relativamente à ausência de sobrados, enquanto esparsas aparecem as casas que a compõem. Notam-se muros e muros avermelhados, todos de taipa. No dia 15 de dezembro deu-se a partida para Porto Feliz, via Itu, tendo a noite chegado ao lugarejo chamado Jaguará, onde pernoitaram. Na manhã de 16 partiram para o lugarejo denominado Cachoeira, tendo a chegada sido à noite, onde a expedição fez pouso. A partida para a Vila de Itu foi no dia 17, tendo passado antes pelo Salto de Itu. Em Itu permaneceram 3 dias e, no dia 20 partiram para Porto Feliz, que era então o embarcadouro para Mato Grosso. Em Porto Feliz, para onde Hércules Florence havia seguido na frente, permaneceram seis meses na preparação e organização de todo o material para a expedição; construção dos batelões (barco e canoas), contratação de escravos e guias para a viagem fluvial pelo rio Tietê e demais rios que irão encontrar pela frente.

Designado pelo chefe da expedição, enquanto os companheiros viajavam por outros setores da província paulista, Hércules Florence procurou, em Porto Feliz, o cirurgião-mor Francisco Álvares Machado e Vasconcellos, homem de bastante prestígio na localidade e nas circunvizinhanças, renome esse granjeado graças a sua reconhecida habilidade profissional, que muito contribuiu para transformá-lo em

político de realce, com atuação de liderança nas fileiras do Partido Liberal, ao lado de, entre outros, Vergueiro, Feijó, Antonio Carlos, Tobias d'Aguiar e Paula Souza.

Álvares Machado acolheu Hércules Florence em sua casa, como hóspede, até a partida da expedição, e deu de si o máximo, nos preparativos do extenso e demorado reide, quase exclusivamente fluvial, que ali se iniciaria, rumo a Mato Grosso. Não mediu esforços para que se construíssem em curto prazo as embarcações requeridas, um batelão e bom número de barcos menores; também não mediu, quanto ao mais perfeito aproveitamento, relativamente a guias, pilotos, ajudantes de pilotos, caçadores, remadores e gente de transporte de cargas, assim como promoveu a formação de estoques de gêneros alimentícios essenciais, medicamentos e material para defesa contra possíveis agressões, porquanto a empreitada ia ter incalculável duração, estando sujeita a toda sorte de riscos.

O dia do início da penosa e temerária excursão pelos virgens sertões a serem enfrentados, chegou afinal e, nesse 22 de junho de 1826, deu-se a largada da comissão científica e artística chefiada pelo Barão George Heinrich von Langsdorff, cujo barco ostentava o pavilhão da Rússia imperial.

Antes desse acontecimento, porém, já também se tinha desligado da expedição o zoólogo e médico Christian Hasse. Hércules Florence, na intimidade de Álvares Machado e sua companheira Cândida Maria de Vasconcellos Barros, conhecera a única filha deles, a adolescente Maria Angélica, cujos dotes o sensibilizaram. De igual forma, o cientista alemão impressionara-se com a figura da filha de Álvares Machado, e esta foi a razão por que resolveu quedar-se em Porto Feliz. Deliberara desposá-la, mas esse projeto frustrou-se, porque, consultada pelo pai, a quem o pretendente formulou o pedido de casamento, não vacilou a jovem em responder que só se casaria com o segundo desenhista às ordens de Langsdorff, isto é, Hércules Florence.

A grande excursão fluvial, começada ao meio-dia desse 22 de junho de 1826, ali na antiga e histórica **Araritaguba** (primitivo nome de Porto Feliz), estendeu-se pelos rios Tietê, Paraná, Pardo, Coxim, Taquari, Paraguai, São Lourenço e Cuiabá, num percurso de 530 léguas, ou seja, bem mais de 3.180 quilômetros, em período que se desdobrou da citada data até 30 de janeiro de 1827, vale dizer 6 meses e 8 dias.

Da capital da Província de Mato Grosso, Cuiabá, onde chegaram no dia 30 de janeiro de 1827, executadas várias digressões pelo território dessa dilatadíssima região, e vencida mais uma etapa de tempo expressa por 11 meses de estada, os expedicionários reiniciaram viagem, no dia 5 de dezembro de 1827, com destino ao Grão-Pará, divididos em dois grupos, sendo certo que Langsdorff, Rubzoff e Florence navegaram os rios

Preto, Arinos, Juruena e Tapajós, reservando-se Riedel e Taunay o percurso dos rios Guaporé, Mamoré e Madeira. Nas águas do primeiro desses rios, desafortunadamente Taunay, ao tentar atravessá-lo em circunstâncias pouco propícias, encontrou a morte, submergindo, sem a mínima possibilidade de socorro. Tão talentoso moço era irmão de Félix Taunay, eruditíssimo preceptor de Dom Pedro II e pai de Alfredo d'Escragnolle Taunay (Visconde de Taunay), uma das cintilações intelectuais e culturais brasileiras, assim como avô do preclaro historiador Afonso d'Escragnolle Taunay, autor de quase uma centena de obras, notadamente a monumental **História Geral das Bandeiras**, todas elas subitamente qualificadas, tanto assim que, num congresso de especialistas realizado nos Estados Unidos, o classificaram entre os 10 maiores historiadores do mundo, a quem, até hoje, seus colegas se referem carinhosamente pelo epíteto de "mestre".

A grave enfermidade contraída por Langsdorff na primavera de 1828, a qual, não só lhe afetou, na fase mais intensa, as faculdades mentais, como lhe deixou, pelo resto da existência, intermitentes seqüelas dessa lamentável manifestação de avarias psíquicas, motivou, em janeiro de 1829, uma reunião na cidade de Belém do Pará, em que todos os componentes do agrupamento de cientistas e artistas por ele chefiados concordaram em dar por encerrado o grandioso plano, cuja realização ele se propusera, em termos de tal sorte ambiciosos, que incluía, até, um prolongamento pela Venezuela e por outros países de língua castelhana.

Em março desse mesmo ano, ou seja, dia 13, estavam todos de volta ao Rio de Janeiro. E Hércules Florence cuidou imediatamente de pôr-se em contato pessoal com Félix Taunay, a fim de o inteirar de minúcias do infortúnio que lhe arrebatara a vida do esperançosíssimo irmão, ocasião em que deixou com o amigo, mentor e patricio muito ilustre 84 páginas, escritas em letra miudíssima, com anotações que serviram de base para Florence elaborar seu precioso diário de viagem da expedição, enfeixando num manuscrito de 423 páginas, em poder deste que vos fala, volume em que outrossim se descrevem circunstanciadamente os múltiplos inventos da autoria de Hércules, a que, ao cabo de porfiadas pesquisas, ele chegou em épocas posteriores a 1830, quando já com residência estabelecida em Campinas, onde viveu aproximadamente 50 anos, porquanto lá faleceu em 27 de março de 1879.

Achamos de nosso dever prestar um esclarecimento ao distinto, seletto e culto auditório que aqui nos honra com seu comparecimento, o porquê destas comemorações relacionadas com o sesquicentenário da partida da expedição científica de Porto Feliz.

Em determinado dia de abril de 1973, por indicação do Dr. Eduardo Salvatore, presidente do Foto-Cine Clube Bandeirante, o arquiteto, jornalista, fotógrafo e historiador da fotografia no Brasil Boris

Kossoy, que mantinha no suplemento literário do jornal "O Estado de São Paulo" página dedicada à "História da Fotografia", nos procurou em nossa residência de Campinas, a fim de colher dados sobre o êxito obtido em 1833, nessa mesma cidade, por Hércules Florence, relativamente à invenção da fotografia. E pediu-nos permissão para examinar e fotografar os documentos originais em nosso poder, assim como nos pediu cópia da palestra que realizamos no ano de 1948 na Biblioteca Pública Municipal "Mário de Andrade", de São Paulo em torno das pesquisas naquele longínquo ano coroadas do mais animador resultado. Kossoy pretendia dar, em sua citada página, a maior divulgação ao feito de Hércules Florence, se possível, com ilustrações.

— A título de esclarecimento, acho ser de meu dever colocar o distinto auditório a par de que: — desde 1932, ano do centenário da primeira centelha de Hércules Florence rumo à invenção da fotografia, até os dias que correm, isto é, há 45 anos e não há 45 meses e, muito menos, há 45 dias, venho trabalhando incessantemente, confiantemente, no sentido de que se reconheçam as felizes anterioridades de Hércules Florence, por meio de palestras e conferências, artigos publicados em muitos jornais e revistas do Brasil, entrevistas dadas à imprensa brasileira e até do exterior — tendo a partir de 1948 realizado conferências em São Paulo, Campinas, Rio de Janeiro, Santos, Jundiaí, e em muitas cidades e capitais de outros Estados. O trabalho de divulgação que empreendi sobre a vida científica e invenções de Hércules Florence, teve lugar em junho de 1948, quando Eduardo Salvatore, presidente do Foto-Cine Clube Bandeirante, da capital, entusiasta e estudioso dos feitos do notável inventor franco-brasileiro, disse-me: **Urge divulgar tudo para que Hércules Florence tenha também, na história da fotografia, o seu lugar ao lado de outros precursores como Nièpce, Bayard, Fox-Talbot, Daguerre etc.**"

À cruzada que encetei há vários decênios, ou seja, em 1932, quando publiquei o primeiro artigo no jornal "A Razão", dirigido por Alfredo Egydio de Souza Aranha, quando do primeiro centenário em que Hércules Florence teve a idéia de que talvez se pudesse fixar as imagens na câmara escura, por meio de um corpo que mude de cor pela ação da luz, isto, ocorrido no dia 15 de agosto de 1832, se devem três bustos em bronze de Hércules Florence, cujos feitos, na invenção da fotografia, Boris Kossoy, com sua reconhecida e legítima envergadura de historiador especializado e consumado técnico, revelou, agora, em outubro último, precisamente nos dias 9 e 10, ao mundo, porque, seu fulgurante êxito de Rochester nos Estados Unidos se verificou ante autoridades procedentes de numerosos países notadamente da França, da Inglaterra, da Alemanha e do Japão, sem contar as norte-americanas, país promotor do III Simpósio Internacional da História da Fotografia.

Voltando à narrativa inicial devo informar aos presentes que o jornalista Boris Kossoy nos relatou naquela visita primeira, que, com apoio

do Prof. Pietro Maria Bardi, diretor do Museu de Arte de São Paulo “Assis Chateaubriand”, em momento em que a fotografia ganhava terreno e alcançava seu merecido lugar no panorama das artes plásticas, surgia a oportuna iniciativa de, na então importante instituição localizada na Av. Paulista, fazer-se uma exposição sobre a “Fotografia no Brasil”, necessitando-se, portanto, de documentos, fotografias e outros dados ilustrativos do acontecimento que teve por cenário Campinas, há 143 anos.

Em se tratando da divulgação das investigações de natureza científica, estudos e descobrimentos efetuados por nosso bisavô, não hesitamos um só instante em pôr à disposição do interessado o mais completo material que lhe pudesse ser útil e, não só isso, com o fito de ajudá-lo nos preparativos, comparecemos ao Museu de Arte de São Paulo, cuja categoria se mede por sua projeção universal. E pudemos, desta forma, colaborar, a fim de que a exposição alcançasse, como efetivamente aconteceu em junho de 1973, muito compensadora atenção por parte do grande público visitante, que, com efeito, percorreu, bastante interessado, os diferentes setores do recinto a ela consagrado.

Enquanto se preparava a exposição, tivemos nos vários contactos com o Prof. Bardi, o ensejo de facilitar-lhe o manuseio dos documentos originais para ali levados, sendo positivo que, de modo particular, chamou a atenção do diretor do MASP o diário descritivo da peregrinação científica a que se deu o nome de Expedição Lagsdorff, diário esse intitulado “Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas”, contido em volume quase inteiramente manuscrito na língua do autor, ou seja, o francês.

Em sua condição de grande autoridade e profundo conhecedor da arte, com especialidade o que mais de perto se volta para o desenho e pintura, sensibilizou-se favoravelmente o Prof. Bardi com o que lhe foi dado ver e, em certo momento, nos perguntou, ao proceder a novos exames da documentação: — “Arnaldo, você não gostaria de realizar uma exposição dos desenhos e pintura de seu bisavô, aqui no museu?”. A nossa resposta foi que, havia já algum tempo, vinha procurando reproduzir tais desenhos em aguadas de nanquim e guache, com a intenção de expor nossas reproduções em Campinas, quando da celebração do sesquicentenário da partida da Expedição Langsdorff do Rio de Janeiro. Esclarecido o que de fato intentava fazer, ouvimos do diretor do MASP esta exortativa ponderação: — “E por que essa exposição não se realiza aqui, no Museu de Arte? Como diretor do museu, posso ceder, para tanto, o salão principal, e reservar para isso dia e mês, podendo-se também, usar verba destinada a uma edição, em português e francês, do diário de viagem, fornecendo-lhe eu um documento de compromisso”.

Com o sucesso da exposição da história da fotografia, feita a publicação de que, no suplemento literário editado pelo “O Estado de São

Paulo” em 12 de agosto de 1973, se desincumbiu Boris Kossoy, houve o acerto entre o Prof. Bardi e nós, no sentido de que se faria a exposição das reproduções dos desenhos e mais dos quadros existentes no Museu Paulista da Universidade de São Paulo, popular e historicamente conhecido por Museu do Ipiranga, mediante concessão que se pediria ao diretor desta muito nobre casa, Prof. Antônio Rocha Penteado. Deliberou-se, igualmente, que se oficiaria ao Embaixador da URSS em Brasília, rogando seus favores para que a Academia de Ciências de Leningrado, cedendo, por empréstimo, os desenhos de Amado Adriano Taunay e de Hércules Florence, que lá se encontram, colaborasse para a concretização, aqui, de celebração à altura do histórico acontecimento.

A 6 de setembro, logo seguinte, providenciou-se a remessa do ofício firmado pelo Prof. Bardi, ao mesmo passo que se desenvolviam, com a recomendável discricção, e na medida do possível, as atividades indicadas para se removerem quaisquer contratemplos ou empecilhos.

Já em 25 de julho, nós recebemos em Campinas carta em que o diretor do Museu de Arte de São Paulo confirmava a disposição do Museu em organizar em 1975 — sesquicentenário da significativa ocorrência que foi a saída, do Rio de Janeiro, dos cientistas e artistas que compuseram a Expedição Langsdorff — uma ilustrativa e bem documentada mostra com que se comemoraria tal evento.

Dando curso, no que nos competia, aos preparativos para a planejada celebração, visitamos o diretor do Museu Paulista, na tentativa de obter, por empréstimo, os indispensáveis quadros.

Generosamente acolhido, ouvimos do Prof. Rocha Penteado, após minucioso relato sobre tudo quanto se objetivava com a exposição a realizar-se no Museu de Arte, que, com o maior prazer, ele, diretor do Museu do Ipiranga, daria sua plena cooperação à idéia concebida, e que aquela instituição, tão cara a todos os paulistas, não só poria à disposição de seu ilustre colega as telas desejadas, mas todo o material fotográfico considerado necessário. Ao dizer isso, entretanto, o Prof. Penteado ponderou: — “O Sr. não acha que essa exposição ficaria mais a propósito aqui no Museu Paulista, uma vez que esta é a casa onde se trata dos assuntos históricos? De qualquer maneira, não tenho a menor dúvida em colaborar com o Prof. Bardi. Poderemos fazer uma coisa grandiosa, com repercussão nacional e internacional, promovendo-se o comparecimento das autoridades e personalidades de relevo, corpo consultor e elementos diplomáticos e culturais dos países que estiveram representados na expedição científica”.

Respondemos que iríamos, imediatamente, pôr o Prof. Bardi a par da sugestão, o que de fato ocorreu.

Compreensivo e cavalheiresco, o diretor do MASP concordou com o alvitre e disse, na realidade, a exposição deveria ter por sede o

Museu Paulista, local, nesse caso, mais adequado, já que o MASP se dedica, predominantemente, a exposições específicas e não à de fundo histórico.

Um telefonema foi, a seguir, base de encontro que se verificou, no dia seguinte, naquela nobre casa, entre os Professores Penteado e Bardi, este por nós acompanhado, encontro em que, depois de cuidadosos entendimentos, se decidiu designar o Museu Paulista local da exposição em perspectiva, bem como de todas as festividades celebrativas do sesquicentenário da Expedição Langsdorff, realizações programadas para 3 de setembro de 1975, quando se lançaria a tradução completa do diário de viagem elaborado por Hércules Florence, a ser editado sob os auspícios do Museu Paulista da Universidade de São Paulo, tradução essa, feita literalmente do diário de viagem, por um bisneto do autor, Professor Francisco Álvares Machado e Vasconcellos Florence, a pedido do Prof. Antônio Rocha Penteado.

Passado alguns meses, chegou a São Paulo o Prof. Valentim G. Alioshin, adido cultural da Embaixada da URSS (Assuntos Culturais) em Brasília, o qual, em nome do embaixador, vinha pessoalmente trazer a resposta do ofício que lhe encaminhara o Prof. Pietro Maria Bardi, e, aproveitando a oportunidade, entregar um exemplar do livro recentemente editado na União Soviética, sob o título "Materiais da Expedição G. I. Langsdorff no Brasil", lançamento de 1973, volume que, por intermédio do Diretor do MASP, se pôs em mãos do diretor do Museu Paulista, que por sua vez, nos confiou, para as dele, quase todo redigido em russo, com não poucas anotações em francês e alemão, bem assim um resumo geral final no português possível a quem o escreveu, auferir as informações que se apresentassem como de maior proveito.

Como o Prof. Bardi informara ao adido cultural da embaixada soviética ter passado para a alçada do Museu Paulista o assunto atinente à exposição e às demais comemorações requeridas pelo sesquicentenário, o Prof. Alioshin deu-se pressa em manter direto contato com o Prof. Rocha Penteado, com quem naquela casa dialogou por algum tempo, quando lhe assegurou que os originais existentes na Academia de Ciências de Leningrado, lamentavelmente, não poderiam de lá sair, mas que viriam fotocópias ou fotografias ampliadas dos desenhos de Amado Adriano Taunay e Hércules Florence, acrescentando que seu governo teria muita satisfação em poder contar com a presença pessoal, não só dos diretores dos museus aqui patrocinadores das celebrações, mas também com a de um representante da família de Hércules Florence, em Leningrado, de preferência o bisneto, Arnaldo Machado Florence, que é o depositário dos originais, bem como a pessoa que vem divulgando os feitos científicos do pintor e desenhista francês, ao comemorar-se, lá, a partida da Expedição Langsdorff, ocasião em que se realizariam exposições de desenhos e

pinturas originais de Taunay e Florence, encontráveis naquela cidade, e, desde que possível, também dos aqui existentes na posse das respectivas famílias. Nesse ensejo, os comparecentes, previamente convidados, prefeririam palestras ou conferências sobre Langsdorff e seus companheiros de expedição, reservado a Hércules Florence o lugar a que faz jus.

Isto posto, voltemos ao assunto relacionado com a expedição divulgada pelo livro recentemente publicado na União Soviética, sob o título a que nos referimos acima, um de cujos exemplares, de 228 páginas, o Sr. Valentin D. Alioshin, entregou ao Prof. Rocha Penteado, contém anotações de real significação, como a que segue, voltada para ilustres viajantes que no século passado, vindos do exterior, andaram por todos os recantos do Brasil.

“A comparação do itinerário da expedição de G. I. Langsdorff com os itinerários das viagens de J. Mawe, J. Luccock, W. L. von Eschwege, M. Wied Neuwid, Augusto de Saint-Hilaire, J. E. Pohl, J. B. Spix e K. Ph. Martius e outros, mostra a sua novidade e originalidade. Em oito anos de viagem, Langsdorff e seus companheiros passaram (sic) mais de 15 mil quilômetros”.

Oficialmente, na Rússia Imperial e, depois, na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, sempre se considerou de 8 anos a duração do empreendimento levado a cabo por Georg Heinrich von Langsdorff, nascido em abril de 1773, no principado alemão de Pfaltz, diplomado doutor em medicina em 1797, pela Universidade de Goetingen, e falecido em Friburgo (Brisgau), a 29 de junho de 1852, com a idade de 78 anos, e que, não obstante a sua condição nacional de alemão, figura, na citada publicação soviética, com o nome de Grigòri Inanovitch Langsdorff. Em Leningrado e Moscou, dá-se 1821 como o ano de início da expedição, quando o “Czar” Alexandre I a tomou sob sua égide, que, em 1825, Nicolau I considerou sua, até o final da imensa jornada, em 1829. Sem embargo disso, em fins de agosto e começo de setembro de 1975 lá houve comemorações, alusivas ao sesquicentenário da saída, no dia 3 de setembro, do Rio de Janeiro, pois russos moradores em Campinas, meus vizinhos, ouviram, pelo rádio, repetidas notícias, a esse respeito, veiculadas especialmente de Leningrado.

Outras anotações reunidas no resumo final do citado livro de edição russa, ofereceu o mesmo interesse, pelo que se lerá a seguir:

“A expedição de Langsdorff começou a ser estudada nos anos de 1875 – 1876, quando o escritor brasileiro Alfredo d’Escragno Taunay (Visconde de Taunay) publicou, traduzindo-as do francês ao português as notas do pintor Florence. No fim do século XIX – começo do XX, os desenhos dos pintores da expedição atraíram a atenção dos

etnógrafos americanistas. Estes desenhos foram mencionados pelo conhecido viajero alemão K. von den Etein e o (sic) sábio suíço G-Ten Kate.

Em 1917, o etnógrafo russo G. G. Manizer (1889 – 1917), reunindo os materiais referentes à expedição, escreveu o livro “A Expedição do Acadêmico G. I. Langsdorff ao Brasil (1821 – 1828). A Manizer interessavam, em primeiro lugar, as notas de Florence, publicadas por Alfredo Taunay, os desenhos dos participantes da expedição e as coleções etnográficas que se encontravam no Museu de Antropologia e Etnografia da Academia de Ciências. A morte de Manizer em junho de 1917 impediu a publicação do seu livro”.

Com efeito, o cientista G. G. Manizer teve sua atenção despertada pela abundância do material existente no Museu “Pedro, o Grande”, da então Academia de Ciências de Petrogrado, material esse com a referência, ainda pouco significativa, de “Langsdorff”. Em decorrência disso, veio Manizer, entre 1914 e 1915, ao Brasil, aqui recolheu esclarecimentos indispensáveis à compreensão do que foi exatamente o valioso cometimento científico e, utilizando-se, em sua maior parte, do diário de viagem redigido por Hércules Florence (tradução do Visconde de Taunay), escreveu, de volta à Rússia, seu mencionado livro, postumamente editado, mercê da dedicação da etnógrafa B. G. Chprintsin, e isto ocorreu em 1948. Oswaldo Peralva traduziu-o e, em 1967, portanto, há nove anos, a Companhia Editora Nacional de São Paulo pô-lo ao alcance do público brasileiro, em sua coleção “Brasiliana”, em que a obra figura como o volume nº 329. Na apresentação do livro, feita pelo tradutor Peralva, nota-se logo este tópico:

“O único relato conhecido da expedição é o do desenhista Hércules Florence, publicado, em tradução do Visconde de Taunay, na revista do Instituto Histórico Brasileiro, volume XXXVIII, relativa a 1875, posteriormente publicado em volume da Companhia Melhoramentos de São Paulo, fartamente ilustrado, e com prefácio de Afonso d’Escragolle Taunay. O texto original francês apareceu em diversos números da revista da Sociedade Científica de São Paulo, em 1905. Na revista alemã “Globus”, Karl von den Stein publicou trechos dele em artigos sobre Florence incluindo ilustrações”.

Nesse livro, G. G. Manizer, além de apoiar-se à vontade no diário escrito pelo segundo desenhista, que, depois do triste desastre de Amado Taunay no rio Guaporé, ficou sendo o único da expedição, faz contínuas alusões à seriedade científica e fidelidade expressional de seus desenhos. Tal como Rugendas e Taunay, ambos pertencentes a família de pintores de categoria na Alemanha e na França, Hércules Florence era, pelo lado materno, um Vignalys, gente que deu um Jean Baptiste, uma Celine, um Claude e um Arnaud de Vignalys, bem como um Fortuné e um

Philibert Florence, artistas, todos, de reconhecidos recursos, o último dos quais professor de desenho e pintura, com alunos como princesas das casas reais britânicas e austríacas, bem como a que se converteu em Rainha Guilhermina da Holanda, mãe da atual soberana. O Palácio do Principado de Mônaco está repleto de trabalhos deles.

O resumo que finaliza o livro trazido pelo Sr. Alioshin, enriquecido por reproduções de desenhos de Rugendas, Taunay e Florence, absolutamente inéditos no Brasil, que de todos os três artistas já conhece muitos outros, encerra mais estas palpitantes informações:

“Nos anos 20, a expedição atraiu o interesse dos homens de ciências soviéticas. Em 1925, V. G. Bogoraz-Tan, etnógrafo e lingüista, apresentou ao XXII Congresso Internacional de americanistas em Roma uma informação sobre as expedições russas na América do Sul, em que se refere também à expedição Langsdorff. Em 1928, J. D. Strelnikow falou sobre a expedição de Langsdorff no XXIII Congresso Internacinal de Americanistas.

“Em 1930, o colaborador científico do arquivo da Academia de Ciências da URSS, Modzlavesky, descobriu o arquivo da expedição de Langsdorff. Para o estudo desse arquivo, contribuiu consideravelmente a especialista em etnografia N. G. Chprintsine (1904 – 1963). Nos seus artigos e outras publicações, dedicadas à vida e costumes dos índios e negros do Brasil no começo do século, figura uma série de materiais etnográficos, manuscritos dos principais da viagem. Em 1948, Chprintsine publicou o livro de Manizer, dedicado à expedição de Langsdorff. N. G. Chprintsine e a lingüista O. K. Vasilieva-Chwede, estudaram e descreveram os materiais lingüísticos da expedição. Nos anos 60 – 70, foram publicados obras de B. N. Komissarov, dedicadas ao estudo dos materiais da expedição, como fonte histórica”.

O interesse pelos materiais da expedição, fora da União Soviética, foi ligado, nos últimos decênios, à nova edição do manuscrito de Florence por primeira vez em 1875 – 1876, e ao estudo dos desenhos do membro da expedição.

No presente livro, publicam-se perto de 800 descrições de documentos da expedição, que se guardam na Filial de Leningrado do Arquivo da Academia de Ciências da URSS, no Arquivo da política exterior da Rússia (Moscou), no Arquivo Central da Marinha Militar da URSS (Leningrado), no Arquivo Central Histórico da URSS (Leningrado). Pode-se afirmar que esta descrição reflete todos os materiais da expedição, hoje conhecidos, que se encontram na União Soviética.

“O manuscrito de Hércules Florence, que se descreve na primeira parte, surgiu já depois de terminada a expedição, nos anos de

1824 – 1830, na base de um diário do pintor, que até agora foi impossível encontrar. As notas de H. Florence, publicada nos anos de 1875 – 1876, foram escritas na base do mesmo diário, mas muito mais tarde, em 1855 – 1860. A cópia leningradense do diário de H. Florence contém informações importantíssimas sobre a história e a etnografia do Brasil nos anos 20 do século XIX, e é incomparavelmente mais próxima do original. Apresentando, por isso, um valor científico muito mais alto do que a publicação de Alfredo Taunay.

“Os materiais da expedição do acadêmico G. I. Langsdorff são uma preciosa fonte e estudo multilateral do Brasil no começo do século passado. Mas de todos os materiais manuscritos da expedição – em total de mais de 2000 folhas – foram publicadas somente algumas dezenas de folhas. O estudo desses materiais leva à conclusão da necessidade de sua publicação completa. O Arquivo da Academia de Ciências da União Soviética, nos últimos anos, realiza trabalhos preparativos para facilitar a edição dos documentos da expedição de G. I. Langsdorff. A publicação da presente descrição científica é uma das etapas desta complicada tarefa.”

Para se ter uma idéia do que representa esse acervo, atente-se para o que ficou expresso no discurso proferido pelo Professor Vinício Stein Campos, Diretor do Serviço de Museus do Estado de São Paulo e um dos expoentes da cultura pátricia, ao inaugurar, a 13 de outubro de 1968, no Museu Histórico e Pedagógico das Monções, em Porto Feliz, a Sala Expedição Langsdorff: O Padre Clemente da Silva Nigra, conspícuo Diretor do Museu de Arte Sacra da Bahia, encontrando-se em Leningrado, ouviu de respeitável personalidade cultural que a Academia de Ciências abrigava uma das mais reputadas coleções etnológicas e iconográficas de que se tinha notícias e, visitando o edifício dessa instituição, nele foi conhecê-la como a constituída pelo magnífico acervo da Expedição Langsdorff, distribuído por cinco salas.

O diário de Hércules Florence, que o livro de recente publicação na União Soviética menciona como de paradeiro ignorado, observação essa encarecida pela advertência de que nele há informações importantíssimas sobre a história e a etnografia do Brasil nos anos 20 do século XIX, acaba de ser inteiramente traduzido – conforme já nos referimos no início desta palestra – aguarda oportunidade para sua publicação, o que seria ponto alto do programa comemorativo da exposição, que terá lugar no Museu de Arte de São Paulo, celebração essa que assinalará o sesquicentenário do começo do maior roteiro entre todos os considerados objeto de atenção dos cientistas e artistas em ação sob o patrocínio de dois imperadores da Rússia, quando se fincou, no esquema das realizações de primazia, o marco de partida em Porto Feliz.

Esse diário, em verdade, apresenta muitos e muitos aspectos que não se encontram no esplêndido trabalho literário que é a tradução

empreendida pelo Visconde de Taunay. Como se sabe, este pôs em português as 84 páginas de anotações que Hércules Florence, em 1829, ao voltar da grande viagem, confiara a seu pai.

Aproveitamos o feliz ensejo desta sessão, para render, com toda a gratidão, homenagem à memória do ínclito escritor Alfredo d'Escragnoille Taunay (Visconde Taunay), e de seu egrégio filho, o magistral historiador Afonso d'Escragnoille Taunay, ligadíssimo àquela muito querida instituição que é o Museu Paulista da Universidade de São Paulo, de que foi Diretor por longos anos; homenagem extensiva à memória de Estêvão Leão Bourroul, escritor do melhor estofa, biógrafo que projetou a figura de Hércules Florence, de quem era patrício, por ter também nascido em Nice e, finalmente, à memória do provecto historiador e homem público da máxima respeitabilidade, que foi, de 1926 a 1930, o nosso Presidente da República, Dr. Washington Luís Pereira de Souza, que, tanto como Prefeito da Capital, quanto como Presidente do Estado de São Paulo, distinguiu as figuras de Hércules Florence e seu sogro, Álvares Machado, com o seu mais absoluto apreço.

Esta homenagem colhe, também, em cheio, as pessoas do Dr. Eduardo Salvatore, Prof. Vinício Stein Campos e Prof. Boris Kossoy, individualidades culturais cuja expressão dispensa qualquer encarecimento. Significa-lhes ela o reconhecimento de toda a família pelo muito que tem feito, para que se continue e mais avulte tão frutífera ação, decidida e benemerente levada por diante, por seus ilustres antecessores.

Hércules Florence revelou-se, além de artista, um estudioso enciclopédico da natureza. Prestou homenagem às vítimas dessa expedição e legou-nos belíssimas paisagens locais. O Barão Georg Heinrich von Langsdorff não conseguiu restabelecer-se, posto que fosse imediatamente transportado para a Europa, para ser tratado convenientemente.

“Em 1829 os materiais coletados pela expedição foram levados à São Petersburgo — então capital da Rússia — pelo astrônomo Nestor Rubtzov e distribuídos pelos respectivos museus e gabinetes da Academia de Ciências. Rubtzov, — segundo informações da época — com uma enfermidade das pernas — resultante da febre intermitente que o atacara — quase o privou da possibilidade de andar, morrendo logo depois de seu regresso à Rússia, algures no mar Cáspio. O jardim botânico de Pedro, o Grande, comprou a maior parte das plantas vivas de Ludwig Riedel e o enviou juntamente com o jardineiro Luchnat, várias vezes ao Brasil, onde foi fundada, no Rio de Janeiro, uma sucursal do jardim, a qual subsistiu alguns anos. Em face da riqueza do Brasil em plantas úteis e, antes de tudo, “farmacêuticas”, o estabelecimento do jardim era naturalmente justificado. Entretanto, exigia muitos gastos e foi liquidado. O nome de Riedel, como o de Langsdorff, permaneceu indelével na história da pesquisa da flora brasileira”.

A figura de Hércules Florence tornou-se grata e estimadíssima em todo o Brasil, um dos filhos adotivos mais gratos ao nosso País. Natural de Nice, onde nasceu no dia 29 de fevereiro de 1804, filho legítimo de Arnaud Florence, natural de Toulouse, e de Augustine de Vignallys Florence, ele cirurgião dos exércitos bonapartistas e ela, segundo Bourroul, provinda de nobre ascendência, teve Hércules como avô paterno Roch Florence, cirurgião dos exércitos realistas franceses, e como avó paterna Mme. Antoinette Villette.

Retornando, Hércules Florence da expedição científica fixou residência na então Vila de São Carlos (hoje Campinas), onde contraiu matrimônio com Maria Angélica, filha do grande paulista Francisco Álvares Machado e Vasconcellos, cirurgião-mor e campeão da maioridade de Dom Pedro II, — e de Dona Cândida Maria de Vasconcellos Barros. O enlace matrimonial de Hércules com Maria Angélica foi realizado no dia 4 de janeiro de 1830, na Sé, de São Paulo. Do matrimônio de Hércules com Maria Angélica, houve 13 filhos. Enviuvando no dia 17 de fevereiro de 1850, Hércules contraiu segunda núpcias com Dona Carolina Krug, que passou a ser conhecida por Carolina Florence, no dia 4 de janeiro de 1854, em Campinas, de cujo matrimônio nasceram 7 filhos. Era filha de Henrique Krug e de Dona Izabel de Bus Krug.

De ambos os casamentos de Hércules Florence, nasceram 20 filhos, todos em Campinas.

Hércules Florence entregou a sua grande e bela alma ao Criador, às 3 horas da tarde do dia 27 de março de 1879, em Campinas. Nesta cidade residira aproximadamente 50 anos; construíra família numerosa como vimos, digna herdeira de seu nome, — nome de um homem de bem e de um sábio que, em elevado grau, honra o Brasil e sua época.

*

A VIAGEM DE UM NAVIO HOLANDÊS AO BRASIL

J. Litjens

A Associação Linschoten, que tem por finalidade a publicação de relatos de viagens holandesas, marítimas e terrestres, bem como a descrição de países, incluiu em sua coleção a narrativa da viagem da S. M. **De Vlieg**, ao Brasil, em 1807/1808, e impressa em Haia, em 1975, por Martinus Nijhoff.

No período que vai de 1795 a 1813, a Holanda esteve anexada à França. Desastrosa união, como se sabe. Com o objetivo de estender suas fronteiras até o Reno, Napoleão promoveu a referida anexação, graças à qual a Holanda se tornou inimiga de sua velha aliada, a Inglaterra, o que veio a causar grandes prejuízos aos holandeses. Em 1805, a vitória de Trafalgar assegurou livre curso à Inglaterra, que passou a atacar a frota holandesa na Índia Oriental, destruindo-a quase totalmente no ano seguinte.

O bloqueio inglês dificultou enormemente qualquer reação holandesa. Ainda assim, Daendls, nomeado para o governo da Índia em 1807, tentou viajar sigilosamente, utilizando um navio neutro, de nacionalidade portuguesa, partindo de Lisboa. Mas, não confiando muito no êxito de sua tentativa, deixou o navio partir com os seus acompanhantes, enquanto ele próprio permaneceu em Tenerife, sob nome falso. O navio, de fato, acabou sendo capturado pelos ingleses.

Nova tentativa levou a Holanda a armar, também sigilosamente, um navio que não despertasse muito a atenção dos inimigos, o **De Vlieg**, que deveria alcançar Tenerife dando a volta pelo norte da Inglaterra. Em Tenerife, deveria apanhar Daendls e levá-lo à Batávia. Além do comandante Willem Kreekel, participaram da viagem o tenente Ver Huell, que já havia servido na flotilha da Batávia e o cadete J. C. Baud. Muitos anos mais tarde, em 1849, Ver Huell publicou em Rotterdam a descrição dessa viagem, a que deu o título de **Minha primeira viagem marítima**. Além da expedição de **De Vlieg**, o livro trata, também, de sua estada no Brasil até 2 de julho de 1810 e da volta ao seu país. A Associação Linschoten publicou, também, este livro.

O navio de guerra **De Vlieg**, era relativamente velho; contava 21,20m de comprimento por 5,66m de largura. Quando carregado, atingia uma profundidade de 3m. Era navio discreto, que poderia zarpar de qualquer porto, sem levantar suspeitas.

Aos 26 de julho de 1807, Kreekel partiu de Amsterdam, mas, devido ao bloqueio, só conseguiu sair de Vieland no dia 23 de agosto. Navegando em torno da Escócia, ancorou no dia 26 de setembro em frente à Santa Cruz. Daendls, no entanto, havia partido treze dias antes, depois que teve oportunidade de adquirir um navio americano. Após duas semanas e com os necessários reparos, a viagem teve prosseguimento. A 13 de novembro avistou-se inesperadamente um esquadrão inglês que havia atacado Buenos Aires, onde fora derrotado. Iniciou-se uma perseguição, na qual **De Vlieg** sofreu tanto devido ao rápido velejamento, que dez minutos após a desistência dos ingleses, os dois mastros se quebraram. Com uma vela de emergência, conseguiu chegar a Salvador, na Bahia, porto ainda neutro. Era o dia 22 de novembro de 1807.

Por essa mesma ocasião, uma tropa francesa, sob o comando de Junot, havia invadido Portugal e, a 27 de novembro, a corte portuguesa se trasladara para o Brasil, comboiada por um navio de guerra inglês.

Justamente no dia em que **De Vlieg** deveria deixar o hospitaleiro porto do Salvador, a 22 de janeiro de 1808, a frota portuguesa arribou à antiga capital do Brasil. **De Vlieg** foi seqüestrado, recebeu posteriormente o nome de **Mosca** e continuou servindo ao Brasil. Não foi por inimizade que isto ocorreu, mas o pretexto foi a represália por terem mantido e vendido navios portugueses na Holanda. O comandante Kreekel e seus companheiros não foram considerados prisioneiros, receberam até algum dinheiro e tiveram liberdade de procurar hospedagem em casas particulares. Alguns conseguiram escapar, mas o comandante e parte da tripulação passaram mais de dois anos em Salvador, à espera de um acordo entre os governos da Holanda e Portugal.

O livro contém, além do diário de bordo, recordações da viagem do cadete J. C. Baud; descendente de huguenotes franceses, era um jovem muito culto, com bom conhecimento de línguas. Após seus estudos na Academia Militar de Breda, foi incluído na tripulação de **De Vlieg**. E depois do seqüestro, conseguiu, através de uma viagem aventureosa, passando pela América do Norte, chegar à Holanda em 1810. Progrediu muito na vida. Após a reconquista de Java, foi nomeado Secretário do Governo Holandês Recuperado. Foi promovido com regularidade, conseguindo seu cargo mais elevado como Governador-Geral da Índia Holandesa, e, depois, retornando à Holanda, como Ministro das Colônias e da Marinha.

O relato de Baud sobre sua permanência é breve, mas muito interessante (págs. 178 a 214). Sendo calvinista rigoroso, descreve nitidamente a situação social e religiosa de Salvador naquela época, a posição dos portugueses e a pouca cultura e posição das mulheres. Ao lado disso, também trata do veneno fatal que era derramado pela escravidão, a imoralidade dos escravos tendo como consequência a dos seus próprios senhores. Apesar de ainda persistirem rastros desse passado, podemos-nos rejubilar com o grande desenvolvimento que, desde então, o Brasil tem tido em todos os aspectos:

ESTRANGEIROS QUE ESCREVERAM SOBRE O RIO DE JANEIRO

Maria Lúcia de Souza Rangel Ricci
(Unesp – Franca, SP)

Entre os numerosos trabalhos publicados ao ensejo do quarto centenário da cidade do Rio de Janeiro, merece destaque a importantíssima obra de Paulo Berger, exaustivo trabalho a revelar não apenas interesse, mas igualmente o cuidado necessário para dar a empreendimento dessa natureza o sentido de segurança e exatidão que lhe são necessários. A primeira edição saiu pela Livraria São José, em 1964 e dela nos ocupamos, pouco depois, nas páginas da extinta “Revista de História”. Quinze anos depois, entendeu o autor de publicar uma segunda edição, “ampliada e revista” dessa obra fundamental aos pesquisadores e aos estudiosos em geral. Novos verbetes, informa o autor, foram introduzidos, num total de 690, compreendendo livros não citados na edição original, obras inéditas e totalmente desconhecidas das bibliografias brasileiras, “livros cuja edição não vimos e que agora foram completados com seus dados bibliográficos, bem como traduções e reedições novas”. Por outro lado, excluiu três autores que constavam da primeira edição (Ebeling, Hawks e Heeren), por constatar que não estiveram no Rio de Janeiro. O autor enumera as diversas entidades culturais, com as quais contou, para a ampliação de suas pesquisas em torno do tema fascinante. Cremos oportuno reproduzir o que escrevemos sobre a primeira edição:

“O intuito do autor foi relacionar todas as obras, raras ou não, desde que contenham descrições de viajantes ou relatos de escritores, cronistas e geógrafos estrangeiros, relativos à cidade do Rio de Janeiro. Enumera-as em suas edições originais ou em suas reedições e traduções em outras línguas. Inclui, naturalmente, todas as edições e traduções brasileiras existentes, ‘não só para que sirvam de fonte de pesquisa para quem não domine línguas estrangeiras, como também para que se tomem conhecidas dos bibliotecários e livreiros de todo o mundo’. As pesquisas do autor vão de 1531 a 1900, limitando-se a livros e opúsculos, deixando de lado, pois, trabalhos publicados em periódicos e os manuscritos. Disso resultou um catálogo ‘que obedece a alguns preceitos nem sempre rigorosamente de acordo com as normas clássicas da biblioteconomia’, pois a própria marcha de suas pesquisas ditou-lhe os preceitos que foi, aos poucos, imprimindo aos dados pesquisados. Quanto à elaboração dos verbetes, julga o autor prudente justificar ‘algumas discrepâncias com as normas habituais em trabalhos no gênero’. Tendo em vista ser útil ao

coleccionador particular e especialmente ao pesquisador, o autor ampliou alguns dados úteis a estes e não aos bibliotecários e livreiros. Portanto, seu trabalho poderia chocar a esses profissionais por algumas minúcias que o tornam demasiadamente complexo. Todavia, espera que os bibliógrafos apreciem as suas descrições, que lhes permitirão verificar facilmente se os seus exemplares estão rigorosamente complexos e perfeitos, sem falta de páginas ou gravuras. Por outro lado, os 'investigadores terão possibilidades de obter em seu trabalho pontos de partida para novas investigações'.

De fato, o trabalho em questão chega a requintes de capricho que podem parecer excessivos. Entre outras coisas, a reprodução fac-similar de um sem-número de páginas de rosto de obras raríssimas arroladas em seu livro, bem como a indicação de onde se podem encontrar tão valiosos cimélios. Parece-nos desnecessário insistir no interesse de um trabalho como este de Paulo Berger. Certamente ele servirá — tal como prevê o autor — de 'ponto de partida para novas investigações', tendentes a selecionar e resenhar de tantas obras aquelas que podem valer como fonte para o conhecimento do Brasil na época em que seus autores o visitaram. Que trabalhos idênticos — embora dispensando tantos requintes — possam ser elaborados para outras regiões ou outros assuntos, permitindo uma cobertura bibliográfica que complete alguns catálogos já elaborados, como, entre outros, o de Rubens Borba de Moraes para os livros raros, o de Alfredo de Carvalho, para os livros estrangeiros em geral (infelizmente incompleto), o de José Honório Rodrigues para o período holandês, o de Herbert Baldus para a etnografia e o de Odilon Nogueira de Matos para os viajantes do século XIX”.

O uso freqüente da obra de Paulo Berger nestes anos que nos separam da primeira edição não nos autorizaria a repetir, hoje, a observação que então fizemos quanto aos requintes de publicar clichês das páginas de rosto ou as indicações topográficas dos livros citados, pois tudo isto acabou revelando-se de suma utilidade, quer para nós mesmo, quer para outros que, segundo temos conhecimento, trabalham em seara semelhante.

A segunda edição da preciosa **Bibliografia** de Paulo Berger foi editada oficialmente pelo Instituto Estadual do Livro do Rio de Janeiro. Esperamos que este caráter de publicação “oficial” de que, agora, se reveste o livro, não dificulte a sua divulgação, como freqüentemente ocorre com as edições oficiais. Não sendo vendidas, quem as consegue obter, se não tiver bom relacionamento com o autor ou com a entidade que as edita? No caso presente, dela nem teríamos conhecimento, não fora a gentileza do autor em obsequiar com um exemplar ao responsável por esta publicação.

*

*

*

REGISTRO BIBLIOGRÁFICO

Andrade, Manuel Correia de (e outros) – Geografia, Antropologia e História em José Américo. João Pessoa, Fundação Casa de José Américo, 1982. 70 págs.

A obra vasta e variada do saudoso José Américo de Almeida da qual esta “Notícia” já se ocupou em outra oportunidade, propiciou aos professores Manuel Correia de Andrade, Maria Thetis Nunes e José Octavio Mello uma apreciação excelente acerca de sua contribuição, nas áreas que lhes são mais específicas, a Geografia, a Antropologia e a História, respectivamente. São autores consagrados nos domínios de suas especialidades e com excelente vivência da cultura nordestina, capazes, portanto, como diz a nota de apresentação, de “estabelecer a adequação entre as concepções americistas e suas respectivas áreas de atuação”. Completa o volume o artigo publicado por José Honório Rodrigues por ocasião do falecimento do grande paraibano. ONM (Cortesia da Fundação Casa de José Américo.)

Barbanti, Maria Lúcia S. H. – Escolas americanas de confissão protestante na Província de São Paulo: um estudo de suas origens. São Paulo, Faculdade de Educação da USP, 1977. 228 p.

Numa história da Educação no Brasil, capítulo dos mais importantes há de ser, sem dúvida, o que tratar da contribuição das missões protestantes norte-americanas, que em fins do século passado fundaram grandes colégios nos mais diversos pontos do País. Pelos novos métodos de ensino que introduziram, pela filosofia de educação que ensinavam, tais colégios alcançaram a melhor receptividade na sociedade brasileira, sendo freqüentados muito mais por católicos que propriamente por protestantes, pois estes não eram na ocasião (e provavelmente não sejam ainda) em número suficiente para alimentar tão grandes estabelecimentos de ensino como os que as missões fundaram. O que é tanto mais notável quando se considera o quanto a sociedade brasileira da época era preconceituosa em matéria de princípios religiosos e, por outro lado, a força dominante dos elementos católicos nas mais diversas esferas do pensamento. O presente trabalho constitui magnífico estudo dessa contribuição protestante à educação no Brasil. Num capítulo inicial, a autora passa em revista, com excelente espírito crítico e clarividência, o panorama geral do ensino público e particular na Província de São Paulo; o capítulo segundo oferece-nos dados

históricos seguros para o conhecimento da obra educacional protestante no século XIX, e no capítulo terceiro, intitulado “Elites progressistas da Província e colégios americanos de confissão protestante”, o leitor encontrará a explicação para o êxito desses estabelecimentos de ensino, que acabaram por atender a um dos anseios da mentalidade liberal da época. Excelente bibliografia e indicação precisa das fontes, além de rigor científico, embora sem excessivas preocupações metodológicas, tornam-no obra indispensável para o conhecimento da história da educação na Província de São Paulo. Espera-se que deste livro se faça uma edição comercial para a sua maior divulgação, o que, como edição privada e certamente restrita da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, infelizmente, não poderá alcançar. Nós mesmo dificilmente o teríamos conhecido não fora a gentileza da autora que nos obsequiou com um exemplar. ONM

Bruno, Ernani Silva – Memória da Cidade de São Paulo: depoimentos de moradores e visitantes, 1553/1958. São Paulo, Secretaria Municipal de Cultura, 1981. 218 págs. (Publicação do Departamento do Patrimônio Histórico, Série Registros, nº 4.)

Dificilmente alguém que não fosse Ernani Silva Bruno organizaria um livro como este, reunindo algumas dezenas de testemunhos que sobre a cidade de São Paulo deixou gente que viveu ou simplesmente esteve em visita à terra paulistana. Não é apenas o conhecimento da história de São Paulo que tem aquele que se tornou seu maior sabedor, mas, especialmente, a familiaridade no trato das fontes que possam servir à evocação do passado de nossa Capital. São quarenta e nove textos, que abrangem desde o Padre Manuel da Nóbrega, de 1553, até o Professor Roger Bastide, de 1958, e que compreendem missionários, viajantes, memorialistas, jornalistas, professores, escritores em geral, enfim quantos se ocuparam de São Paulo nesse longo período de mais de quatro séculos. Impressões que refletem, segundo o autor, “disparidade de perspectivas e de enfoques”, mas que podem dar ao leitor de hoje “uma visão mais diversificada e completa da cidade, de sua atmosfera, de sua significação, nas diversas etapas de sua existência. A ressaltar o cuidado e acuidade com que os textos foram selecionados, bem como a qualidade da parte gráfica. ONM (Cortesia do autor.)

Couto, Dom Domingos Loreto – Desagravos do Brasil e Glórias de Portugal, Apresentação e índice de José Antônio Gonsales de Mello. Recife, Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1981, 611 págs. (Coleção Recife, vol. 11.)

Trata-se de edição fac-similar da de 1904, publicada pela Biblioteca Nacional e que foi a primeira e a única até agora existente do clássico livro. De fato, concluída em 1757, permaneceu a obra de Loreto Couto inédita por quase 150 anos. Graças a Manuel Cícero Peregrino da Silva, veio a lume integrando os volumes 24 e 25 dos **Anais da Biblioteca Nacional**. Passados quase 80 anos de sua primeira publicação, tornou-se raridade bibliográfica, conhecida apenas de alguns bibliófilos e poucos pesquisadores. Só temos que louvar, pois, a iniciativa da Fundação de Cultura da Cidade do Recife em reeditar o precioso texto, incluindo-o na preciosa coleção “Recife”, na qual figuram numerosos títulos do mais alto interesse para a história de Pernambuco. Posfácio intitulado “O recifense Loreto Couto e seu livro”, de autoria de um dos maiores conhecedores da história pernambucana e ainda bem cuidado índice onomástico, completam o volume. ONM

Nóbrega, Humberto — História da Faculdade de Medicina da Paraíba, 29 e 30 volumes, Editora Universitária UFPb, João Pessoa, 1980 e 1981, 240 pp. e 217 pp., mais caderno de fotografias em cada volume.

Humberto Carneiro da Cunha Nóbrega prossegue na afanosa e ingente tarefa de escrever a crônica da escola da qual é professor e foi o primeiro diretor. Presidente da Sociedade Mantenedora, voltou em algumas ocasiões à direção da Faculdade, e sofreu oposição estudantil, que refutou e repeliu com êxito. Como sói acontecer em muitos estabelecimentos de ensino superior, os alunos, quando contrariados, excedem-se nas manifestações badernistas. É um sinal dos tempos...

O segundo volume noticia eventos de interesse, como a realização do curso de Parasitologia ministrado pelo saudoso professor Samuel Barnsley Pessoa, da Universidade de São Paulo; a criação da Universidade Estadual da Paraíba, à qual não se incorporou a Faculdade de Medicina que, afinal, terminou federalizada; o excelente plano para a interiorização da Medicina que, infelizmente, não logrou êxito e foi abandonado no nascedouro. Outra iniciativa de real vantagem foi a tentativa, também fracassada, do levantamento da carta nosográfica do Estado da Paraíba.

O terceiro volume informa sobre a escolha e a nomeação de professores. E em sua quase totalidade destrinça a questão da revolta dos acadêmicos contra o diretor Humberto Nóbrega. Desenvolveu-se uma campanha de descrédito, instalou-se inquérito. o professor defendeu-se e, afinal, foi absolvido de todas as acusações. Renunciou, então, à diretoria.

Antes de se constituírem em uma “História da Faculdade de Medicina da Paraíba”, os dois volumes em questão são nada menos que um valioso repositório de exaustiva documentação sobre a agitada evolução da escola médica paraibana nas décadas de 1950 e 1960. (Nota de Lycurgo Santos Filho.) (Cortesia do autor)

Processo Revolucionário de 1930. Número especial de “Estudos Ibero-Americanos”, vol. VII. Porto Alegre, Pont. Univ. Católica, 1981. 228 págs.

Na devida ocasião demos notícia do simpósio promovido pelo Departamento de História da PUC de Porto Alegre, a propósito do cinquentenário da Revolução de 1930, realizado de 29 de setembro a 3 de outubro de 1980. Do risco de se perder a contribuição, em grande parte de caráter revisionista, que representou o simpósio, fomos salvos pela iniciativa da entidade promotora em publicar as comunicações apresentadas. “O tema dos estudos aqui publicados — diz a nota de apresentação — é um evento que ainda se desenrola entre nós, pois ainda não esgotou o impacto sobre a vida política brasileira. Sendo a Revolução de 1930 um episódio relativamente próximo a nós, permite uma grande diversidade de interpretações a partir dos diferentes enfoques possíveis tanto por parte do sujeito como do objeto. Esta diversidade, no entanto, enriquece a visão de conjunto”. O Departamento de História da PUC porto-alegrense (Caixa postal 1429), que há vários anos vem editando uma das mais importantes revistas históricas do país, enriquece sobremaneira a bibliografia relativa ao processo revolucionário no Brasil com este número especial de sua valiosa e conceituada publicação. Ver sumário, adiante, na seção “Periódicos”. ONM

Silveira, Alcântara — Estudos literários e biográficos: literatura nacional e estrangeira. São Paulo, Pioneira/Secretaria de Estado da Cultura, 1981. 184 págs.

Este livro bem poderia chamar-se “Notas de um constante leitor”, se isto não significasse plágio do título de escrito de outra grande figura da intelectualidade brasileira. Mas, no fundo, é o que ele é. Alcântara Silveira não apenas lê (o que já não seria pouco...), mas faz questão de transmitir suas impressões de leitura. E o faz em conferências e artigos, muitos dos quais reunidos para formar este belo volume, que vem dar a páginas magníficas o sentido de permanência que o jornal não lhes asseguraria. “Roteiro de leitura amena e agradável para todos aqueles que tiveram a felicidade de adquirir o hábito e o prazer

da leitura”, diz uma nota da editora, que, ainda, justifica ter incluído o volume numa coleção denominada “Manuais de Estudo”, quando, na realidade, o livro é o que menos se parece com um manual. Mas — e aqui a justificativa — trata-se de livro “dirigido especialmente aos jovens; daí o seu estilo propositalmente simples e didático”. E o próprio autor recorda que, desde seu primeiro livro (1947), a meta que o vem orientando em matéria literária é a “abordagem, de maneira simples e acessível, de figuras e obras da literatura nacional e estrangeira, com o objetivo de atrair para elas a atenção do leitor”. É o que faz neste volume, com numerosos autores, que vão desde Benjamin Constant e Georg Sand até Kafka ou Roger Martin du Gard, passando por Anatole France, Saint-Exupery, Rimbaud, Proust e muitos outros. E entre os brasileiros, Felipe de Oliveira, Otávio de Faria e Rodrigues de Abreu. Um destaque especial, pelo seu interesse histórico, para o capítulo sobre Américo de Campos, o grande jornalista e republicano paulista ONM (Cortesia do autor.)

Yamashiro, José — História dos Samurais. São Paulo, Masso Ohno/Roswitha Kempf, 1982. 278 p.

Com escrúpulo certamente exagerado, o autor apressa-se em advertir que seu livro é obra de jornalista e não de historiador. Um jornalista interessado em divulgar aspectos da cultura japonesa, praticamente desconhecidos entre nós. E acrescenta que procurou fazer “uma história bastante resumida, destinada a uma divulgação geral”, na qual, “até fatos de relevância histórica são tratados de maneira simplificada, e outros nem são citados”. Seu objetivo foi tão-somente “dar uma idéia superficial a respeito da origem, evolução, hegemonia, decadência e fim da classe dos samurais, dentro do contexto histórico”. É claro que o autor teria condições e elementos para uma obra mais profunda. Mas isto em nada diminui o interesse deste volume, pois nele se configura, numa forma linear, o suficiente para o leitor não especializado ter uma idéia nítida do sentido de evolução, que surge com freqüência no livro. E esta preocupação com o sentido de evolução, não será, por acaso, tarefa de historiador ? O historiador que o jornalista também soube ser e do qual já tínhamos amostra pela sua **Pequena História do Japão**, publicada há mais de vinte anos. ONM (Cortesia do autor.)

PERIÓDICOS

Boletim de Geografia Teórica, Vol. 11, nºs 21/22. Rio Claro, 1981. Conteúdo: Geografia Física (Antônio Christofoletti); Identificação de áreas pobres no espaço metropolitano de Belo Horizonte (Maria Duarte dos Santos e outros); Análise geomorfológica da bacia do Ribeirão Claro (Antônio Carlos Tavares e Ana Neuman de Queiroz); Notas e resenhas.

Estudos Ibero-Americanos. Vol. VII, nºs 1/2, julho e dezembro de 1981. Pontifícia Univ. Cat. de Porto Alegre, RS. Número especial, dedicado ao **Processo Revolucionário de 1930** (I Simpósio de História Ibero-Americana). Conteúdo: Apresentação (Urbano Zilles e Luiza Kliemann); Alocação proferida pelo Prof. Hélio Silva; A Revolução de 1930: historiografia e pesquisa histórica (Déa Fenelon); La Revolución brasileña de 1930 através de la prensa uruguaya (Raul Federico Abadie Aicardi); A participação do Rio Grande do Norte no movimento revolucionário de 1930 (Marlene da Silva Mariz); As artes e a crise nos anos vinte (Elizabeth Rochadel e Ana Lúcia V. Ramos da Silva); A presença dos industriais na política rio-grandense durante a República Velha (Márcia Lewis); A estrutura da indústria rio-grandense nos inícios da década de Trinta (Heloísa Reichelt); A articulação da oposição gaúcha (Luíza H. S. Klieman); Contribuição da assistência religiosa às forças revolucionárias e seus reflexos (João José Planella); O caráter social da "União Sagrada" entre republicanos e libertadores (Francisco Lopes de Almeida); A economia gaúcha nos anos Trinta: agropecuária colonial e o processo de industrialização na República Nova (Sandra J. Pesavento, coord.); O processo gaúcho de industrialização na República Nova (Adolar Koch); A burguesia industrial gaúcha na República Nova (Sandra J. Pesavento); Legislação social e tendências ideológicas no movimento operário gaúcho (Maria Elizabeth Lucas); Estado e Agricultura capitalista gaúcha na República Nova (Ema Júlia Manera Aroztegui); A lavoura tritícola gaúcha (Telmo R. Moure); A Revolução de 30 na Assembléia Legislativa e Câmara dos Vereadores: arrolamentos de fontes (Harri Bellomo, coord.); A formação republicana de Santa Catarina (Jali Meirinho); O processo revolucionário de 30 em Santa Catarina (Carlos Humberto Corrêa); As resultantes da Revolução (Walter F. Piazza); PRP: a coesão interna (Elizabeth Rochatel e Maria José Barreras); Getúlio Vargas e o surgimento das vilas operárias em Porto Alegre (Margaret Marchiori Bakos, Marion Meirelles e Marielza Saraiva de Paiva); O poder legislativo e autoritarismo no Rio Grande do Sul (Héglio Trindade.)

Revista de Antropologia, vol. 24. Universidade de São Paulo, 1981. Conteúdo: El "modo de ser" guaraní en la primera documentación jesuitica (Bartolomeu Meliá); Tranças, cabaças e couros no funeral bororo (Sylvia Caiuby Novaes); Problemas da aculturação alimentar dos xavantes e bororo (João Paulo Botelho Vieira Filho); Os Yanoama: denominações de um "povo" sem esperança (Orlando Sampaio Silva); Variações sobre o "caráter nacional" brasileiro (Thales de Azevedo); Estudos antropológicos das populações negras na Universidade de São Paulo (João Baptista Borges Pereira); Negritude e América Latina (João Carneiro); O japonês na literatura de cordel (Joseph M. Luyten); A demanda da igreja velha: análise de um conflito entre artistas populares e órgãos de Estado (Antônio Augusto Arantes e Marília de

Andrade); A mulher e o papel de dona-de-casa: representações e estereótipos (José Reginaldo Prandi); Sobre a urgência de um Museu Naval no Nordeste (Pedro Agostinho); Projeto Paranapanema (José Luiz de Moraes); Comunicações, noticiário e bibliografia.

Revista do Departamento de Geografia, nº 1. Universidade de São Paulo, 1982. Conteúdo: Anotações sobre o Departamento de Geografia (Pasquale Petrone); Divisão territorial do trabalho e nova regionalização (Léa Goldstein e Manoel Seabra); Natureza do trabalho de campo em Geografia Humana e suas limitações (Armando Corrêa da Silva), Um exemplo de carta geomorfológica de detalhe: a carta do Médio Vale do Rio Parateí, SP (Lylian Coltrinari); Observações sobre experiência de aplicação da fotointerpretação à pesquisa de informações urbanas a nível cadastral e de planejamento: caso da cidade de Salvador, Bahia (Vincenzo R. Bochicchio); Notas preliminares sobre o caráter da formação territorial brasileira (Wanderley M. da Costa); Aspectos das relações entre indústria e pequena propriedade agrícola: o caso de Limeira, SP (Romeu Nami Garibe); As condições naturais e a estruturação do espaço agrário (Antonio Carlos Robert Moraes); A cidade e a organização do espaço (Ana Fani Alessandri Carlos.)

Revista do ICHL (Instituto de Ciências Humanas e Letras), vol. 1, nº 1. Goiânia, jul/dez 1981. Conteúdo: A experiência lingüística na poesia (Gilberto Mendonça Teles); Análise do poema "Dropping South: Brazil", de Robert Lowell (Ana Helena de Souza); O poema "Estâncias" de Carlos Drummond de Andrade (Emílio Vieira); Tradução e ideologia (Zênia de Faria); O povoamento de Goiás (Gilka V. F. de Salles); Técnica militar e sociedades de ordens: um estudo sobre as guerras do Nordeste no século XVII (Luiz Palacin); A Geografia e suas implicações no subdesenvolvimento do Terceiro Mundo (Horieste Gomes); Psicanálise: a outra educação (Wendel Santos); Estabilidade política em Goiás (Servito de Menezes Filho). Noticiário.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, nºs 31/33, ano 1980/1982. Vitória. Conteúdo: A Casa Azulejada da Serra: os Barbosa Leão (Elmo Elton); Leis da Província (Levy Rocha); Anchieta no Espírito Santo (Guilherme Santos Neves); Os Baixos dos Pargos (Almeida Cousin); Tropas e tropeiros (Ormando Moraes); Dois pequenos estudos (Joaquim Pires de Amorim); 12 de junho de 1817 (Placidino Passos); Um romance capixaba e outro nem tanto (Renato Pacheco); Governos provinciais (José Schiavo); A caminho da independência (Christiano Fraga); Discurso de posse (Elmo Elton); Domingos Martins, um bicentenário (Christiano Fraga); E eles eram assim (Nelson Abel de Almeida); Desembargador Carlos Xavier Pais Barreto (Placidino Passos); João da Calaza (Veríssimo de Melo); Pedro Fonseca, o fotógrafo (J. C. Monjardim Cavalcanti.)

*

* *

NOTICIÁRIO

NOTÍCIAS DE DUAS ACADEMIAS

O responsável por esta publicação ocupou, no ano passado, a presidência da Academia Campinense de Letras e a secretaria da Academia Paulista de História. Um breve retrospecto do que ocorreu nas duas entidades, em 1982, é o que pretendem os relatórios que aqui se transcrevem, lidos nas sessões de encerramento dos respectivos anos acadêmicos.

1. Academia Campinense de Letras

Senhores Acadêmicos: Eis-nos chegado não apenas ao fim de mais um ano acadêmico, mas, também, ao fim de um mandato de Diretoria. Dentro de poucos instantes, escolheremos os componentes da diretoria que conduzirá nossa Academia no próximo biênio. Circunstâncias que não precisam ser recordadas levaram-me a ocupar a presidência da Casa no segundo semestre deste ano, razão pela qual estou a dirigir-vos esta fala de despedida, que não é ainda o relatório que oportunamente vos será apresentado — quer da parte da Presidência, quer da Secretaria-Geral — mas ligeiro balanço de nossas atividades no biênio e um agradecimento a todos aqueles que colaboraram com a Presidência, abrilhantando nossas reuniões com eruditas e agradáveis palestras.

Realizamos nossas reuniões, todas elas de excelente conteúdo cultural, regularmente de março a dezembro, como dispõem nossos estatutos, tendo uma delas — a de maio do ano passado — se revestido de caráter solene para a comemoração do jubileu de prata de nossa Casa. O belíssimo discurso então proferido pelo confrade Wilson Brandão Toffano ainda ressoa em nossos corações. O evento propiciou, também, a edição do volume 40, da série de nossas publicações, contendo precioso documentário sobre os acadêmicos e a vida acadêmica, elaborado com o zelo e a competência da Acadêmica Maria Conceição Arruda Toledo.

Algumas efemérides culturais relevantes neste biênio foram condignamente comemoradas em nossa Casa. Em 1981, os centenários de Gustavo Teixeira e de Lima Barreto, evocados, respectivamente, por Conceição Arruda Toledo e Luiz Gonzaga Horta Lisboa; o sesquicentenário de Álvares de Azevedo, evocado por Mário Pires e os sesquicentenários do Hino Nacional Brasileiro e da abdicação de Dom Pedro I, evocados por aquele que vos fala. Em 1982: os centenários de Francisco Betim Paes Leme (médico ilustre de Campinas), Monteiro

Lobato, Plínio Barreto, Ernesto de Souza Campos, sobre os quais falaram, respectivamente, Celso Maria de Mello Pupo e Mário Pires; o centenário da morte de Luís Gama, evocado nesta noite por Brasil Bandecchi, marcando o encerramento de nosso ano acadêmico. Aquele que vos fala ocupou-se, também, do centenário de Stefan Zweig, e do bicentenário de Maximiliano, Príncipe de Wied-Neuwied, o grande viajante e naturalista que andou pelo nosso país há mais de 150 anos.

Outras efemérides, que não tiveram oportunidade de ser comemoradas, mas foram simplesmente mencionadas para registro em nossas atas: os centenários de nascimento do Cardeal D. Sebastião Leme, do historiador Antônio Paulino de Almeida, de Júlio Prestes, de Oscar Freire, de João do Rio, de Vivaldo Coaracy e de Américo de Moura, filólogo e historiador, muito ligado a Campinas, pois foi professor de nosso tradicional Ginásio do Estado; os centenários de falecimento de Gonçalves de Magalhães e de Joaquim Manuel de Macedo, de Charles Darwin e de Giuseppe Garibaldi; o bicentenário da morte de Barreto Leme, o fundador de Campinas; e ainda os centenários de três grandes viajantes que nos visitaram no século passado: o geógrafo e explorador Jules Crévaux, o pintor Biard e o jornalista Augusto Emílio Zaluar, este homenageado pela nossa cidade, com seu nome numa rua do Bonfim (pois aqui estive e sobre Campinas e suas fazendas escreveu).

Além dos acadêmicos já citados a propósito das efemérides – Conceição Arruda Toledo, Mário Pires, Celso Maria de Mello Pupo, Luiz Gonzaga Horta Lisboa – desejo agradecer a todos os outros que, durante o biênio, ocuparam a atenção de seus pares com a leitura de belas páginas de suas lavras: Wilson Brandão Toffano, Maurício de Moraes, Regis de Moraes, Maria Dezonne Pacheco Fernandes, Maria José de Moraes Pupo Nogueira, Mauro Ribeiro Sampaio, Júlio Andrade Ferreira, Theodoro de Souza Campos Júnior, Lycurgo de Castro Santos Filho e Messias Gonçalves Teixeira. Uma referência especial a três convidados que nos brindaram com excelentes conferências: Honório de Syllos, sobre Euclides da Cunha; José Antonio de Lemos (de Ouro Fino) sobre “Paulistas na história de Minas Gerais”; e, nesta noite, Brasil Bandecchi que nos falou sobre a vida e a obra de Luís Gama.

Tivemos duas sessões solenes para recepção de novos acadêmicos – Messias Gonçalves Teixeira e Nair Sant’Ana Moscoso – e outra, já mencionada para a comemoração do jubileu da Academia.

Passou a Academia o pesar de ver desaparecidos quatro de seus membros titulares: Carlos Foot Guimarães, Francisco José Monteiro Sales, Francelino de Souza Araújo e Paulo Mangabeira Albernaz. Suas vagas já se acham preenchidas, respectivamente, por Messias Gonçalves Teixeira, Nair Sant’Ana Moscoso, Rogério César de Cerqueira Leite e Rubem Alves, estes dois últimos ainda não empossados.

A coleção de publicações foi enriquecida com dois novos títulos: o nº 39, dedicado à posse de Maria Dezonne Pacheco Fernandes, e o nº 40, já referido, comemorativo do jubileu da Academias. Posso adiantar que o nº 41, com os discursos proferidos na posse de Messias Gonçalves Teixeira já se encontra em fase de impressão.

Julgo de muita valia e significação ressaltar a produção cultural dos Senhores Acadêmicos no biênio que estamos encerrando. Publicaram livros: Regis de Moraes (“Os bispos e a política no Brasil”, “Que é violência urbana” e “Entre Educação e a Barbárie”); José Roberto do Amaral Lapa (“O Antigo Sistema Colonial”); Rubem Alves (“O que é Religião”); Mário Pires (“Campinas: sementeira de ideal” e “O poema do nosso orgulho”); Conceição Arruda Toledo (“Raízes” e o já mencionado volume comemorativo do jubileu da Academia); Maria Celestina Teixeira Mendes Torres (a biografia de seu pai, Otávio Teixeira Mendes, grande e saudoso professor da Escola Agrícola Luiz de Queiroz, de Piracicaba); Odilon Nogueira de Matos (a terceira edição de “Café e Ferrovias”) e — fato auspicioso — Maria Dezonne Pacheco Fernandes, que viu publicado em “braille” seu consagrado romance “Sinhá Moça”. Duas publicações coletivas — uma em prosa, outra em verso — editadas em Campinas, acolheram trabalhos de Conceição Arruda Toledo, Nair Sant’Ana Moscoso, Maria Dezonne Pacheco Fernandes, Wilson Brandão Toffano e Mauro Ribeiro Sampaio. Diversos outros acadêmicos tiveram trabalhos divulgados em conceituadas publicações culturais: Lycurgo de Castro Santos Filho, na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, na Revista da Academia Paulista de Letras e na Revista da Academia Paulista de História; Celso Maria de Mello Pupo, na Revista do Arquivo Municipal e na Revista da Academia Paulista de História; Horta Lisboa, na “Notícia Bibliográfica e Histórica”; Mário Pires, na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e na “Notícia Bibliográfica e Histórica”; Odilon Nogueira de Matos, na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, na Revista da Academia Paulista de História, no Boletim do Arquivo do Estado, na “Notícia Bibliográfica e Histórica”, e nos suplementos culturais de “O Estado de São Paulo” e do “Correio do Povo” (de Porto Alegre). Finalmente, lembraria a grande quantidade de acadêmicos que comparece regularmente às páginas da imprensa campineira com colaborações semanais: Maurício de Moraes, Horta Lisboa, Francisco Isolino de Siqueira, Mário Pires, Maria Dezonne Pacheco Fernandes, Conceição Arruda Toledo e Odilon Nogueira de Matos. Escusas por alguma omissão involuntária, e que inevitavelmente deve ter ocorrido.

Encerrando, cumpro elementar dever de justiça testemunhando sinceros agradecimentos aos meus companheiros de Diretoria: a Celso Maria de Mello Pupo, que, embora deixando a Presidência, continuou, a meu pedido, encarregando-se da parte

administrativa da Academia; a Wilson Brandão Toffano, que, em duas ocasiões, em virtude de ausência do Presidente, dirigiu os trabalhos da Casa; à dedicada Secretária, Maria Celestina, que sempre se encarregou proficientemente do cansativo, mas importantíssimo trabalho de redação das atas; a Francisco Isolino de Siqueira, pela assistência jurídica que, desinteressadamente, tem prestado à Entidade; e ao prezado amigo José Nogueira Novaes que, como sempre, mais uma vez demonstrou extraordinária dedicação à Academia, servindo-a com frequência e incrível boa vontade. E a todos os demais acadêmicos, notadamente àquele grupo fiel que não falta às reuniões, uma palavra de reconhecimento. O confrade que — tudo o indica — será eleito para o próximo biênio, vós o sabeis, tem todas as qualidades e condições necessárias para conduzir a Academia em rumos bem seguros: cultura, capacidade de trabalho, experiência administrativa, dedicação, enfim, espírito acadêmico. Que ele saiba — e certamente saberá — escolher seus companheiros de diretoria, para que possa prosseguir com brilho nesta obra que há mais de um quarto de século vem assinalando de maneira marcante a vida cultural de nossa cidade. Muito obrigado, Senhores Acadêmicos. Campinas, 6 de dezembro de 1982. Odilon Nogueira de Matos, Presidente. *

2. Academia Paulista de História

Senhores Acadêmicos: No ano acadêmico que está por terminar, realizou a Academia Paulista de História as sessões regulamentares mensais, de março a dezembro, com exceção apenas da de julho, pois em virtude da ocorrência de duas importantes reuniões de estudos históricos, marcadas coincidentemente para a época em que a reunião da Academia deveria realizar-se e às quais compareceriam diversos dos nossos confrades, foi proposto e aprovado, conforme consta da respectiva ata, que a reunião daquele mês fosse suprimida.

Em diversas reuniões foram evocadas efemérides significativas que assinalaram o ano de 1982: os centenários de nascimento de Monteiro Lobato, Antônio Paulino de Almeida e Vivaldo Coaracy, sobre os quais falaram os acadêmicos Hélio Damante, Odilon Nogueira de Matos e Antônio Barreto do Amaral; o centenário da morte de Luís Gama, sobre o qual discorreu o acadêmico Brasil Bandecchi; e o cinquentenário da Revolução Constitucionalista, evocado pelo acadêmico Heliodoro Tenório da Rocha Marques. Este evento ensejou a realização, com grande êxito, de

(*) Na mesma sessão em que foi lido este breve relatório, procedeu-se à eleição da Diretoria para o biênio 1983/84, assim constituída: Wilson Brandão Toffano (Presidente), Conceição Arruda Toledo (Secretária-Geral), Luiz G. Horta Lisboa (1º Secretário), Maria José de Moraes Pupo Nogueira (2ª Secretária), Celso Maria de Mello Pupo (1º Tesoureiro), Messias Gonçalves Teixeira (2º Tesoureiro) e Lycurgo de Castro Santos Filho (Diretor de Biblioteca).

uma série de conferências na Biblioteca Municipal “Mário de Andrade”, a cargo dos acadêmicos Brasil Bandecchi, Raul de Andrada e Silva, Odilon Nogueira de Matos e Hernani Donato. Tais conferências deverão ser publicadas em o nº 107 da “Notícia Bibliográfica e Histórica”, número este, aliás, todo consagrado ao movimento de 1932, e que ficará como um testemunho da participação de nossa Academia na comemoração da efeméride tão grata aos paulistas.

Outras efemérides foram apenas mencionadas em nossas reuniões, sem que sobre elas acadêmico algum pudesse demorar-se, como seria de interesse: os centenários de nascimento de D. Sebastião Leme, de Júlio Prestes, e de Oscar Freire; os centenários da morte de Gonçalves de Magalhães, de Joaquim Manuel de Macedo, de Vicente Pires da Mota, do Almirante Barroso, de Charles Darwin, de Giuseppe Garibaldi; o bicentenário do nascimento do Príncipe Maximiliano de Wied-Neuwied e o bicentenário da morte de Barreto Leme, o fundador de Campinas; foi lembrado, ainda, o centenário de dois importantes livros da literatura brasileira — **Céus e Terras do Brasil**, de Taunay e **Papéis Avulsos**, de Machado de Assis — bem como o 80º aniversário da publicação de **Os Sertões**, de Euclides da Cunha. Todas essas efemérides, como vêem os prezados confrades, dariam ensejo a que verdadeiras conferências fossem proferidas. Um destaque especial merece o transcurso do bicentenário da morte do Marquês de Pombal, assinalado, em nossa capital, por importantes eventos: cursos no Instituto de Estudos Brasileiros e no Instituto Histórico e Geográfico (este em colaboração com o Arquivo do Estado), mesas-redondas; conferências, exposições. A todos estes eventos, a Academia esteve presente, através de vários de seus membros que deles participaram.

Uma ocorrência inusitada foi registrada por aquele que vos fala: a homenagem ao centenário de alguém que, mercê de Deus, ainda continua vivo — ilustre historiador militar General Raul Silveira e Mello, que, em fevereiro do corrente ano, alcançou a graça que, de fato, poucos alcançam, de participar das comemorações de seu próprio centenário. Dele, recebeu a Academia carinhosa manifestação a propósito do primeiro número de sua revista.

É auspicioso registrar que duas das efemérides do corrente ano — o centenário de Júlio Prestes e o cinquentenário da Revolução de 1932 — propiciaram oportunidade a que dois de nossos confrades, Célio Debes e Hernani Donato, respectivamente, publicassem valiosos livros.

A Academia fez-se presente, pela participação de vários de seus membros, em quatro importantes reuniões de estudos históricos realizadas no corrente ano: o VI Simpósio de Estudos Valeparaibanos, em Juiz de Fora; a II Reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica, no Rio de Janeiro;

a IV Semana da História, em Franca; e a reunião da seção regional da ANPUH, em Assis..

Fato deveras significativo da vida da entidade no corrente ano, foi a publicação do primeiro número da revista, distribuído na reunião de março, e que alcançou excelente receptividade, conforme o testemunham diversas manifestações recebidas. Vale registrar*que o segundo número já está todo preparado, dependendo apenas das possibilidades da gráfica que o imprime. A Secretaria-Geral envidou todos os esforços para que esse segundo número fosse distribuído nesta sessão de encerramento do ano acadêmico, mas infelizmente circunstâncias que não dependeram da Academia impossibilitaram que tal ocorresse. Se tudo correr a contento, esperamos poder distribuí-lo antes do início do próximo ano acadêmico.

Diversos visitantes teve a Academia o prazer de receber em suas reuniões mensais: na de abril, o Sr. Walter Pinheiro Guerra; na de junho, o Cel. Edilberto de Oliveira Mello, diretor do Museu Militar de São Paulo; na de agosto, o historiador português Professor Jorge Borges de Macedo, que em São Paulo se encontrava participando das comemorações do bicentenário pombalino, e a Professora Heloísa Liberalli Bellotto, do Instituto de Estudos Brasileiros e em grande parte responsável pelos eventos que assinalaram, em São Paulo, o transcurso da efeméride relativa ao grande estadista português; na de setembro, o Dr. Alcides Nunes Dias; e na de novembro, o Professor João Dias, assessor da Reitoria da Unesp.

Teve a Academia o dissabor de ver desaparecido um dos seus titulares, aliás, enfermo havia bastante tempo e, apenas por isto ausente de nossas reuniões: o Engenheiro Alvaro da Veiga Coimbra, numismata e heraldista de reconhecido valor. A Presidência já tomou as providências necessárias ao preenchimento de sua vaga, devendo a eleição do novo titular realizar-se no início do próximo ano acadêmico.

Além das sessões regimentais já mencionadas, realizou-se no corrente ano a sessão especial e solene destinada à posse do Acadêmico José Augusto Vaz Valente, eleito para a vaga que se abriu com o falecimento, no ano passado, do Monsenhor Luís Castanho de Almeida.

Outras ocorrências haveria ainda a ser assinaladas neste rápido balanço, mas ficarão elas para o relatório mais circunstanciado que o Senhor Presidente e o Secretário-Geral oportunamente encaminharão aos Senhores Acadêmicos. Gostaríamos, finalmente, de lembrar que o encerramento deste ano acadêmico na data de hoje, praticamente coincide com o décimo aniversário de nossa Academia, fundada aos 18 de dezembro de 1972. Fica, aqui, uma sugestão à diretoria que, a partir de hoje, dirigirá os destinos da Entidade, para que se procure, no ano vindouro, assinalar de

qualquer maneira o transcurso do primeiro decênio desta Casa. São Paulo, 15 de dezembro de 1982. Odilon Nogueira de Matos, Secretário. *

*

UMA "TRIBUNA" ALCANÇA O CENTENÁRIO E OUTRA APROXIMA-SE DELE

O ano passado assinalou o transcurso de significativas efemérides para dois órgãos da imprensa do interior do Estado: a **Tribuna do Norte**, de Pindamonhangaba alcançou seu centenário, sendo atualmente, depois de **O Estado de São Paulo**, o mais antigo jornal paulista em circulação. A ocorrência, como não podia deixar de ser, propiciou ao velho jornal a publicação de um número especial, de grande interesse histórico, por trazer, entre outras coisas, o índice da matéria publicada durante boa parte de sua existência. Desnecessário salientar o que isto representa como instrumento de pesquisa.

Apenas havíamos tomado conhecimento da bela realização do jornal da "Princesa do Norte", eis que recebemos de nosso preclaro amigo Elísio Zurita Fernandes magnífico album comemorativo do quase centenário (noventa anos...) de seu jornal, a **Tribuna do Povo**, de Araras. Embora diferentes, os números comemorativos das duas **Tribunas** têm algo em comum: seus diretores se conscientizaram de que seus jornais podem ser (e na realidade o são) instrumentos imprescindíveis para a pesquisa histórica. Elísio Zurita Fernandes teve a idéia originalíssima — e que revela, sobretudo, compreensão do valor de um álbum da natureza do que editou — de estampar fac-símiles da primeira página de mais de uma centena de números de seu jornal, desde o exemplar do dia 14 de julho de 1907 (com a bela página de Olavo Bilac sobre a língua portuguesa) até o do dia 22 de fevereiro de 1981. Reproduções excelentes, que facilmente permitem a leitura, o que nem sempre acontece com trabalhos dessa natureza.

Certamente houve algum critério a presidir a seleção dos números que tiveram sua primeira página reproduzida. Mas, é de se lamentar que não tenham sido utilizados números anteriores a 1907, já que o jornal data de dezesseis anos antes. A reprodução do primeiro número,

(*) Na mesma sessão em que foi apresentado este relatório, tomou posse a Diretoria eleita para o triênio 1983/5, assim constituída: Paulo Pereira dos Reis (Presidente), Hernani Donato (Vice-Presidente), Vinício Stein Campos (Secretário-Geral), Paulo Silveira Santos (Secretário), José Augusto Vaz Valente (Tesoureiro), Maria Beatriz Nizza da Silva (Comissão de Publicações) e Heliodoro Tenório da Rocha Marques (Comissão de Contas).

então, teria sido altamente significativa. Não há de ser sem razão que Zurita não o fez. Talvez os números mais antigos não estejam em boas condições para suportar a reprodução ou, poderá até ser o caso, de infelizmente não existirem números anteriores. Isto, porém, não invalida o belo trabalho. A amostra que temos, através de números esparsos, de um jornal quase centenário, é das mais expressivas, pois, inclusive, nos poderá fornecer algumas páginas para reprodução em nossa revista, com a devida licença de seu diretor.

Às duas **Tribunas** (a do “Norte” e a “do Povo”) podemos fazer nossas as palavras da bela página que o Prof. Silveira Bueno escreveu para o jornal de Araras: “Que continuem dignas de seu próprio nome, que sigam sempre pelos anos vindouros a falar-nos dessa eminência esclarecedora em que se encaneceram, cada vez mais dignas de nosso respeito, agora que os dias se vão tocando dessa alvura das grandes experiências vividas, agora que mais um ano se lhes dealba por entre as sombras do futuro. Pregando aos homens, que ouçam primeiro a voz de Deus e sejam entre o céu e a terra o traço de união da felicidade”. ONM

*

GRAMSCI É TEMA DE TESE NA UNICAMP

Demonstrar a importância que o pensador italiano Antonio Gramsci (1891/1937) atribui à Filosofia como inspiradora e estruturadora da ação política, bem como a necessidade, por ele enfatizada de uma divulgação da Filosofia entre os homens comuns, adaptando-os a determinado momento histórico, a fim de que toda mudança proposta por essa filosofia se consolide e não seja algo efêmero. Esses são os dois eixos da tese de livre-docência defendida pelo professor e cientista político Michel Debrun, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

Em sua tese, o professor Michel Debrun, que leciona há quase dez anos na Unicamp, diz ter havido uma descoberta do pensador Gramsci a partir dos anos 60, baseada no fato de que ele procurou mostrar a relativa originalidade e autonomia dos fatos políticos. Nesse ponto, Debrun explica que o êxito de Gramsci foi um tanto semelhante ao do pensador francês Louis Althusser, que “falava, numa linguagem parecida, sobre a necessidade de não se ver no elemento político uma mera projeção do elemento econômico”.

“No rastro dessa constatação, Gramsci desenvolveu uma série de conceitos que se tornaram clássicos, como a distinção que faz entre a

sociedade civil e a sociedade política, ou como a noção que apresenta do que chama de revolução passiva, desencadeada de cima para baixo pela elite de poder, que em troca da manutenção desse Poder admite modificações sociais, econômicas e culturais, mas com a preocupação de que o povo interfira o menos possível” – assinala Michel Debrun.

Contudo, os fatores localizados no plano eminentemente político e econômico não são objeto da tese do Prof. Debrun, uma vez que ele próprio admite: “São fatores já assimilados pelo pensamento político em todo o mundo.”

O que Debrun considera uma inovação trazida à luz, através da tese intitulada **Gramsci: filosofia, política e bom-senso**, é o fator filosófico, “porque a Filosofia, para Gramsci, deve nortear a ação política. E mesmo que os políticos ou os partidos não tenham consciência disso, em muitos casos atuam como filósofos, levando a ação política a ser orientada pela Filosofia.”

“Eu seria pretensioso demais se considerasse esse novo elemento revolucionário. Trata-se apenas de uma pequena novidade. Nessa tese tento mostrar que a vida política do Estado e dos partidos remete a outra dimensão, a filosófica, que, embora citada, não foi ainda sistematicamente tratada. Nunca se consagrou um livro a esse ponto” – lembra Michel Debrun.

Além dos dois eixos básicos, a tese procura demonstrar que Gramsci não tem a visão da Filosofia como atividade especulativa, voltada para objeto de difícil alcance. “Se essa fosse sua visão, seria naturalmente uma idéia esdrúxula de Gramsci desejar que a política fosse influenciada pela Filosofia de concepção tradicional.”

Debrun aponta que, aos olhos do pensador italiano, em qualquer época, indivíduos ou grupos de indivíduos têm uma concepção mais abrangente do seu momento histórico: “Esses homens têm uma idéia particularmente bastante viva e aguda das contradições e do momento histórico que vivem, bem como de suas potencialidades, do capitalismo ao socialismo.”

Esses homens, segundo o Professor da Unicamp, são os filósofos, na visão de Gramsci, embora não conscientes disso. Mesmo no início de uma época, esses grupos principiam por ter essa visão que, ao final de determinado tempo, transforma-se num arcabouço filosófico muito próximo da realidade. Assim – conforme Michel Debrun – Gramsci, entende que, para haver êxito numa mudança, ela terá de se inspirar na compreensão que os filósofos propõem para o seu momento. “E ela deve impregnar a ação dos atores políticos.”

“O que interessa a Gramsci são as ações políticas que procuram estabelecer as indicações de como as mudanças e a sua

preservação devam ocorrer, pois a política é que irá orientar a mudança, a partir de plataformas filosóficas. A política vai alimentar-se na Filosofia e buscar a formulação dos seus objetivos. E como se esforça ela para captar o momento presente, não há uma só Filosofia, mas sempre relativa a uma época” — assinala Debrun.

Mas a tese é enfeixada por mais um item: o bom-senso, que para Gramsci nada mais é do que a Filosofia de uma época difundida e assimilada pelas massas. “O homem comum incorpora essas filosofias, embora não possa captar as sutilezas do filósofo profissional” — pondera Debrun.

“Quando um número crescente de homens ou de grupos chega a incorporar a Filosofia, ainda que de maneira tosca, e quando essa penetração se alarga e é compartilhada pelos indivíduos, a Filosofia se transforma em bom-senso. E eu afirmo que não haveria dificuldades para Gramsci dizer que o marxismo é a Filosofia em gestação em nossa época. Não que todos admitam o marxismo, mas há o que eu chamaria de marxismo de botequim.”

Segundo Michel Debrun, “o povo deve tornar-se mais ou menos filósofo, na concepção de Gramsci, porque se não houvesse a incorporação das orientações culturais e políticas propostas pela Filosofia de uma época, a transformação proposta de mudança seria precária, sem solidez, e passível de alterações por golpes ou outras formas.” (Luiz Roberto Saviani Rey.)

(Folha de São Paulo, 24/11/1982.)

*

TAUBATÉ E SEU ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL

Taubaté, cidade mais que tricentenária orgulha-se de possuir um dos mais importantes arquivos históricos do interior do Estado de São Paulo.

Essa seção da Divisão de Museus e Arquivo Histórico, unidade do Departamento de Educação e Cultura, instalada na Rua Visconde do Rio Branco, 516, ocupando o histórico edifício tombado pelo CONDEPHAAT, popularmente conhecido como “Solar dos Oliveira Costa”, muito embora tenha sido construído em 1852 pelo “Landlord” do café, Tte. Cel. Manoel de Siqueira Mattos, que, por longos anos, o utilizou para sua moradia urbana temporária.

O prédio, na cidade um dos seus raros monumentos arquitetônicos remanescentes do período áureo do café na região, foi restaurado pelos herdeiros do Dr. Pedro Luiz de Oliveira Costa, seu último proprietário, a fim de ser colocado em condições de bem acolher a Divisão de Museus e Arquivo Histórico e sua seção, o Arquivo Histórico Municipal, que ocupa a maioria de suas dependências.

Desde sua instalação, o Arquivo Histórico Municipal vem prestando relevantes serviços públicos, principalmente no setor de atendimentos informativos de caráter histórico-cultural, visando principalmente aos estudantes de todos os graus e pesquisadores eruditos, como órgão incumbido de buscas, acolhimento e preservação de documentos ligados ao passado da cidade e da região valeparaibana, pugnando particularmente para sua divulgação.

Eis a relação de suas diversas seções:

a) **HEMEROTECA** – A partir de 1861, com 180 volumes encadernados de jornais antigos;

b) **ARQUIVO DE DOCUMENTOS INFORMATIVOS** – Formados por 160 caixas plásticas, dividido em 3 seções (Taubaté, Municípios do Vale do Paraíba e Estudos em Geral), com recortes de jornais e revistas, cópias xérox, folhetos e impressos sobre todos os assuntos correlatos aos temas;

c) **ARQUIVO FOTOGRÁFICO** – Com cerca de 1.000 fotografias do passado e presente da cidade, vultos ilustres, acontecimentos importantes sociais e administrativos etc.;

d) **FICHÁRIOS** – de Ruas da Cidade, de Bandeirantes e Sertanistas Taubateanos; de Endereços de Personalidades, de Artistas Plásticos, de Instituições Culturais etc.;

e) **DOCUMENTÁRIO DE ANTIGOS MANUSCRITOS** – Fontes primárias da história de Taubaté e do Vale do Paraíba – formado por originais, alguns preciosíssimos, vários com assinaturas de bandeirantes e vultos importantes do passado, a partir de meado do século XVII – ora em fase final de classificação e de início de catalogação, com mais de 30.000 documentos;

f) **ARQUIVO DE ANTIGOS LIVROS DE REGISTROS DA PREFEITURA MUNICIPAL** – Ligados à história econômica, política e administrativa do Município, a partir de meado do século XIX, com mais de 600 volumes catalogados;

g) **BIBLIOTECA ESPECIALIZADA EM HISTÓRIA, ARTES E ASSUNTOS CORRELATOS** – Folclore, Artesanato, Geografia, Sociologia, Problemas Brasileiros; bem como, Dicionários, Enciclopédias, Temas sobre Taubaté e Vale do Paraíba etc., com cerca de 3.000 volumes;

h) ARQUIVO DE NEGATIVOS FOTOGRÁFICOS — Referentes a vultos de Taubaté, do passado e do presente; à Evolução da Cidade, Velhas Sedes de Fazendas, Aspectos Arquitetônicos etc.;

i) MAPOTECA — Formada por plantas antigas e atuais da Cidade, Município e Região; mapas do Estado de São Paulo e mapas em geral;

j) MEMÓRIA FALADA — Registros em fitas, de depoimentos de intelectuais, artistas e conhecedores do passado da cidade;

l) EXPOSIÇÃO ICONOGRÁFICA (permanente) “Memória da Cidade de Taubaté”, apresentada em seqüência cronológica (desenhos, mapas, pinturas e fotografias);

m) SALA DE LEITURA E DE CONSULTAS — Para estudantes e interessados, de todos os níveis, havendo facilidade para cópias xérox, públicas-formas de documentos e páginas impressas;

n) FILMOTECA — Com cópias de 16mm de antigos documentos cinematográficos de Taubaté de outrora, executados com a colaboração da Fundação Cinemateca Brasileira, de São Paulo.

O Arquivo Histórico Municipal funciona diariamente, de segunda a sexta-feira, no seguinte horário:

— Das 9 às 11 horas e das 13:30 às 17:30.

(Nota de Paulo Camilher Florençano, Diretor da Divisão de Museus e Arquivo Histórico de Taubaté.)

*

*

*

UM POUCO DE MÚSICA

10. TRATAMENTO MADRIGALESCO DE UMA VIAGEM FLUVIAL

Uma viagem pelo rio Pó de Pádua a Veneza era, nos fins da Idade Média e, mesmo, até a época do Renascimento, a única maneira de, pelo continente, alguém entrar na Sereníssima República. Legítimo rio de planície, com débito mínimo, suas águas rolam pachorrentamente, conduzindo entulhos do pé do monte (não é sem propósito que a região se chama Piemonte), banhando os famosos arrozais milanezes, bem como burgos pacatos bem semelhantes àquele que o saudoso e diletto amigo Leoni descreve em sua novela “Il borgo sotto il Pò”, a viagem, conseqüentemente, era demorada, demorando as barcaças quase o dia todo para o percurso relativamente curto. Era preciso que se preenchesse o tempo com alguma coisa, a fim de tornar a estada no “burchiello” o menos cansativa possível. As crônicas da época registram as inúmeras diversões arranjadas para ajudar a passar o tempo: jogos, partidas, brincadeiras, cantos, piadas, debiques com os companheiros de viagem, enfim o que fosse possível num barco pequeno. E, especialmente, se se considerar a variadíssima espécie humana que viajava (e às vezes até animais...) constituída de comerciantes, artistas, cantores, estudantes, camponeses, muitos deles dotados de excelente veia cômica, como de comum acontece nessas ocasiões. Não faltavam nunca os judeus. É sabido que o grande desenvolvimento de Veneza, que dominou praticamente o comércio do Mediterrâneo nos últimos séculos da Idade Média, fez atrair à Sereníssima República judeus de toda parte da Europa, fazendo do gueto veneziano um dos maiores da época. Os judeus eram quase sempre alvo de caçadas, porém sem nenhum caráter de maldade, como em outros lugares acontecia.

O curioso a registrar — e este é o objetivo desta nota — é que as viagens pelo Pó que inspiraram numerosos relatos em prosa e verso, inspiraram também uma das maiores obras musicais do “seicento” italiano: um madrigal descritivo de Adriano Banchieri (1567 – 1634) intitulado “Barca di Venetia per Padova” e trazendo como subtítulo “Dilettevoli madrigali a cinque voci”, apresentado pela primeira vez em Veneza em 1605. O “madrigal descritivo” fora criado no século anterior por Orazio Vecchi, cujo “L’Anfiparnaso” data de 1594. O gênero caiu no gosto dos italianos e raro o compositor da época que a ele não se tenha dedicado. Mais ainda: de sua evolução resultou a própria ópera, chamada no início “melodrama”, isto é, drama com música. “L’Anfiparnaso” traz indicações cênicas, o que lhe permite ser representado. Eis porque alguns autores

consideram-no a mais antiga ópera italiana, bem antes, portanto, das experiências da “Cammerata Fiorentina.”

Adriano Banchieri, que era sacerdote, já havia escrito, no gênero, “La pazzia senile” e uma brincadeira a que intitulou “Gemada musical”, dando asas ao seu espírito humorístico, que atinge o máximo na “Barca di Venetia per Padova” e em “Il festino nella sera del giovedì grasso avanti cena”, que é de 1608. Creio, entretanto, que nenhuma de suas obras sobrepuja esta deliciosa “Barca”, há pouco gravada, na íntegra, na Alemanha (Collegium Vocale”, de Colônia) e já reimpresso — isto é que admirável — no Brasil numa excelente série de discos denominada “Reflexe.” Embora o conjunto executante seja alemão, a gravadora teve a feliz idéia de confiar o papel do narrador a um excelente ator italiano, pois seria intolerável se a narração, toda ela cômica, fosse feita por um estrangeiro, de pronúncia inevitavelmente deformada. Nem os judeus escaparam a Banchieri, pois o coro faz zombarias enquanto um casal reza o tempo todo de medo que a barcaça possa afundar. Teria a qualidade clerical do compositor influído neste comportamento ? “Chi lo sà ?” A verdade é que se trata de uma obra-prima da música italiana do início do século XVII. (Odilon Nogueira de Matos.)

*

11. UMA RAPSÓDIA ITALIANA

Bem poderia ter esse título a magnífica obra denominada simplesmente *Itália*, e que figura como opus 11 na produção do compositor italiano Alfredo Casella (1883 – 1947). Composta em 1909 e executada pela primeira vez num concerto de obras do autor, em Paris, a 23 de abril de 1910, *Itália* situa-se perfeitamente no espírito da forma rapsódica, criada pelos românticos do século passado e altamente valorizada pelos compositores nacionalistas que procuraram a fonte de inspiração de suas obras na alma de seus países. Não confundir, como muita gente o faz, a rapsódia com o simples “pot-pourri.” Enquanto este se constrói apenas à base da simples justaposição de temas e melodias, sem qualquer processo de elaboração, já a rapsódia tem forma definida e implica não apenas a utilização dos temas, mas o seu sentido de elaboração. Foi o que fez Liszt com suas famosas Rapsódias húngaras, em número de dezenove, Enesco, com suas Rapsódias Rumanas, Ravel com sua Rapsódia Espanhola, entre outros. E foi o que fez Casella com *Itália*.

A partitura contém um prefácio no qual se diz que a obra pretende “pintar musicalmente, mas sem qualquer espécie de programa, a

vida siciliana e a napolitana: a primeira, trágica, supersticiosa, apaixonada, tal como se encontra sob o sol de rachar ou no inferno das minas de enxofre de Caltanissetta; a segunda é a existência turbulenta, adequada e frenética que pode ser vivida sob a magia do Golfo de Nápoles.” Ao longo da obra, alternam-se diversos números, à moda da suíte clássica (mas tocados sem interrupção), utilizando ora temas românticos, ora temas mais graves, como o dos trabalhadores mineiros ou de uma procissão de sexta-feira santa, para terminar com reminiscências de canções populares tipo **Funiculi-Funiculà**, de Denza, ou o tema de uma opereta de Mario Costa ou, ainda, e finalmente, o **Marechiare**, de Tosti.

Alfredo Casella, que descendia de uma família de músicos, foi destinado inicialmente às ciências exatas, mas descobriu logo sua verdadeira vocação. Sua obra, principalmente a pianística, vem sendo modernamente muito valorizada, a ponto de ter sido há pouco integralmente gravada na Itália. Mas de suas óperas, sinfonias, música de câmara e ainda de outras modalidades, pouco se conhece. Da própria **Itália**, não tenho indicação alguma de gravações recentes. A que conheço, da antiga etiqueta “Urania,” com a Orquestra da Rádio de Berlim, conduzida por Rolf Kleinert, deve ter para mais de trinta anos e, obviamente, não pode deixar de traír a idade. No próximo ano se comemorará o seu centenário. Será uma excelente oportunidade para a reavaliação e revalorização (e divulgação) da numerosa obra que deixou. ONM (“Correio Popular,” Campinas, 7/7/1982.)

*

12. PROFETAS EM CONCERTO PARA VIOLINO

Nascido em Florença, em 1895, discípulo de Ildebrando Pizzetti, Mario Castelnuovo-Tedesco foi um compositor de grande versatilidade e competência técnica. No início de sua carreira, destacou-se nas formas menores: pequenas peças para piano e canções, merecendo citação, entre estas, mais de quarenta, inspiradas em textos de Shakespeare. Com o tempo, voltou-se para formas mais extensas, compondo óperas, música de câmara, sonatas, concertos para violino e para violão, tendo sido, mesmo, um dos grandes compositores para este instrumento em nosso século. Muitas de suas obras para violão foram escritas por encomenda de Segovia e de outros grandes violonistas. No campo da música orquestral, deixou numerosas aberturas para dramas de Shakespeare e dois concertos para violino e orquestra, os quais estão entre as melhores obras deste gênero. Foram altamente valorizados por Jascha Heifetz, a quem coube, aliás, a “première” de ambos, que datam de 1924 e

de 1939, respectivamente. O primeiro, de forte coloração itálica (foi denominado mesmo “Concerto Italiano”), enquanto o segundo, já um tanto liberto das influências peninsulares, afirma-se quase como música de programa e cuja fonte de inspiração foi buscar bem longe de sua terra natal.

De ascendência judaica, o que fez sentir-se mal dentro do sistema fascista de Mussolini e, especialmente, em face da ascensão nazista na Alemanha, levando-o, por isto mesmo, a deixar a Europa em 1933 e procurar refúgio nos Estados Unidos, cuja cidadania adotou e onde faleceu em 1968, Castelnuovo-Tedesco foi buscar inspiração para o seu segundo concerto para violino e orquestra na literatura do Velho Testamento, notadamente nos livros proféticos, tão caros aos judeus, como seria desnecessário lembrar.

Daí o título que tem o concerto — **Os Profetas**. Embora os seus três movimentos, rotulados Isaías, Jeremias e Elias, se refiram a essas excelsas figuras do povo israelita e da religião judaica, o compositor tornou bastante claro, numa curta análise que publicou, que o concerto não oferece nenhuma associação programática. Procurou ele representar “uma evocação de épocas no glorioso passado,” sugerindo “a chamejante eloquência dos antigos profetas entre as vozes do povo e as vozes da natureza.” O primeiro movimento é caracterizado por contrastantes passagens líricas e dramáticas; o segundo é um lamento, com o violino solista representando a voz do profeta e a orquestra assumindo o papel do coro; no último movimento, a música se reveste de um caráter de animada exultação.

Com todo o seu interesse, a obra não tem merecido o favor do público. Nem gravações modernas dela existem, permanecendo a de Jascha Heifetz como padrão de referência, em que pese à força da idade. ONM (“Correio Popular,” Campinas, 29/9/1982.)

*

* *

MEMÓRIA CAMPINEIRA (17)

O CINE REPÚBLICA

Instalado no antigo solar que pertenceu à Viscondessa de Campinas, situado no largo da Catedral, esquina das ruas Francisco Glicério e Costa Aguiar, inaugurou-se a 1^o de janeiro de 1926 esta tradicional casa de espetáculos da velha Campinas.

Cenário de festas suntuosas e de fidalgas recepções, tendo acolhido Dom Pedro II, o Conde d'Eu e sua esposa, a Princesa Isabel, o Conselheiro Saldanha Marinho quando presidente da Província de São Paulo e outras figuras eminentes da época imperial, o velho edifício, construído de taipas com a frente de azulejos, era testemunho da prosperidade e da opulência fazendeira deste município no século passado. Posteriormente cedido ao governo, ali se instalou o Segundo Grupo Escolar.

Reformado internamente, o tradicional prédio reabria-se com o **Cine República**, uma das maiores e mais bem montadas casas de diversões da cidade, com ampla sala de espera e duas mil poltronas, em salão ventilado por 14 janelas laterais.

Não possuindo palco para a apresentação de companhias teatrais, mesmo assim o **República** contribuía para o movimento artístico da cidade, contratando, seguidamente, números de variedades, duetistas, transformistas e duos caipiras que se apresentavam num estrado levantado junto à tela pintada na parede.

Entrando em moda as tentativas de sonorização dos espetáculos cinematográficos com músicas e ruídos especiais, era no Cine República que se realizavam as exibições de filmes como "Ver Nápoles e depois morrer" e outros no mesmo gênero, acompanhados de grande orquestra, acrescida de instrumentos típicos, pandeiros, matracas e castanholas, imitação da **pedigriota** italiana. Outras ocasiões, pela Semana Santa, era o clássico filme colorido da Pathé, "Vida, Paixão e Morte de Nosso Senhor Jesus Cristo," desenrolado ao som de músicas sacras a cargo de orquestra e coral misto.

Um dos grandes acontecimentos registrados no Cine República foi a exibição da película campineira "A Carne", produção da APA Filme, com argumento baseado no célebre romance realista de Júlio Ribeiro, que alcançou enorme êxito, pela interpretação de seus protagonistas e pela realização técnica bastante aperfeiçoada.

Campinas, que já produzira “João da Mata”, “Sofrer para Gozar” e “Mocidade Louca”, afirmava, com mais essa produção, suas possibilidades no campo da cinematografia, produzindo filmes de enredo, trabalhos sérios que se destacaram entre as demais produções nacionais da época.

Bem localizado, em ponto central, oferecendo escolhidas programações e comodidades aos seus freqüentadores, o Cine República funcionou regularmente durante dezoito anos, cessando suas atividades a 22 de setembro de 1944, quando destruído por um incêndio.

(José de Castro Mendes, **Efemérides Campineiras**, pp. 102/103. Campinas, Gráfica Palmeiras, 1963.)

*

* *

TEXTOS

(Sugestões para seminários)

NOTÍCIAS DO MARANHÃO

(David Fáy)

(...) O Maranhão é uma bela ilha, mas não muito grande, com 6 léguas de extensão e 5 de largura; abrange uma cidade, de nome Maranhão, e quatro ou cinco aldeias. Os moradores da cidade são todos lusitanos, exceto os criados e as criadas, que são sarracenos da África ou naturais daqui. Os sarracenos são servos, comprados a alto preço, às vezes por cento e cinqüenta, duzentos, até trezentos florins; eles e seus descendentes são escravos perpétuos, os descendentes, porém, nem todos, mas só aqueles que são filhos de escrava; quando um escravo sarraceno casa com mulher livre, os filhos também são livres; quando um homem livre casa com escrava, os filhos são escravos perpétuos. Destes se compõe toda a servidão, que não é muito grande.

De nenhum modo é lícito sujeitar o povo daqui a qualquer serviço; por isso, a fim de ficarem isentos de serviço, é proibido contratá-los mesmo por um dia sem licença do missionário; a este respeito, quase anualmente S. M. manda ordens para que os governadores protejam a todo o transe a liberdade dos índios. Nas aldeias só habitam índios, porém os desta ilha são já todos cristãos. Aqui já não há pagãos, mas no interior do país existe ainda uma multidão enorme deles.

(...) O que há de mais grave nesse povo é que não admitem nenhum castigo. O missionário precedente, querendo castigar uma criança por alguma travessura, bateu-lhe na mão; logo a aldeia inteira se sublevoou e quiseram voltar à floresta; teve bastante que fazer para apaziguá-los. Era para o meio desses gentios que eu devia ir; não sei porque o R. P. provincial teve tal confiança na minha modesta pessoa. Eu também, é verdade, pedira à sua paternidade me enviasse à missão mais penosa que houvesse; no entanto, não sei por que razão modificou depois a sua ordem.

(...) Até o dia 12 de dezembro servirei aos portugueses em **Tapuitapera**, uma vila bem grande. Esta palavra significa na nossa língua, isto é, na brasileira, lugarejo que pertencera aos **tapuios**, mas não lhes pertence mais. **Tapui** significa bárbaro; por isso se alguém dá tal nome ao povo daqui, não gostam, embora eles nos dêem o mesmo nome a nós outros que somos brancos, mas não lusitanos: mas acrescentam ao nome a palavra **tinga**, que significa branco, donde **tapuitinga**, isto é, bárbaro

branco. Aos lusitanos chamam de **caráibas**, o que também significa branco, mas a palavra tem origem mais elevada, pois vem de **caraibebé**, que significa anjo. No entanto, gostam mais de nós e sabem distinguir entre nós e os lusitanos. Um índio veio ao Maranhão, da aldeia de Pindaré; estando todos nós no quarto do Pe. João Szluha, veio ter conosco, abraçou-se e disse a cada um de nós: **Tapuitinga katu**, isto é, o bárbaro branco é bom.

(...) O caminho, tive de percorrê-lo ora por mar ou rio numa pequena canoa, ora através das florestas, a pé. As florestas que eu vi são muito belas. São constituídas sobretudo de palmeiras, mas há também grande número de outras árvores.

(...) Para onde serei mandado depois de minha atual estada, ainda não sei dizê-lo. Por enquanto estou designado para ir à aldeia de **Maraen**, a que chamam aqui paraíso terrestre, mas tenho quase certeza de não ir lá antes de mais ou menos seis meses, porque esperamos um bispo governador de Lisboa, visto que ambos (os dois bispos anteriores) morreram em três semanas. A dita aldeia chama-se paraíso terrestre porque, tendo um chão bom e fértil em tudo, possui campos e florestas excelentes. Existe ali, particularmente, um lago bem grande; como agora, no verão, os riachos e torrentes da região secaram, todos os animais se encontram ali de manhã e de noite para matar a sede. Estando de canoa, é um prazer observar aquela variada multidão de bichos. Aqui a variação das estações consiste em verão e inverno; na verdade, o tempo é igual o ano todo, como na Hungria costuma ser nos meses de junho; no inverno, porém, chove quase todos os dias; no verão, de noite e de dia não para o vento, enquanto não há chuva.

-Não tenho mais o que comunicar senão uma notícia que certamente os deixará alegres conosco por causa do acréscimo da santa igreja-mãe, a saber: que dois povos foram retirados da floresta e estão construindo povoados. O primeiro chama-se **Ivari** e está distante daqui 400 léguas húngaras; o segundo **Carara**, ou, em lusitano, **Gamela**. (...) Tendo eles muitos inimigos, recorreram aos lusitanos para que os defendessem; por isso; foi-lhes mandado pelo governador um comissário, acompanhado pelo nosso provincial e dois padres, e fizeram aliança com eles, segundo pediram. Esse povo pediu aos lusitanos que o defendessem dos inimigos; nós, por nosso lado, pedimos-lhe que saísse da floresta, morasse numa aldeia e adotasse a doutrina; ambos os pedidos foram aceitos.

(Cartas do jesuíta David Aluísio Fáy; trad. de Paulo Rónai. Anais da Biblioteca Nacional, vol. 64, págs. 262 a 270. Rio de Janeiro, 1944.)

SOBRE A ESCRAVIDÃO MODERNA

(Augusto Comte)

Julgo de meu dever não terminar esta indicação sem contribuir aqui com o meu sincero e especial contingente em favor da unânime reprovação filosófica que há de sempre merecer a monstruosa aberração social com que a avidez européia maculou então o legítimo brilho desse grande movimento. Três séculos depois da completa emancipação das pessoas, o catolicismo decadente é levado a sancionar e até a provocar, não somente o extermínio primitivo de raças inteiras, mas sobretudo a instituição permanente de uma escravidão infinitamente mais perigosa do que aquela para cuja abolição total ele havia tão nobremente concorrido. Ao estabelecer a verdadeira teoria sociológica da escravidão, considerada, quer como a base normal do primeiro regime político, quer como condição indispensável ao conjunto do desenvolvimento humano, já de antemão condenei suficientemente esta vergonhosa anomalia, mostrando a este respeito, de modo especial que as instituições que convêm à sociabilidade militar devem ser antipáticas com a sociabilidade industrial, necessariamente fundada sobre a libertação universal, e na qual, pelo contrário, a escravidão colonial tendia então a introduzir uma situação igualmente degradante para o senhor e para o escravo. A reação necessária desta imensa aberração, apesar de sua aplicação longínqua, sobre as porções correspondentes da população européia, devia favorecer indiretamente nestas o espírito de retrogradação ou de imobilidade social, impedindo aí a inteira extensão filosófica dos generosos princípios elementares peculiares à evolução moderna, pois que, por este modo, os seus mais ativos defensores, em contradição com pomposas demonstrações de filantropia, tiveram frequentemente um interesse pessoal na manutenção da mais opressiva das políticas.

A este respeito, as nações protestantes tinham de ser afetadas de modo ainda mais vicioso que os povos católicos, em que a ação sacerdotal, embora muito enfraquecida, tentou nobremente resgatar, por uma útil intervenção de todos os dias, a sua deplorável participação primitiva em uma tal monstruosidade social; ao passo que nas colônias protestantes a anarquia espiritual consagrada pelas leis devia habitualmente deixar livre curso à opressão privada, salvo a oposição inerte que ofereciam alguns vãos regulamentos temporais, ordinariamente formados ou pelo menos aplicados pelos próprios opressores.

Relativamente a esta anomalia comum aos vários elementos europeus, folgo de notar aqui que a França teve desde o princípio a felicidade de achar para si entre as potências coloniais a situação menos

desfavorável: tomou no movimento de colonização uma parte direta bastante grande para daí tirar continuamente um estímulo industrial importante, sem todavia ter-se empenhado tanto nesse movimento, a ponto que dele ficasse dependendo essencialmente o seu desenvolvimento prático; evitando assim que o seu futuro social pudesse jamais encontrar graves obstáculos na influência retrógrada necessariamente emanada dessa desastrosa instituição, cujos cobiçosos promotores deviam ter ulteriormente nesta consequência o justo castigo que naturalmente deriva neste particular do conjunto das leis fundamentais peculiares à sociabilidade humana.

(**Curso de Filosofia Positiva**, 6º vol., lição 56; **apud** "O Positivismo e a Escravidão Moderna", por Miguel Lemos; 2ª ed., págs. 17 a 20. Rio de Janeiro, Templo, da Humanidade, 146 — 1934; Publicação nº 11 da Igreja Positivista do Brasil.)

*

* *

TRANSCRIÇÃO

PERFIL DE AMADOR BUENO

Pedro Taques

Amador Bueno foi um dos paulistas da maior estimação e respeito, assim na pátria, como fora dela. Teve grande tratamento e opulência por dominar debaixo de sua administração muitos centos de índios, que de gentio bárbaro do sertão se tinham convertido à nossa fé, pela indústria, valor e força das armas, com que os conquistou Amador Bueno em seus reinos e alojamentos. Com o trabalho destes homens, ocupados em dilatadas culturas, tinha todos os anos abundantes colheitas de trigo, milho, feijão e algodão. Desta fartura ficava sendo igual a da criação de porcos. Possuiu número grande de gados vacuns, animais cavалares e rebanhos grandes de ovelhas, de que foi muito fértil o estabelecimento e povoação da cidade de São Paulo, cujos habitantes não logram no presente tempo daquela abundância antiga da criação das ovelhas, por cuja falta se extinguiram as fábricas de chapéus grossos que, ainda no fim do século e ano de 1699, estavam estabelecidas. Da abundância que possuía Amador Bueno sabia liberal empregar na utilidade pública, e despender nas ocasiões do real serviço, porque de São Paulo costumava ir para a cidade da Bahia, em apertos de guerra, socorros de farinhas de trigo, carnes de porco e feijão, que pediam os governadores gerais do Estado em diversos tempos.

Ocupou Amador Bueno os honrosos empregos da república da sua pátria, tendo as rédeas do governo dela repetidas vezes; e sempre o primeiro voto nos acórdãos do bem público e do serviço do rei. Foi ouvidor da capitania de São Vicente, e na câmara desta vila, como cabeça de comarca, tomou posse a 11 de fevereiro de 1627. E, neste mesmo ano, pediu de sesmarias umas terras que se lhe concederam, e na súplica relata haver feito muitos serviços a Sua Majestade, e haver acudido com suas armas e escravos em todas as ocasiões de inimigos à vila de Santos, sempre à sua custa. Foi provedor e contador da fazenda nacional da dita capitania por provisão de Diogo Luiz de Oliveira, datada na Bahia a 6 de dezembro de 1633, de cuja ocupação tomou posse em Santos, que lhe deu Pedro da Mota Leite, capitão-mor governador da dita capitania, a 27 de abril de 1634. Passou a governador da dita capitania de São Vicente, com patente de capitão-mor, com 80\$ de soldo, que sempre perceberam os capitães-mores governadores da capitania de São Vicente e São Paulo, até o

último, em quem se extinguiu esse caráter, depois de possuir a sobredita capitania o seu 1º governador e capitão-general na pessoa de Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho em 1710.

Foi Amador Bueno vassalo de tanta honra e fidelidade, que, achando-se na sua maior opulência de cabedais, respeito e estimação, com dois genros castelhanos, ambos irmãos e fidalgos ambos, que tinham poderoso séquito dos espanhóis, casados e estabelecidos em São Paulo, com aliança das famílias mais principais da capitania; não podendo estes castelhanos suportar a gloriosa e feliz aclamação do Sr. rei Dom João IV de Portugal, e 2º do nome entre os sereníssimos duques de Bragança, formaram um corpo tumultuoso e as vozes aclamavam por seu rei a Amador Bueno, intentando vencer com este bárbaro e sacrílego atentado a constância do honrado vassalo Amador Bueno, para, deste modo, evitarem a obediência e o reconhecimento que se devia dar ao legítimo rei e natural senhor, ficando São Paulo com a voz de Castela. Porém Amador Bueno, sem temer o perigo nem deixar-se prender da indiscreta lisonja, com que lhe ofereciam o título de rei para o governo dos povos da capitania de São Paulo, sua pátria, soube desprezar, e ao mesmo tempo repreender a insolente aclamação, desembainhando a espada e gritando a vozes: — Real, real por Dom João IV, rei de Portugal. Salvou a vida do perigo em que se viu pelo corpo desta horrorosa sedição, recolhendo-se ao sagrado mosteiro de São Bento, acompanhado dos leais portugueses europeus e paulistas até ficar em sossego o inquieto ânimo dos castelhanos que tinham fomentado o tumulto.

(**Nobiliarquia Paulistana, Histórica e Genealógica**, vol. 1, págs. 75 a 77. São Paulo, Martins, 1953; "Biblioteca Histórica Paulista", vol. IV.)

*

* *

VULTOS DA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA

PEDRO TAQUES (1714 – 1777)

Autor de uma das obras mais significativas para o passado colonial paulista, Pedro Taques de Almeida Pais Leme nasceu em São Paulo, em 1714, filho do grande sertanista Bartolomeu Pais de Abreu e de D. Leonor de Siqueira Pais. Estudou no Colégio dos Jesuítas, onde obteve o grau de Mestre em Artes, e serviu por alguns anos na guarda-moria do Distrito das Minas, regressando em 1750 à terra natal. Devotado aos estudos de história e genealogia, empreendeu viagem a Lisboa a fim de consultar arquivos e examinar documentos que lhe servissem para a obra que tinha em mente escrever. Ali, em consequência do calamitoso terremoto que no dia de Todos os Santos de 1755 quase destruiu a capital portuguesa, perdeu seus haveres, sobrevivendo-lhe prolongada enfermidade.

Nomeado pelo Marquês de Pombal para o cargo de tesoureiro-mor da Bula da Cruzada nas Capitanias de São Paulo, Goiás e Mato Grosso, retornou ao Brasil em 1757. Ao chegar a São Paulo, já não mais encontrou a esposa. Contraiu novas nupcias em 1761, mas perdeu a segunda mulher um ano depois. Proseguiu seus estudos de história e genealogia, contando com a colaboração do primo e amigo Frei Gaspar da Madre de Deus, outro grande nome da historiografia colonial paulista. Nomeado em 1763 guarda-mor das minas, o que lhe fez melhorar a vida, permitindo-lhe mesmo alguns anos de folga econômica. Casou-se pela terceira vez em 1769. Envolvido em maus negócios e acusado de desfalque perante a Fazenda Real, foi demitido do cargo que ocupava. Apesar da triste situação econômica em que ficou, pois a venda de seus bens não foi suficiente para o pagamento de suas dívidas, continuou os trabalhos de pesquisa e investigação histórica, até o seu falecimento, ocorrido a 3 de março de 1777.

Não teve Pedro Taques, como aliás tantos outros autores coloniais, a oportunidade de ver impressos seus escritos, dada a dificuldade, na época, para a publicação de qualquer coisa. Só no século passado, alguns de seus escritos foram divulgados pela Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Foi, entretanto, neste século, sobretudo a partir de 1914, quando se comemorou o bicentenário de seu nascimento, que seu nome e obra começaram a ser valorizados. A este trabalho associa-se de maneira íntima o nome de Afonso de Escragnoille Taunay, a quem se ficou devendo não só as comemorações bicentenárias de 1914, por parte do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo – que lhe propiciou proferir excelente conferência sobre Pedro Taques – como o

empenho na divulgação da vida e da obra do historiador setecentista. De fato, alguns anos depois, em 1922, publicava Taunay seu importante livro **Pedro Taques e seu tempo** e, ainda na década de 20, promoveu a edição, pela Companhia Melhoramentos de São Paulo, de três obras de Pedro Taques: a **História da Capitania de São Vicente**, a **Informação sobre as minas de São Paulo** e a **Notícia da expulsão dos jesuítas do Colégio de São Paulo**, estas duas últimas num só volume. Posteriormente, editou novos capítulos da **Nobiliarquia Paulistana**, realizando, finalmente, a publicação integral do que se conhece hoje desta obra, nos três volumes constantes da “Biblioteca Histórica Paulista”, esplêndida iniciativa da Livraria Martins Editora, por ocasião do quarto centenário da cidade de São Paulo.

Historiador tipicamente regionalista, suas preocupações, no campo da pesquisa histórica, limitaram-se a São Paulo, o que levou Almir de Andrade a lamentar que o extraordinário espírito de pesquisa demonstrado por Pedro Taques não o levasse a preocupações mais amplas, no que, aliás, lhe assiste razão, pois a própria **História da Capitania de São Vicente**, em que pese ao seu título bem geral, orienta-se em sentido excessivamente particularista, sendo, antes, um arrazoado jurídico para provar os direitos do Conde de Vimieiro às terras da antiga capitania de Martim Afonso de Sousa. Todavia, é o mesmo Almir de Andrade que observa um grande significado na obra de Pedro Taques, quando lembra que coube a ele, Pedro Taques, introduzir um elemento novo nos processos de narração histórica até então utilizados no Brasil: o povo. A observação vem a propósito da **Nobiliarquia Paulistana** e são estas, textualmente, as palavras de Almir de Andrade em seu utilíssimo livro **Os primeiros estudos sociais no Brasil**: “Antes de Pedro Taques, a história do Brasil se coordenava em torno de figuras de generais, governadores, guerreiros, padres, ordens religiosas. Depois dele, a nossa história passou a considerar também a grande massa, que é a força material de todas as mutações sociais. O heroísmo do povo paulista, que se transubstanciou na grande epopéia bandeirante, encontrou em Pedro Taques de Almeida Pais Leme o seu primeiro intérprete historiador.”

Bibliografia de Pedro Taques

1. **INÉDITOS**, no vol. 20 da Rev. do Inst. Hist. São Paulo, 1915, 48 páginas. Constam de: a) Excertos da “Nobiliarquia Paulistana” (título Camargos); b) quatro cartas: a um destinatário desconhecido, a João Duarte França e duas a Agostinho Delgado Arouche; c) memorial do Cônego Antônio de Toledo Lara sobre um processo movido contra a família de Pedro Taques; d) o testamento de Pedro Taques, encontrado por Taunay num dos cartórios de São Paulo. Desta peça, diz Taunay que, sem ela, seria impossível reconstituir certos passos da vida do linhagista, sobretudo no que diz respeito ao “acontecimento capital de sua vida”, qual seja a destituição do cargo de tesoureiro da Bula da Santa Cruzada e o confisco de seus bens.

2. **HISTÓRIA DA CAPITANIA DE SÃO VICENTE.** São Paulo, Melhoramentos (1928), 178 páginas. Publicada originalmente pela Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a cujo arquivo pertence o manuscrito original.
3. **INFORMAÇÃO SOBRE AS MINAS DE SÃO PAULO.** São Paulo, Melhoramentos (1929). Este trabalho foi publicado pela primeira vez no início deste século, por iniciativa do Barão Homem de Melo (Rev. do Inst. Hist. Geogr. Brasil., tomo 64, parte I), como resultante do confronto de dois apógrafos, um do Inst. Histórico e outro da Biblioteca Nacional. Muitos anos depois de publicada a edição Melhoramentos, Taunay teve conhecimento da existência de um terceiro apógrafo da **Informação** de Pedro Taques, constante da Coleção Felix Pacheco, da Biblioteca Municipal de São Paulo. Verificou Taunay ser este texto bem mais completo que os publicados anteriormente; daí sua iniciativa de editá-lo na "Biblioteca Histórica Paulista", da Livraria Martins Editora, em 1953. Para esta edição, o título foi ligeiramente alterado: de **Informação sobre as minas de São Paulo para Notícias das minas de São Paulo e dos sertões da mesma capitania.** Deste texto, há reedição pela Editora Itatiaia, na coleção "Reconquista do Brasil", nova série, vol. 27.
4. **NOTÍCIA HISTÓRICA DA EXPULSÃO DOS JESUÍTAS DO COLÉGIO DE SÃO PAULO.** Publicada originalmente na Rev. do Instituto Histórico Brasileiro, vol. 12, 1849. Reeditada por Afonso de Taunay juntamente com a **Informação sobre as minas de São Paulo**, Melhoramentos (1929.)
5. **RESPOSTA A UMA CONSULTA SOBRE A HISTÓRIA DOS PAULISTAS.** Trata-se de uma carta a Cláudio Manuel da Costa, em resposta a uma consulta que lhe fez o futuro inconfidente. Publicada por Taunay em seu livro **São Paulo: Vetera et Nova**, publicação do Museu Paulista, de 1949.
6. **NOBILIARQUIA PAULISTANA, HISTÓRICA E GENEALÓGICA.** São Paulo, Martins, 1953. 3 volumes. "Biblioteca Histórica Paulista", vol. IV. Trata-se da obra mais importante de Pedro Taques, que não é, ao contrário do que possa o título indicar, um simples catálogo genealógico. Nela se contém informações do maior valor para a história paulista. Partes dispersas desta obra foram publicadas, antes, pelos Institutos Históricos Brasileiro e de São Paulo, mas só nesta edição Martins, comemorativa do quarto centenário da cidade de São Paulo se reuniu o que se conhece hoje do grande livro. Há reedição pela Itatiaia, de Belo Horizonte, na col. "Reconquista do Brasil" (vols. 5, 6 e 7 da nova série.)

*

*

*

RABISCOS DE UM ESCRIVINHADOR

(Nesta seção reproduzimos algumas das crônicas semanais publicadas pelo responsável por esta revista às quartas-feiras, no **Correio Popular**, de Campinas. Para identificação e referência bibliográfica indicam-se as datas em que foram divulgadas.)

77. CHARLES RIBEYROLLES E VICTOR FROND

Desde 1859, portanto há mais de cento e vinte anos, os dois nomes que tomo para epígrafe desta nota encontram-se associados na bibliografia histórica brasileira. Com efeito, naquele ano já bem longínquo, aparecia o **Brasil Pitoresco**, de Charles Ribeyrolles, ilustrado por Victor Frond, obra que se tornou das mais consideradas sobre o Brasil imperial, citada a todo instante, mas, na realidade muito mais valiosa pelas ilustrações que propriamente pelo texto.

Charles Ribeyrolles era um jornalista francês de tendências liberais, amigo de Victor Hugo e exilado na mesma ocasião que ele. Enquanto o autor de **Os Miseráveis** foi para a ilha de Guernesay, Ribeyrolles veio para o nosso País. Aqui chegando, homem culto que era, relacionou-se com figuras proeminentes da intelectualidade brasileira e com alguns jovens que em breve alcançariam a glória literária, como, entre outros, Manuel Antônio de Almeida e Machado de Assis. No Brasil faleceu em 1861, estando sepultado em Niterói, em túmulo mandado erigir pela Municipalidade e no qual se gravou epitáfio escrito especialmente por Victor Hugo. Já de seu ilustrador pouco se sabe. Também francês, o Almanaque Laemmert de 1860 arrola-o entre os fotógrafos estabelecidos no Rio de Janeiro. Parece ter sido sócio de Sisson, famoso litógrafo seu compatriota, a quem deve a iconografia brasileira a **Galeria dos Brasileiros Ilustres**, publicada pela mesma ocasião em que o **Brasil Pitoresco**.

Se o texto de Ribeyrolles, nesta obra, é medíocre, talvez nem fazendo falta se não existisse, já o mesmo se não pode dizer das ilustrações de Victor Frond, as quais, ao contrário, constituem valioso documentário sobre a vida do Rio de Janeiro, não apenas a urbana, mas igualmente a rural, do interior fluminense: Vassouras, São Fidélis, Valença, Paraíba do Sul, Campos etc. Parece que era intenção dos autores completar a obra com um volume sobre a Bahia e Pernambuco, mas tal não se realizou.

A primeira edição do **Brasil Pitoresco** (bilíngüe) foi muito mal impressa, inçada de erros, tanto no original como na tradução. Oitenta anos ficou a obra nessa edição “príncipe”, pois só em 1941 se promoveu nova tradução, a cargo de Gastão Penalva e com prefácio de Afonso de Taunay, publicada pela Livraria Martins Editora na preciosa “Biblioteca Histórica Brasileira”, dirigida por Rubens Borba de Moraes. E agora, quarenta anos depois, chega-nos nova edição, desta vez pela Itatiaia, de Belo Horizonte (em convênio com a Universidade de São Paulo), integrando a coleção “Reconquista do Brasil” (nova série, vols. 29 e 30) e reproduzindo integralmente a edição Martins, de 1941. Assim, está de novo a dupla Ribeyrolles-Victor Frond ao alcance dos estudiosos de nosso passado. (6/10/1982.)

*

78. UM PASTOR METODISTA

A biografia de um pastor evangélico, ainda mais escrita por seu filho (também pastor), poderia parecer à primeira vista, e aos leitores menos avisados, de interesse muito restrito, apreciável apenas por aqueles diretamente ligados ao biógrafo ou ao biografado, ou que comungue dos mesmos ideais religiosos que animaram a ambos, um no passado, outro no presente, na exaltação das verdades em que acreditavam e da fé que os condicionava. Quem se tomasse de tal preconceito e assim deixasse de ler o livro que o Rev. Messias do Amaral Santos consagrou a seu pai, Messias Cesário dos Santos, pioneiro e arauto do metodismo em muitas regiões do Rio de Janeiro, desconheceria uma obra de alto significado espiritual e moral, com experiências válidas para todos aqueles que crêem na sublimidade do espírito, independentemente de suas convicções religiosas.

É a lição que nos dá **O Cavaleiro do Evangelho**, edição do autor, publicada no Rio de Janeiro no corrente ano, com prefácio do Bispo Almir dos Santos. O título é expressivo. O pastor foi realmente um cavaleiro, não só no sentido comum do termo, mas igualmente no sentido de verdadeiro paladino, defensor intemerato da causa que abraçou e dos propósitos pelos quais sempre soube lutar. É claro — como, aliás, não poderia deixar de ser — que o livro, pela sua própria natureza, e em alguns momentos, desce a pormenores que podem não dizer muito aos não familiarizados com a problemática metodista.

O que importa é que um livro de experiências feito. Aliás, o Metodismo já é, por si, uma grande escola de experiências. Não foi, por acaso, da experiência de Aldersgate que ele praticamente nasceu? E toda a vida de Wesley, que foi se não experiências? Cada passo da carreira de

Messias Cesário dos Santos é uma lição: as muitas igrejas que pastoreou (ah ! a itinerância metodista...), a assistência que prestou aos favelados e aos detentos da penitenciária de Niterói (onde uma significativa placa recorda sua atuação), sua presença do Instituto Central do Povo (talvez a mais wesleyana de todas as entidades metodistas) e tantas outras participações, que seria longo enumerar.

Numa de suas mais belas orações, João Wesley fez apenas um pedido: “Senhor, livrai-me de uma vida inútil !”. Tenho impressão que era esta a prece que Messias Cesário dos Santos fazia também diariamente ao começar sua jornada. Porque útil sua vida foi até o derradeiro dia, num final sacrificado pela paralisia que o obrigou a se valer de uma cadeira de rodas, ele que foi por tantos anos o cavaleiro audaz e intemerato, numa fórmula bem bayardiana do “sans peur et sans reproche”. Significativo o moto agostiniano com que o prefaciador abre o livro. (24/11/1982.)

*

79. UM MINISTRO SUÍÇO NO BRASIL

Pertencia o Barão von Tschudi, Ministro da Confederação Helvética no Brasil em meados do século passado, a uma das mais antigas famílias de seu país. Já no século XVI encontra-se um seu antepassado, Gil Tschudi, considerado um dos maiores historiadores da Suíça. E ao longo do tempo, inúmeros outros assinalaram a estirpe, prestando relevantes serviços nas mais diversas atividades. O Tschudi que vinculou seu nome ao Brasil, inclusive a Campinas, pois aqui esteve em visita a algumas das nossas fazendas, nasceu em 1818 e teve os primeiros anos de sua vida voltados para as ciências naturais, matéria pela qual se formou no seu próprio país, completando seus estudos com o diploma de médico, obtido na Universidade de Paris.

Concluídos os estudos, empreendeu duas longas viagens à América do Sul, demorando-se na primeira cinco anos no Peru, estudando-lhe a zoologia, a etnografia, a pré-história e a lingüística. Em 1860 foi nomeado Ministro da Confederação Helvética no Brasil, com o objetivo especial de estudar os problemas da imigração suíça no Império, o que lhe deu ensejo a que visitasse demoradamente o sul de nosso país. Retornando à Europa, publicou, em 1866, o relato de suas viagens, em cinco volumes, reconhecidos como de grande valia e que se arrolam entre os melhores títulos da literatura de viagens.

Da parte relativa a São Paulo, desta grande obra, ocupou-se demoradamente Afonso de Taunay, em numerosos artigos publicados no

“Jornal do Comércio”, do Rio de Janeiro, e enfeixados, posteriormente, no livro **Amador Bueno e Outros Ensaio**s, edição do Museu Paulista, de 1943. Ao mesmo Afonso de Taunay devem as letras históricas de nosso País a publicação do próprio texto de Tschudi, nas partes referentes ao Rio de Janeiro e a São Paulo, em volume que integrou a “Biblioteca Histórica Paulista”, organizada pelo grande historiador para a Livraria Martins Editora, por ocasião do quarto centenário da Cidade de São Paulo. A tradução vinha assinada por Eduardo de Lima Castro e o prefácio por Afonso de Taunay, com ligeira nota biográfica do ilustre diplomata e viajante. Desta edição se fez nova tiragem em 1976. Recentemente (1980), foi a obra de Tschudi reeditada pela Itatiaia, de Belo Horizonte, em convênio com a Editora da Universidade de São Paulo, como volume 14 (Nova Série) da coleção “Reconquista do Brasil”. Trata-se de uma reedição fac-similar da de 1953, com uma nota assinada por J. E. F., nas orelhas das capas. Um excerto da obra de Tschudi, relativo à Fazenda Sete Quedas, do Visconde de Indaiatuba, foi utilizado para o volume **O Passado de Campinas através de Textos**, que tive oportunidade de publicar em 1974, em comemoração do bicentenário de nossa cidade. (23/6/1982.)

*

80. DIÁRIO DE PAIXÃO E DORES

Não se deixe o leitor impressionar por alguma eventual conotação romântica que o título desta nota possa sugerir. Não. O Paixão e Dores, no caso, é o nome religioso de respeitável sacerdote que foi capelão da Armada Imperial Brasileira, organizada pelo nosso primeiro Imperador para impor a independência às províncias do Norte, ainda fortemente dominadas pelos portugueses. É o movimento que se convencionou denominar de “Guerra da Independência”.

É sabido que as províncias localizadas da Bahia até o Pará custaram muito a aceitar a Independência tal como fora feita. Viram elas no movimento de 1822 uma espécie de golpe a que o Príncipe-Regente Dom Pedro teria sido pressionado por fluminenses, paulistas e mineiros, ou seja, pelos representantes e pelo povo das províncias próximas à Corte e que eram, de fato, as que começavam a influir mais poderosamente na economia do País. Esse processo de aliciamento de Dom Pedro vinha de mais de ano e culminara no chamado “Dia do Fico”, a 9 de janeiro de 1822.

Diante da reação desfavorável das províncias do Norte, decidiu-se o jovem Imperador a contratar ilustre e valoroso almirante inglês para organizar esquadra e com ela obrigar baianos, maranhenses e paraenses a aceitarem a Independência que, no Sul, já era fato consumado.

Pois bem: foi capelão dessa esquadra (chamada “Armada da Independência”), escrevendo-lhe o diário, Frei Manoel Moreira da Paixão e Dorez, de quem, aliás, pouco se sabe além do que ele próprio conta na página inicial de seu relato, isto é, que começou a servir na capelania de guerra em 1806, acompanhou Rodrigues Lobo na esquadra que combateu os pernambucanos em 1817 e pouco depois da Independência foi nomeado para a Armada Imperial, acompanhando a expedição ao Norte, cujas peripécias narrou dia a dia, com abundância de pormenores interessantes.

Os originais de seu diário pertenceram ao Embaixador Afrânio de Mello Franco e foram cedidos, por cópia, por seu filho, o ilustre historiador, ensaísta e político Afonso Arinos de Mello Franco, para que deles se fizesse a primeira publicação, o que ocorreu em 1940, no volume 60 dos **Anais da Biblioteca Nacional**. Foi o texto de Paixão e Dorez precedido, nessa publicação, de erudito prefácio e notas de Rodolfo Garcia, então diretor da grande Biblioteca do Rio de Janeiro.

Mais duas edições foram feitas do interessante diário, uma na Revista do Instituto Histórico da Bahia, em 1941, e outra, também na Bahia, em 1957, pela Livraria Progresso Editora, sendo esta a única em volume avulso. Ambas reproduzem a edição da Biblioteca Nacional, mas inexplicavelmente (na edição Progresso) suprimiu-se o parágrafo inicial do prefácio de Rodolfo Garcia no qual se informa que o original do diário pertenceu a Afrânio de Mello Franco e fora cedido por Afonso Arinos para a primeira publicação dos **Anais da Biblioteca Nacional**. Por que esta supressão? Não só não sabemos, como nos parece inexplicável e, ainda, fora de propósito, pois omite, para os leitores, a importante contribuição de Afonso Arinos para a divulgação do valioso texto. Bibliograficamente, isto tem muito valor, mas para tal não atentaram os editores baianos.

Eis como, através deste interessante diário, Frei Paixão e Dorez vinculou seu nome à historiografia brasileira, com uma obra de natureza não muito comum em nossa bibliografia. (22-9-1982.)

*

81. REVISTA QUE ESTAVA FALTANDO

Os cursos de Letras sempre foram, nas antigas Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, dos mais procurados, dos mais dinâmicos e dos que abriam aos seus estudantes, melhores e mais amplas perspectivas para o trabalho intelectual. Tive o privilégio de, por algum tempo, lecionar Histórica num desses cursos e em duas ou três oportunidades neles ministrei cursos de extensão universitária e a experiência que desse trabalho obtive foi sempre das mais animadoras. Com o demembramento das antigas Faculdades de Filosofia, em muitas universidades vieram a

constituir-se em unidades autônomas, como é precisamente o caso de nossa Universidade Católica. A autonomia desses antigos cursos de Letras deveria necessariamente conduzir a uma dinamização ainda maior de todos eles.

Escrevo isto a propósito de **Letras**, a nova revista que vem de ser publicada pelo Instituto de Letras da PUCCAMP, marco significativo que assinalará para sempre o ano de 1982, como, pertinentemente, lembrou o reitor Heitor Regina na apresentação do volume. Isto significa não apenas mais uma revista de nossa Universidade (que vem, assim, juntar-se às outras três já existentes), mas uma nova publicação a marcar a presença de Campinas na bibliografia cultural do Brasil.

Modestamente, seu coordenador, Professor Antônio Paulo Carozzo, espera que a nova revista “cresça em tamanho e qualidade a cada novo número, até adquirir a estatura que a faça transpassar os portões da Universidade, da cidade de Campinas e, quem sabe um dia, do País, representando assim mais uma conquista brasileira no campo das letras”. Não, meu caro Professor Carozzo, para que tal aconteça não é preciso que ela cresça em tamanho nem em qualidade. Seu tamanho é o ideal, sua qualidade reflete-se na magnífica colaboração que apresenta. Basta que ela conserve este nível, e isto não será difícil, dado o “staff” magnífico do Instituto que a edita.

Num dos pontos onde o Professor Carozzo parece lastimar, vejo o maior mérito da revista: seu número inaugural, apressa-se em justificar o ilustre professor, contém apenas a “prata da casa”. (Para que o “apenas”, Professor Carozzo ?). Uma revista que se apresenta com mais de cem páginas, com artigos de alto nível e contando “apenas” com a prata da casa, diz melhor que qualquer outro argumento do valor dos que integram o Instituto de Letras. Neste ponto, tenho inveja dos meus colegas, pois a revista que edito na mesma Universidade há mais de doze anos, até hoje não pôde contar com a “prata da casa”, salvo pouquíssimas exceções. Dependesse a **Notícia Bibliográfica e Histórica** da “prata da casa”, talvez nem o primeiro número tivesse saído... A revista **Letras** ainda me propiciará outro comentário. (19-1-1983.)

*

82. DA SIGNIFICAÇÃO DE LETRAS

O estímulo que representa uma publicação universitária, especialmente àqueles que trabalham nas diversas áreas da pós-graduação (tanto professores como alunos) e que se sentem na obrigação de elaborar trabalhos em função da própria carreira (mas quase sempre sem ter onde publicá-los...), não deve ter passado despercebido aos criadores da nova revista **Letras**, da qual já me ocupei em nota anterior. É a “prata da casa”,

a que se referia, na apresentação, o responsável pela publicação. Felizes as casas que podem contar com tais “pratas”. Ainda que a revista não saísse do âmbito da Universidade, desempenharia grande papel e sanearia sensível lacuna. O valor de uma Universidade mede-se, muito mais, pelas suas publicações que por suas aulas. Estas ficam nas quatro paredes em que são ministradas; aquelas levam para bem longe o renome da Instituição. E tanto este é o desejo, que se a revista se propõe a abrir suas páginas a todos os estudiosos de letras (alunos e professores), a fim de que, delas, eles se possam servir “não apenas para ver publicados os seus trabalhos e os resultados de suas pesquisas, mas também — principalmente — para unir suas forças às nossas na busca honesta e desinteressada de um objetivo mais alto: o de promover, como já o têm feito outras publicações congêneres nas respectivas áreas, uma ampliação do conhecimento nas áreas de lingüística e literatura, mostrar e demonstrar a quantos leitores houver, o verdadeiro valor e a importância das letras, já um tanto relegadas a uma posição de menor importância, que na verdade não merece, diante da turbulência de nossa era, tão marcadamente tecnológica e materialista, tão preocupada com o alimento do corpo e não do espírito”. Em suma, o apelo às “pratas de outras casas”, que não tardarão a chegar.

Conscientizou-se, finalmente, nossa Universidade do interesse das revistas especializadas, se não por matérias, pelo menos por áreas. Apenas no início de uma entidade universitária se pode admitir o tipo de revista mista, como nossa própria Universidade Católica manteve durante muitos anos. Felizmente desapareceu. Revistas desta natureza representam desperdício. Ninguém as guarda. O leitor simplesmente arranca os artigos de sua área e que mais de perto lhe interessam, e joga fora o resto. E quando nada encontra de sua área ou interesse, vai toda ela para a cesta... Sei que, no início, não há fugir a esta modalidade, como a própria PUCCAMP o exemplifica. Mas, felizmente, a Universidade superou essa fase. Que outras revistas da natureza de **Letras** possam surgir, pois quantas áreas existem dentro da Instituição, nas quais também se elaboram trabalhos de pesquisa e onde seus professores sentem igual necessidade de publicar! Enquanto isto não ocorre, longa vida e a mais ampla difusão a **Letras**, cumprindo, assim, seu papel de mais um veículo da cultura campineira. (26-1-1983.)

UNIDADES UNIVERSITÁRIAS

I – INSTITUTOS

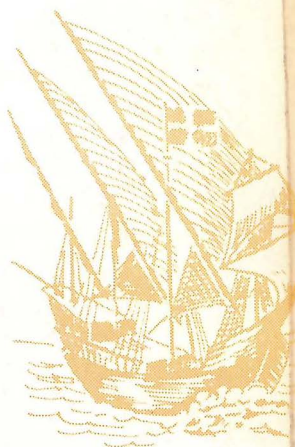
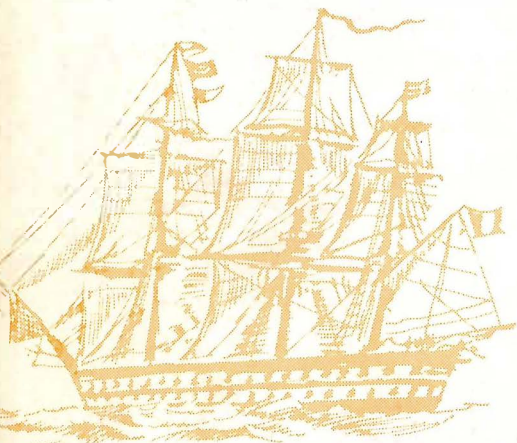
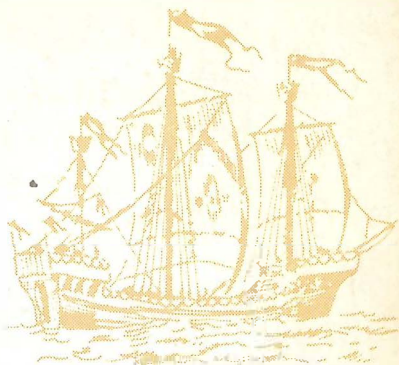
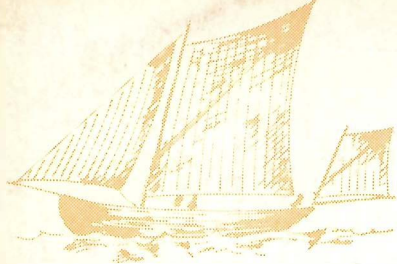
1. Instituto de Artes e Comunicações
2. Instituto de Ciências Biológicas
3. Instituto de Ciências Exatas
4. Instituto de Ciências Humanas
5. Instituto de Filosofia
6. Instituto de Letras
7. Instituto de Psicologia
8. Instituto de Teologia e Ciências Religiosas

II – FACULDADES

1. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
2. Faculdade de Biblioteconomia
3. Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Administrativas
4. Faculdade de Ciências Médicas
5. Faculdade de Ciências Tecnológicas
6. Faculdade de Direito
7. Faculdade de Educação
8. Faculdade de Educação Física
9. Faculdade de Enfermagem
10. Faculdade de Odontologia
11. Faculdade de Serviço Social

III – INSTITUIÇÕES COMPLEMENTARES

- a) Biblioteca Central
- b) Centro de Informática
- c) Colégio Comercial da Academia "São Luís"
- d) Colégio de Aplicação "Pio XII"



DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

